Intellectus
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL

Volume Especial de Arquitetura e Urbanismo
Vol. 58 Abril/Junho 2020

ISSN 1679-8902

EDITORIAIS:

03 **A CIÊNCIA E A PANDEMIA DE COVID -19**
Prof.ª Dr.ª Ana Paula Nogueira Nunes e Prof. Dr. Geovane da Conceição Máximo

REFLEXÕES:

07 **O PARAÍSO É AQUI. ENTÃO O INFERNO SOMOS NÓS?**
SILINGARDI, Angela A.T.

12 **INSTRUMENTO PARA O COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTOS DO PLANEJAMENTO URBANO NAS CIDADES SAUDÁVEIS**
BORGES, Camila

ARTIGOS:

21 **RELAÇÕES ENTRE A PRODUÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E A SEGREGAÇÃO SOCIOECONÔMICA E SOCIOESPACIAL NO "EIXO CAMPINAS-MOGI", REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS**
MAROSO, Caio Barbato

41 **PROPOSTA DE INSTALAÇÃO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA EM UMA UNIVERSIDADE DE NITERÓI COMO SOLUÇÃO TARDIA PARA ACESSIBILIDADE**
BARBOZA, Douglas Vieira

56 **O PATRIMÔNIO CULTURAL IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CABO VERDE – MG: UM ESTUDO DE CASO**
FERREIRA, Leonardo de Souza

79 **ESTRATÉGIAS DO PLANEJAMENTO URBANO E DA PROMOÇÃO DA SAÚDE: A MANDALA DA CIDADE SAUDÁVEL**
SPERANDIO, Ana Maria Girotti

96 **O PAPEL DA FÍSICA NO CONTROLE DO RUÍDO EM PROJETOS ARQUITETÔNICOS**
NETO, Maria de Fatima Ferreira

117 **IDENTIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS URBANOS SAUDÁVEIS NO BRASIL**
GUARNIERI, Jussara Conceição

PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO:

133 **DES-EMBRANQUECENDO IDEIAS: UM ESTUDO SOBRE MOVIMENTOS AFRO-BRASILEIROS NO CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO**
SOUSA, Rosa Maria Dos Santos De

156 **HOSPITAL SANTA CASA "ANNA CINTRA": ESTUDO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE AMPARO - SP**
SANTOS, Ana Paula Firmino dos

179 **MODERNIDADES PARALELAS, ANTIGO E NOVO FORUM DE ITAPIRA**
PRACCHIAS, Eduardo Pompeu

Áreas de publicação:
Ciências Exatas e Tecnológicas
Ciências Sociais Aplicadas
Educação, Cultura e Sociedade
Ciências da Saúde

unifaj
unimax
faagroh

Intellectus Revista Acadêmica Digital. Revista científica das seguintes instituições: Centro Universitário de Jaguariúna (UniFAJ), Centro Universitário Max Planck (UniMAX) e Faculdade de Agronegócios de Holambra (Faagroh).

Eletrônica
Trimestral
Inclui Bibliografia

Editora Chefe:
Prof.ª Dr. ª Ana Maria Girotti Sperandio
Assessora Acadêmica do Centro Universitário de Jaguariúna (UniFAJ), Centro Universitário Max Planck (UniMAX) e Faculdade de Agronegócios de Holambra (Faagroh).

Equipe Técnica
Janini de Oliveira Dias da Silva
Maria Virginia Rosa - Bibliotecária

Equipe de Tecnologia da Informação Centro Universitário de Jaguariúna – UniFAJ e Centro Universitário Max Planck. Equipe de Marketing Centro Universitário de Jaguariúna – UniFAJ.

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos o volume especial, de número 58, da *Intellectus Revista Acadêmica Digital*, dedicada à temática "Arquitetura, Planejamento Urbano e Covid-19". Registramos aqui os nossos sinceros cumprimentos à Editora Chefe da Revista Intellectus e à toda Equipe Editorial pela publicação de mais este volume, que, pela atualidade da temática proposta, vem envidar esforços na compreensão da complexa rede de inter-relações entre o planejamento urbano e a saúde humana neste contexto da pandemia da Covid-19.

Sabemos que a conjunta política, econômica e social brasileira atual é extremamente preocupante e desafiadora. Por um lado, sob o pretexto do combate à crise econômica, políticas de austeridade fiscal vêm sendo impostas nos últimos anos à revelia de toda população, como um amargo, mas necessário remédio, para que um dia, o Brasil, o eterno país do futuro, retorne aos trilhos do prometido desenvolvimento. Por outro, a ciência e todo o seu potencial como agente indutor de uma transformação social sólida e de longo prazo, capaz de tornar realidade o sonho coletivo de um país socialmente justo e igualitário, vem sendo paulatinamente contestada em vários contextos, especialmente (e ironicamente!) por muitos daqueles que deveriam ser os primeiros a endossá-la.

Não tardou muito e a Covid-19 escancarou, de forma muito concreta, a fragilidade desses discursos neoliberais e conservadores no contexto da saúde pública brasileira. Hoje, passados cerca de 4 meses desde que a pandemia desembarcou em solo nacional, trazida, muito provavelmente, da Itália, em um vôo comercial para São Paulo, levando à imposição do distanciamento social e à perca de dezenas de milhares de vidas, as políticas de austeridade fiscal se revelaram incapazes para financiar a resposta brasileira à crise sanitária de forma satisfatória. Muito pelo contrário, o sub-financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), a ausência de um Ministro da Saúde para perseguir a elaboração e posterior consecução de um plano nacional de combate à pandemia, vem contribuindo decisivamente para o agravamento da crise social na saúde pública brasileira. Do mesmo modo, a busca por uma vacina contra o SARS-Cov2 nos fez renovar desesperadamente a crença na ciência, ainda que

uma parcela nada desprezível da população do Brasil, num passado não muito distante, tenha se calado diante dos sucessivos cortes de investimento em pesquisa científica no país. Talvez essa mesma parcela da população seja aquela que hoje acredita nos falsos profetas que prometem a cura da Covid-19 por meio de fármacos cuja eficácia, para este fim, tem sido contestada por diversos estudos clínicos ao redor do mundo.

Diante de um contexto tão desfavorável, fazer ciência no Brasil nesses tempos de pandemia, é um verdadeiro ato de rebeldia. É com o vigor desse espírito contestador que o presente volume da *Intellectus* traz 10 artigos originais, de pesquisadores que "apesar dos pesares" continuam a acreditar que somente pela ciência poderemos transformar o Brasil em um país com mais oportunidades e saúde para toda a sua população.

A arquitetura e o urbanismo e o planejamento urbano desempenham papel chave no entendimento da dinâmica da pandemia em nosso país. Se, por um lado, a Covid-19 chega até aqui, muito provavelmente, em um voo internacional, por outro, é na periferia das grandes cidades e nos rincões mais empobrecidos e desprovidos de serviços públicos básicos que ela encontra os meios ideais para disseminar-se e agravar, ainda mais, os nossos problemas sociais. Uma cidade deve produzir saúde, não a doença! Assim, o planejamento urbano adequado constitui-se ferramenta fundamental para pensar as políticas públicas de enfrentamento a tais problemas e em soluções inovadoras que tornem potencialmente saudáveis as nossas cidades.

Três artigos da presente edição focam, especialmente, na questão da segregação e nas desigualdades socioeconômicas e espaciais na produção do espaço urbano. O primeiro deles, exemplifica quais são as principais características de localização e implantação de novos conjuntos do Minha Casa Minha Vida na região metropolitana de Campinas. O segundo deste eixo temático, preocupa-se com a questão da acessibilidade de pessoas com deficiência em edificações antigas, tomando por base o caso de uma universidade em Niterói. O terceiro artigo deste grupo aborda como tem se dado a atuação de arquitetas e arquitetos urbanistas em favor da valorização da cultura afro-brasileira no Brasil.

Outros três artigos deste volume da *Intellectus* abordam mais especificamente a questão das políticas públicas para o desenvolvimento de cidades saudáveis no Brasil. O primeiro deles trata da convergência das políticas de planejamento urbano e de saúde para a construção de espaços urbanos no país. O segundo, parte do reconhecimento da desigualdade social, como fator de agravamento da pandemia da Covid-19, para defender a implementação do conceito de cidade saudável no âmbito das políticas públicas, como forma de criar cidades mais resilientes no futuro. Na mesma linha, o terceiro artigo deste grupo identifica estratégias para o desenvolvimento de uma cidade saudável, considerando o planejamento urbano como eixo principal, discutindo, ainda, conceitos-chave deste campo, como o direito à cidade, interações diferenciais e os desafios para o processo de construção de uma cidade saudável.

Numa outra linha de pensamento, três artigos se preocupam mais detidamente com as questões do patrimônio histórico-cultural e arquitetônico. O primeiro deles, aborda a história da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde, MG, para a compreensão dos processos de restauro ocorridos ao longo do tempo, de forma a torná-lo um lugar significativo da cidade. O segundo, aborda o desenvolvimento da arquitetura no estado de São Paulo na primeira metade do séc. XX, analisando o caso do antigo e do novo fórum da cidade de Itapira, dispostos em lados opostos na Rua Rui Barbosa. Por outro lado, o terceiro artigo preocupa-se em resgatar parte da memória e da identidade da cidade de Amparo, SP, ao contar a história do prédio do Hospital Santa Casa “Anna Cinta”, construído em 1890.

Resta-nos destacar o último artigo desta edição, que enfatiza a importância da acústica arquitetônica em um projeto arquitetônico, abordando, entre outros, os conceitos de conforto e desconforto acústico, tão fundamentais para a plena realização da saúde humana e, também, de cidades mais saudáveis.

Por fim, gostaríamos de dizer que pandemia da Covid-19 constitui, provavelmente, o maior desafio deste século imposto à nossa espécie. É certo que ainda viveremos por mais algum tempo ansiosos à espera das vacinas que trarão algum alento a todos nós. Contudo, a dinâmica da doença, especialmente aqui no Brasil, já nos ensina a importância do planejamento urbanístico como

forma de criar cidades mais saudáveis e resilientes. Esta edição da *Intellectus* nos brinda com muitos estudos interessantes, desenvolvidos por *pesquisadores rebeldes* e apaixonados por essa temática, sobre a qual ainda há tanto a aprender e a fazer no Brasil.

Ótima leitura!

Prof. Dr. Geovane Máximo
Demógrafo, Prof. do Depto de Geografia da Universidade Federal do Vale do Jequitinhnha e Mucuri (UFVJM)

Profa. Dra. Ana Paula Nogueira Nunes
Epidemiologista, Prof.ª do Depto de Ciências Básicas da Universidade Federal do Vale do Jequitinhnha e Mucuri (UFVJM)

O PARAÍSO É AQUI. ENTÃO O INFERNO SOMOS NÓS?

Heaven is here. So are we the hell?

SILINGARDI, ANGELA A.T.
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), aluna especial da disciplina AQ134 - Planejamento Urbano como promotor da Cidade Saudáveis

RIGOLETTO, IVAN P.
Universidade Paulista (professor convidado) e executivo do setor industrial privado

Esta pandemia tem trazido algum pessimismo às pessoas. Ao observar os efeitos nos diferentes países, a reação dos povos e seus governantes, o estrago e as mortes na China, na Europa e agora no Brasil e nos Estados Unidos, voltamos aos conceitos de nossa infância sobre o planeta e sobre o Brasil. Deus nos protege; aqui, em se plantando tudo dá. Somos a espécie humana, seres racionais, criativos, dominamos o planeta e somos capazes de resolver todos os problemas do mundo. Mundo não, paraíso...

Só que não.... A pandemia de hoje parece ser meio cíclica se incluirmos a gripe espanhola e as pestes da Idade Média. Se a natureza e o planeta são realmente um paraíso, seríamos nós o inferno?

Voltando aos anos 70, vimos nos modelos matemáticos propostos no relatório do Clube de Roma os cenários possíveis da intervenção humana ao longo dos anos quanto à produção, população, poluição, recursos naturais e disponibilidade de alimentos (MEADOWS et al., 1972). Todos os cenários, em maior ou menor grau, apontam para algum tipo de colapso, seja a exaustão dos recursos naturais, a poluição exponencial, a falta de alimentos (chegando até mesmo a lembrar Malthus), e os reflexos na população. Em outras palavras, este relatório mostra que somos capazes de transformar o paraíso e interferir na natureza provocando uma cadeia de causa e efeito de proporções assustadoras.

Nessa mesma época, Herrera et al. (1976) apresentam um modelo diferente, que mostra que a deterioração do meio se dá em função de valores destrutivos presentes na sociedade e suas formas de organização, indo além do progresso em si. Este relatório também mostra que os resultados catastróficos previstos pelo Clube de Roma estavam presentes através das grandes desigualdades e miséria, propondo como uma das soluções a reorganização da sociedade.

Estes momentos provocaram certa tensão. Cerca de 15 anos depois, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988) liderada por uma jovem médica e política norueguesa, Gro Brundtland, publica o relatório Nosso Futuro Comum. Introduz-se o conceito de desenvolvimento sustentável, vinculando aí a economia com a ecologia, trazendo aos povos a responsabilidade pelos danos ambientais e pelas decisões que provocaram tais consequências. Pronto!!! As questões e os cenários catastróficos propostos pelo Clube de Roma e reiterados por Herrera agora estavam equacionados. Bastava implementar o que se definia como os “esforços comuns” e poderíamos, como espécie, controlar nossa ânsia predatória.

Triste engano... infelizmente, pouco dos esforços comuns aconteceram ao longo do tempo. Apenas para ficar no Brasil, adensamos as nossas cidades, nos tornamos mais energívoros, desobedecemos qualquer bom-senso no planejamento urbano, dos ambientes, economia e sociedade. E vemos isso se refletir agora, na pandemia atual, onde assumimos o protagonismo inverso ao desejado: estamos dia-a-dia nos aproximando da realidade infernal.

O conceito de desenvolvimento sustentável, quando não ignorado, foi transformado. De acordo com Daly (1996) este conceito deveria ser entendido como desenvolvimento sem crescimento, ou seja, maximizando o que hoje se conhece como economia circular e com novos conceitos de desenvolvimento. Mas, na verdade, desenvolvimento sustentável acaba sendo transformado em crescimento sustentável. Como havia sido proposto nos estudos mencionados, o crescimento pelo crescimento é insustentável.

Se a discussão renasce nos anos 70, vamos buscar lá mesmo a solução. Schumacher (1973) sugere uma abordagem criativa para um novo modelo de sociedade publicando *Small is beautiful*, trazendo conceitos que renascem nos dias de hoje a partir de artigos publicados ao longo do tempo.

As principais propostas - que fazem todo sentido hoje em dia - passam pelo reconhecimento da inexistência de crescimento infinito num mundo de recursos finitos, revisando o culto obsessivo a este crescimento e o conceito de que desenvolvimento econômico passa obrigatoriamente por industrialização. Ainda, as indústrias devem estar onde as pessoas vivem agora, e não em regiões metropolitanas para onde elas tenham que migrar, devendo também ser

de baixo custo para que possam se disseminar sem grandes investimentos, e seus processos de produção o mais simples possível. E, o mais importante, a produção de recursos locais se apresenta como a mais racional, a partir do uso de matérias primas locais para produzir produtos de consumo local (MACHLINE, 1982). Em outras palavras, um enfoque regional de desenvolvimento com uso de tecnologias acessíveis.

Schumacher propõe, ainda, o consumo consciente como um meio para se promover o bem-estar, e não como único objetivo da atividade econômica. E finaliza seus pensamentos indicando a valorização de quatro virtudes – prudência, justiça, força moral e temperança – no centro das transformações sociais. Curioso é que diversos destes conceitos reaparecem inseridos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos em 2015 pela ONU e apresentado por Nações Unidas Brasil (2020), tais como fome zero e agricultura sustentável, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, educação de qualidade e energia limpa e acessível, e acima de tudo paz, justiça e instituições eficazes. É provável que tais objetivos, propostos para 2030, não serão alcançados em sua plenitude. Claro que em alguns países, eles estão mais próximos; em outros, como o Brasil, a distância nos parece maior. Se considerarmos que estamos todos “no mesmo barco” e agora na mesma pandemia, pouco importa estar em uma cabine de luxo num barco à deriva... uma hora o problema vai bater à sua porta.

Nos dias de hoje, Motomura (2020) questiona até que ponto a humanidade precisa de um processo de transformação cultural, saindo de um modo mecânico de ver a vida para uma perspectiva em que todos vejam a sociedade como um grande organismo vivo em contínuo processo de transformação. Indaga, ainda, até onde a pandemia pode abrir as portas, mais uma vez, para esta transformação cultural, trazendo como exemplo um mutirão de limpeza de uma floresta na Estônia – algo que parecia impossível, mas foi resolvido com o envolvimento coletivo de mais de 50 mil pessoas em um único dia de mutirão, provando que a comunidade consegue, quando tem um objetivo em comum, assumir a responsabilidade e trabalhar em conjunto na solução do seu problema, qualquer que seja ele.

Pensando na questão comunidade, problemas e objetivos em comum, e participação social, devemos buscar alternativas de como atingir resultados concretos. A participação social não acontece efetivamente a partir de decretos ou leis apenas, mas sim com o real envolvimento da comunidade, seus *stakeholders,* e com o reconhecimento de que seus anseios, necessidades, desejos e vontades são vistos e considerados com seriedade. Sperandio et al. (2019) estudaram um caso prático em Holambra/SP, através da aplicação de uma metodologia leve para a elaboração de um mapa de desejos comuns a partir da compreensão de conceitos referentes à cidade saudável, planejamento urbano e promoção da saúde, intersetorialidade, potencialidades e dificuldades locais, que resultou em uma visão mais pragmática e associada a aspectos da vida em comunidade, quando comparada à visão do poder público, baseada em paradigmas conservadores de desenvolvimento (árvores e lombadas *versus* indústrias). Sem dúvida, é um método que pode ser aplicado em outras comunidades e uma forma de dar voz a elas..

Ao reorganizar este mosaico de conceitos à luz das questões dos dias de hoje, sobram algumas reflexões centrais. Quando olhamos para os outros procurando solução, sempre procuramos soluções complicadas. Quando pensamos em soluções mais simples, dependente mais de pessoas e dos relacionamentos humanos do que de tecnologias de ponta, como fazem alguns povos resgatando conceitos antigos que promovem a vida e convivência em comunidade (mais bicicletas, produção local de alimentos, comércio local), vemos que os resultados aparecem e se sustentam. Ou seja, ainda que sejamos inferno, podemos melhorar....

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991 (ed. original 1987). 430p.

DALY, H. Sustainable growth? No, thank you. In: MANDER, J.; GOLDSMITH, E. (Orgs.). **The case against the global economy.** San Francisco: Sierra Club Books, 1996. p. 192-196.

HERRERA, A.O. et al. **Catastrophe or New Society? A Latin American World Model**. Ottawa: International Development Research Centre, 1976. 108p.

MACHLINE, C. **Resenha bibliográfica**. Revista de Administração de Empresas. Vol.22, n.3, p.68-69, 1982.

MEADOWS, D.H. et al. **Limites do Crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1973 (ed. original 1972). 203p.

MOTOMURA, O. **Reflexões OM sobre o que vem acontecendo no mundo (2020).** Publicado em 29/3/2020. Disponível em < https://amana-key.com.br/blog/>. Acesso em 27.Mai.2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 27.Mai.2020.

SCHUMACHER, E.F. **O negócio é ser pequeno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, 3ed. (ed. original 1973). 261p.

SPERANDIO, A.M.G. et al. Local wishes map as a tool for promoting dialogue and developing healthy cities. **PARC Research in Architecture and Building Construction**, Campinas, SP, v. 10, p. e019002, jan. 2019.

SOBRE OS AUTORES

Angela Alessandra Torezan Silingardi

Arquiteta e Urbanista (PUCCAMP, 1992), especialista em Patrimônio Arquitetônico – Teoria e Projeto (PUCCAMP, 2000), especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho (UNIP, 2019), cursa disciplinas como aluna especial no programa de pós-graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade da FEC Unicamp, atualmente cursando a disciplina AQ134 - Planejamento Urbano como promotor da Cidade Saudável.

angelasilingardi@gmail.com

Ivan de Paula Rigoletto

Engenheiro Químico (Unicamp, 1992), Engenheiro de Segurança do Trabalho (Unicamp, 1995), Mestre em Engenharia Civil (Unicamp, 1999), MBA em Gestão Empresarial (FGV, 2008), Doutor em Engenharia Mecânica (Unicamp, 2010), atua como executivo no setor industrial privado.(mineração) e é professor convidado no curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho na UNIP Campinas

ivanrigoletto@gmail.com

INSTRUMENTO PARA O COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTOS DO PLANEJAMENTO URBANO NAS CIDADES SAUDÁVEIS

Instrument for sharing knowledge of urban planning in healthy cities

BORGES, Camila
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

RIBEIRO, Mariana Cristina
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

RESUMO: Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, a doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) foi declarada como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Ainda em janeiro, o vírus se estabelecia apenas nos países da Ásia e alguns países da Europa. Todavia, em junho, o cenário rapidamente mudou. A América Latina passa a ser o novo epicentro da doença, ultrapassando o número de um milhão de pessoas infectadas pelo novo coronavírus. No Brasil, a tensão aumenta pelo fato de que além das questões epidemiológicas da doença, temos a questão da desigualdade social, o que agrava os problemas e a disseminação do vírus. No caso dos assentamentos urbanos informais (as favelas), levantamentos recentes sobre a cidade de São Paulo, mostram que são nas regiões mais periféricas da cidade onde se encontram o maior número de óbitos pelo COVID-19, isso ocorre porque a contaminação está diretamente ligada com a distribuição da população pelo território. Pensando-se em uma solução para este contexto, cidades saudáveis devem ser conceitos a serem implementados para redução dos danos causados e para a criação de cidades mais resilientes no futuro. A partir do entendimento de cidade saudável como àquela que concede o sentimento de pertencimento, coalizão, participação social, autonomia, e equidade, foi elaborada uma ferramenta que consiste em um compilado de palavras-chaves que definem essencialmente o planejamento urbano como promotor de uma cidade saudável.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Saúde; Cidade Saudável; Promoção a saúde; Tríade Urbana; Reverberação;

Abstract: According to WHO (World Health Organization) on January 30, 2020, the disease caused by the new Coronavirus (COVID-19) constitutes a Public Health Emergency of International Importance, on the following date the virus was still only established in the countries of the east and some from Europe. However, in June the scenario quickly finds itself in another way, Latin America becomes the epicenter of the disease, surpassing the number of 1,080,051 people who were infected with the new Coronavirus. In Brazil, tension has increased due to the fact that in addition to the epidemiological issues of the disease, there is still a need to face challenges that aggravate the transmission of the virus, in the cases of informal urban settlements (favelas), as surveys in the city of São Paulo show that they are in the most remote regions. peripheral areas of the city where the greatest number of deaths by COVID-19 are found, this is because the contamination is directly linked to the distribution of the population across the territory. Thinking of a solution for this context, the healthy

city and health promotion must be concepts to be aimed at recovering the damage caused, and in addition, to create cities more resilient to future challenges. Based on the understanding of a healthy city as one that grants the feeling of belonging, coalition, social participation, autonomy, and equity, a tool was created that consists of a compilation of key words that essentially define urban planning as a promoter of a healthy city.

Key-words: Urban planning; Health; Healthy City; Health promotion; Urban Triad; Reverberation.

INTRODUÇÃO

De acordo com Oliveira (2020), a situação problemática decorrente do coronavírus, se deve, especialmente, a alguns fatores: como a distribuição geográfica, as múltiplas conexões entre sociedade e natureza no mundo globalizado, densamente e desigualmente técnico. Portanto, além da questão da saúde, que é possível identificar no primeiro momento em uma situação de pandemia, ainda existem diversos outros fatores que agravam o problema. Dentre esses outros estão a questão da distribuição sócio espacial do território (geografia), a falta de infraestrutura urbana (urbanismo) e desvalorização ambiental. Assim, fica claro, que se trata de um problema multidisciplinar que transcende os setores da saúde, e para isso, são necessárias propostas intersetoriais.

Em relação ao espaço urbano, segundo Brandão (2010), uma cidade saudável só é possível se existe um diálogo entre a população e o governo. Para que esse diálogo aconteça é necessário o envolvimento das duas partes. No caso da população, esse envolvimento é consequência de outros fatores que devem acontecer antes, por exemplo, a participação social. Esta gera um senso de pertencimento, e, consequentemente, possibilitam mais autonomia para que aconteça o diálogo. Pois, segundo Freire (1968) o conhecimento se faz em um processo de ação-reflexão promovendo a equidade e autonomia. Portanto, só assim é possível se aproximar cada vez mais de um cenário saudável das cidades. Para De Leeuw (2017), citado por (SPERANDIO, MALEK-ZADEH,ARÊAS, FILHO, 2019), a cidade saudável é aquela em que o indivíduo se sente pertencendo a cidade e que incorpora as seguintes caraterísticas: participação social, senso de pertencimento, identificação de partes interessadas, autonomia, coalizão, governança e equidade. É com esse propósito que este artigo busca apresentar uma ferramenta que consiste em um

compilado de palavras-chaves que definem essencialmente o que é o planejamento urbano como promotor de uma cidade saudável.

DESENVOLVIMENTO

Como uma forma de contribuição para a disseminação do conhecimento sobre a cidade saudável, este artigo apresenta uma ferramenta – a palavra cruzada – de atividade lúdica considerada bastante popular, que por muitas vezes é utilizada como forma de passatempo, apesar de ser também considerada construtiva do ponto de vista educacional.

Segundo Franco Neto e Parreira Júnior (2013), citado por (LIMA, SILVA, LIMA, COSTA, BRITO, 2013, p.1):

> *A utilização das palavras cruzadas como ferramenta didática procura criar oportunidades onde o desafio e a curiosidade são favorecidos, facilitando o trabalho de construção do conhecimento.*

Já, (FILHO, FIORUCCI, SANTOS, CRAVEIRO, 2009, p.2) aponta que:

> *A origem de atividades lúdicas, por meio de cruzamento de signos linguísticos, data dos séculos XIII a.C. e XII a.C., conforme as confirmações de arqueólogos e imagens de estelas representando os cruzamentos de hieróglifos.*

Com o passar do tempo, essas palavras cruzadas foram se modificando e evoluindo, até que em 21 de dezembro de 1913, no *The Word*, jornal nova-iorquino, é publicada o primeiro modelo de palavra cruzada moderna, assim como a conhecemos hoje. Apenas doze anos mais tarde, foi feita a primeira publicação desse estilo de atividade lúdica no Brasil, no jornal carioca “A NOITE”. A palavra cruzada consiste em um esquema, onde cada linha (vertical ou horizontal) deve ser preenchida por uma palavra, descoberta através de dicas que acompanham as cruzadas. Ao se preencher uma das linhas, automaticamente, se preenche alguns quadrados das outras linhas que a cruzam, tornando mais fácil a resolução das mesmas” (FILHO, FIORUCCI, SANTOS, CRAVEIRO, 2009) citado por (LIMA, SILVA, LIMA, COSTA, BRITO 2013, p.1). Para a construção da palavra cruzada em questão, foi levantado algumas das palavras mais relevantes que definem o planejamento urbano como promotor da cidade saudável, assunto estudado na disciplina de pós-graduação

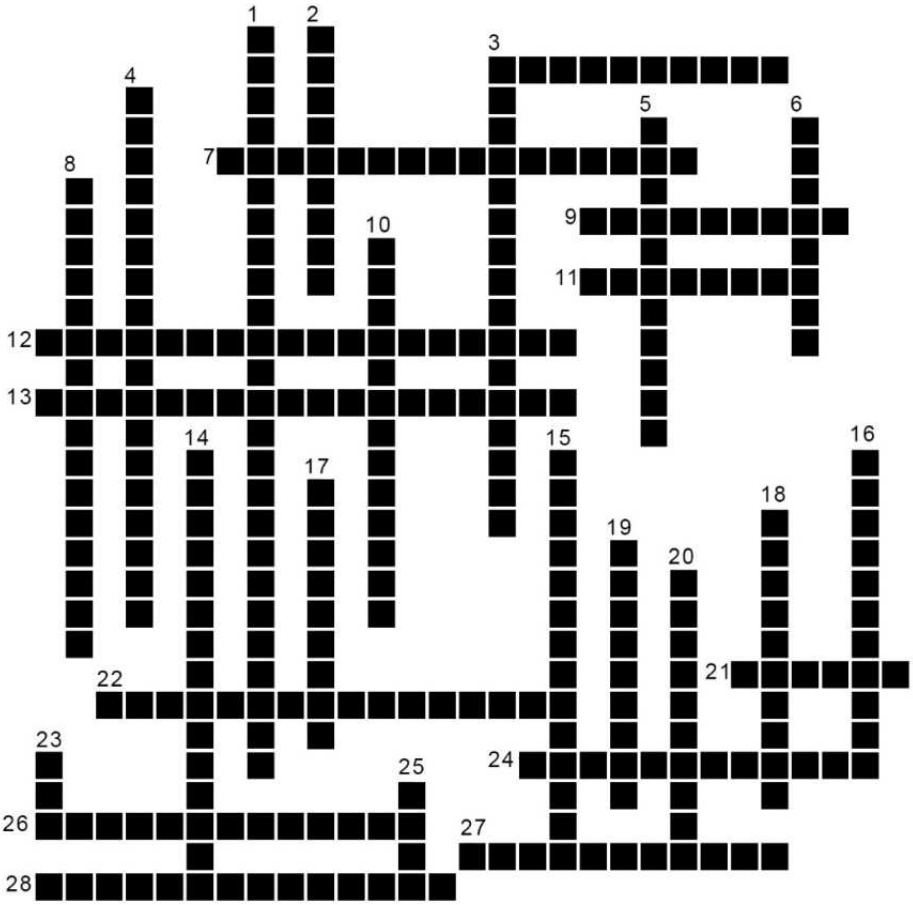
em Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A partir das discussões e atividades realizadas em sala de aula virtual, devido as circunstâncias atuais, chegou-se em uma breve introdução, apresentada a seguir, sobre o assunto cidade saudável para facilitar e organizar a construção da palavra cruzada (ver Figura 1).

Para uma cidade saudável existir é necessário que seu planejamento busque alcançar os objetivos da promoção à saúde, a qual abrange as práticas relacionadas à promoção da felicidade, estilo de vida saudável, equidade, ambiente cultural e físico positivo (PEDERSON; ROOTMAN, 2017) citado por (SPERANDIO, MALEK-ZADEH,ARÊAS, FILHO, 2019). Isto transcende o significado estrito da palavra saudável, como pode ser visto, não se restringindo apenas aos setores médicos, o que torna necessária a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, que junto com a participação social e a governança, trabalham para tornar uma cidade mais saudável.

Atualmente o estatuto da cidade apresenta instrumentos, diretrizes e normas para o espaço construído e não para as pessoas, o que desequilibra o organismo vivo que são as cidades. Por isso, entender quais são os problemas da cidade e de seus usuários é fundamental para criar um planejamento urbano participativo e com evidências objetivas para problemas atuais e cada vez mais recorrentes. Um dos caminhos para atingir este objetivo foi definido pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e 150 líderes mundiais. O desenvolvimento dos 17 ODS pelas cidades contempla a sustentabilidade, a solidariedade e o sentido de comunidade, proporcionando equidade para todos.

Além disso, é de extrema importância que exista em um planejamento para cidade saudável, a integração entre universidade, governo e comunidade, e que tenham como objetivo auscultar os sintomas da cidade, para que seja capaz de produzir soluções para novas políticas públicas criadas a partir de evidências, com base em uma eficácia, considerando sua efetividade de forma eficiente. Como é o exemplo das hortas urbanas, consideradas tecnologias sociais leves, as quais contabilizam efeitos positivos a curto, médio e longo prazo para as comunidades, através da capilaridade e de cooperativas que proporcionam a produção de moradias à população de baixa renda, ou as que

se encontram em estado de vulnerabilidade, reduzindo o processo de favelização e de surgimento de áreas de risco. Sendo assim, a participação social é peça chave para entender como o organismo cidade se transforma e como indica quais os sintomas para equilibrar o desenvolvimento resiliente. A população é, sem dúvidas, o indicador mais assertivo para os governantes e sempre advoga a favor de um bem comum, as condições e a utilização da mobilidade urbana e dos espaços afetivos podem ser bons exemplos desses indicadores. A inclusão efetiva e constante da participação social dentro do planejamento urbano apropria e faculta a autonomia, interliga uma rede de profissionais para promover a cidade saudável. A tríade autonomia, governança e participação social reflete o papel do governo, da universidade e da comunidade em um ambiente que está em constante transformação e possui inúmeras variáveis. Portanto é necessário que a comunicação entre essas esferas seja nítida e que as soluções encontradas por elas sejam promotor da cidade saudável.



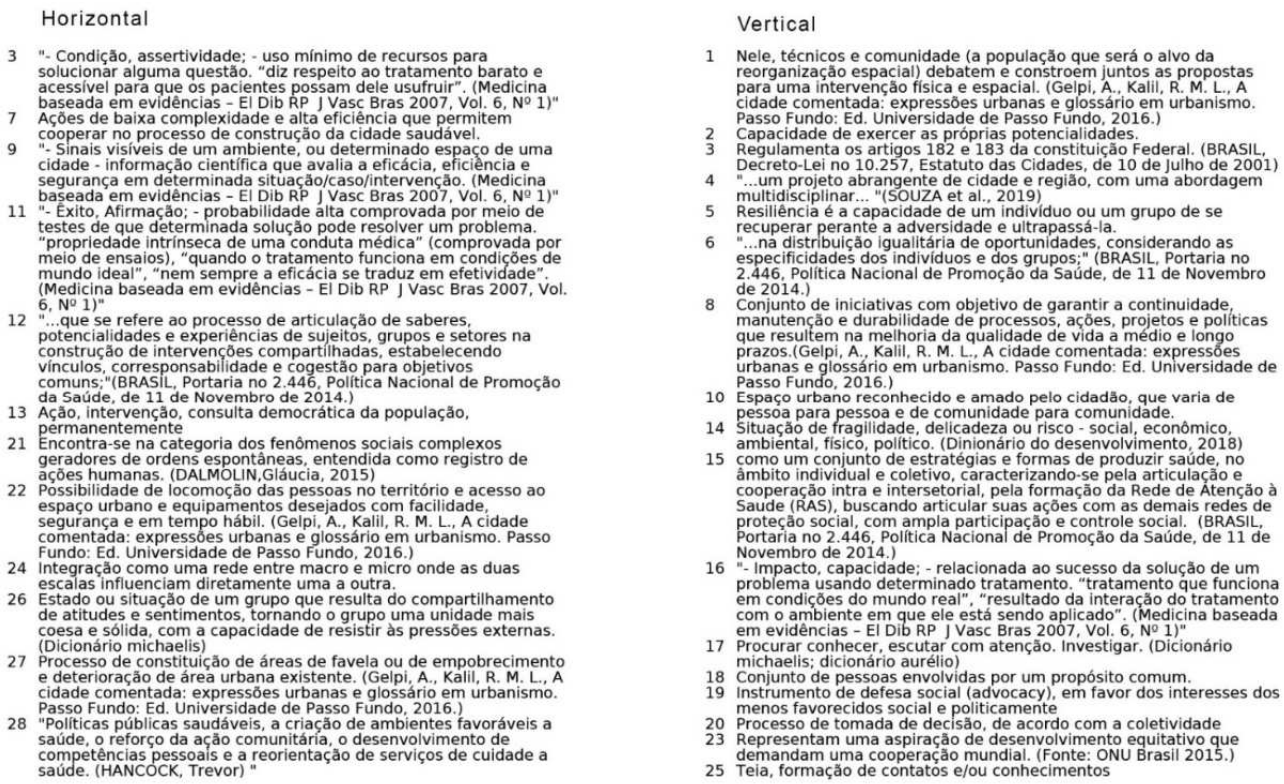


Figura 1: Palavra cruzada sobre o Planejamento Urbano como promotor da cidade saudável.
Fonte: Elaborado pelas autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário atual é um divisor de transformações em todos os âmbitos da sociedade, e com o crescimento das cidades deve ser afetado diretamente. Para garantirmos cidades mais resilientes no futuro é preciso entender que, segundo Adriano, Werneck e Santos:

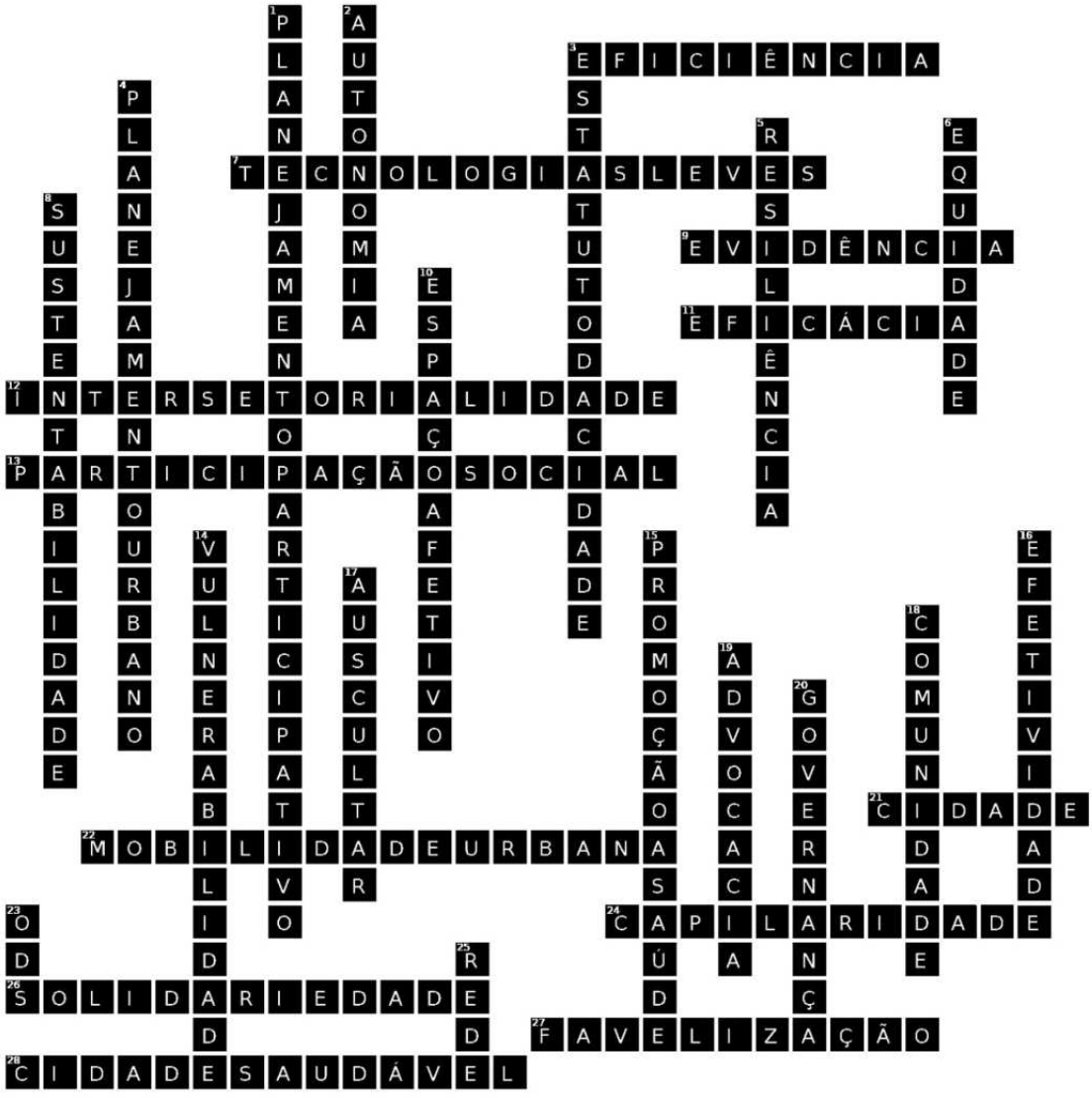
> *...não é somente aquela com alto nível de saúde, medido pelos indicadores de mortalidade e morbidade, mas um município comprometido com a produção de saúde de seus cidadãos. É um projeto de desenvolvimento social que tem a saúde e suas múltiplas determinações como centro de atenções. Este movimento enseja o estabelecimento de políticas urbanas, voltadas à melhoria da qualidade de vida, com ênfase na intersetorialidade e na participação social (2000).*

Desta forma, compreender como a mutação das cidades ocorre se faz necessário, sem omitir que não são apenas os governantes e suas realizações

que equilibram a balança do crescimento das cidades. A participação social, os conhecimentos que as redes de transformação e a academia produzem, precisam ser inseridos como contrapesos para atingir soluções que alcancem a todos.

Este artigo é ainda uma tentativa inicial na qual se pretende utilizar a palavra cruzada para compartilhar os conhecimentos compilados no estudo sobre o planejamento urbano como promotor de uma cidade saudável, levando de maneira acessível para aqueles que não possuem familiaridade no assunto, e que a partir desses primeiros conceitos seja possível estimular a curiosidade e o aprendizado espontâneo e autônomo dessa população, desta forma, capacita-los para que possam dialogar sobre as necessidades coletivas para uma cidade saudável.

Resposta palavra cruzada:



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANO, J. R., WERNECK, G. A. F., SANTOS M. A., SOUZA R. C. **A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade vida?** Revista Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: vol.5, no.1, 2000.

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. v.5.

AURELIO, **O mini dicionário da língua portuguesa**. 4a edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7a impressão – Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL, Portaria no 2.446, **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**, de 11 de novembro de 2014. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html>. Acesso em: 18 mar 2020.

BRASIL, Decreto-Lei no 10.257, **Estatuto das Cidades**, de 10 de Julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 18 de mar de 2020.

DALMOLIN, G.. **Cidade e Arquitetura: Tradição e Inovação**. 2015. Disponível em: < https://www.archdaily.com.br/br/766532/cidade-e-arquitetura-tradicao-e-inovacao>. Acesso em 29 de abr de 2020.

FILHO, Edemar Benedetti (2009, p.2 Et al.) **Palavras Cruzadas como Recurso Didático no Ensino de Teoria Atômica.**

GELPI, A., KALIL, R. M. L., **A cidade comentada: expressões urbanas e glossário em urbanismo**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.

HANCOCK, T. **Trevor Hancock explica conceito de Cidades Saudáveis**: entrevista à Agência Fiocruz de notícias. Rio de Janeiro: Opinião, 2008. Disponível: <https://agencia.fiocruz.br/trevor-hancock-explica-conceito-de-cidades-saudáveis>. Acesso em: 29 abr 2020.

LIMA, Ana Gabriela da Silva (2013)**. Utilização da palavra cruzada como forma de motivação para a aprendizagem dos elementos e sua classificação na tabela periódica.**

Medicina baseada em evidências – El Dib RP J Vasc Bras 2007, Vol. 6, Nº 1.

OLIVEIRA R. D., **Assim Nasce a Geografia da Pandemia**. Disponível: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/assim-nasce-a-geografia-da-pandemia/> acesso em: 16 junho 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**. Disponível: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 05 jun de 2020.

Organização Pan-Americana da Saúde Brasil, 2020, **COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**, Folha Informativa, Brasil. <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875> acesso em: 05 maio 2020.

PEDERSON, A.; ROOTMAN, I. From Health Care to the Promotion of Health: Establishing the Conditions for Healthy Communities in Canada. In: **Healthy Cities**. New York, NY: Springer New York, 2017. p. 43–61. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-4939-6694-3_3

SPERANDIO A. M. G., MALEK-ZADEH M. U., ARÊAS J. L. de S., FILHO L. L. F. **Mapa dos desejos locais como uma ferramenta para a promoção do diálogo e do desenvolvimento de cidades saudáveis**. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8652312>. Acesso em: 05 jun de 2020.

Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 29 abr de 2020.

SOBRE OS AUTORES

Camila Borges de Oliveira
Arquiteta e Urbanista
borges.camila.arq@gmail.com

Mariana Cristina Ribeiro
Arquiteta e Urbanista
m231770@g.unicamp.br

RELAÇÕES ENTRE A PRODUÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E A SEGREGAÇÃO SOCIOECONÔMICA E SOCIOESPACIAL NO "EIXO CAMPINAS-MOGI", REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Relations Between the Production of the Minha Casa Minha Vida Program and the Socio-Economic and Socio-Space Segregation in the "Campinas-Mogi Axis", Metropolitan Region of Campinas

MAROSO, Caio Barbato
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

COSTA, Luiz Augusto Maia
Instituição Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise da Produção do Programa Minha Casa Minha Vida no "Eixo Campinas-Mogi" da Região Metropolitana de Campinas. O objetivo foi exemplificar as principais características de localização e implantação dos conjuntos produzidos. Apresentaram-se discussões sobre localização da habitação popular; demarcação de ZEIS; e segregação socioespacial. Utilizou-se revisão bibliográfica para apresentar conceitos fundamentais. Foram confeccionados mapas para comparar teoria e realidade, tratados a partir de informações obtidas em dados primários. O território analisado se encerrou no "Eixo Campinas-Mogi", localizado na Região Metropolitana de Campinas, incluídas nele as cidades de Mogi Mirim e Mogi Guaçu. Salientou-se que existem ferramentas para se produzir habitação social bem localizada e que garantem o direito à cidade, mas a produção do PMCMV não abarca tais potencialidades. Apontou-se que a produção do programa corrobora com a segregação socioeconômica e urbana. Concluiu-se que os efeitos produzidos pelos conjuntos refletem a predominância dos interesses particulares sobre o interesse comum, no que tange a política pública urbana e de habitação.

Palavras-chave: Programa minha casa minha vida; Região metropolitana de campinas; Habitação de interesse social.

Abstract: This paper presents an analysis of the Minha Casa Minha Vida Program. The objective was to exemplify as main characteristics of location and implantation of the produced sets. Discussions were held on the location of popular housing; demarcation of ZEIS; and socio-spatial segregation. We used a bibliographic review to present fundamental concepts. Maps were compiled to compare theory and reality, treated from information obtained in primary data. The analyzed territory ended in the Campinas-Mogi axis, located in the Metropolitan Region of Campinas, included the cities of Mogi Mirim and Mogi Guaçu. It was pointed out that there are tools to produce well-located social housing that guarantee the right to the city, but the production of PMCMV does not cover such potentialities. Thus, the production of the program corroborates with socioeconomic and urban segregation. It was concluded that the effects produced by the ensembles reflect a predominance of interests in particular over the common interest, it is not an urban public policy and housing.

Key-words: Minha casa minha vida program; Metropolitan region of campinas; Social housing.

INTRODUÇÃO

O texto que se apresenta é resultado de atualizações de duas publicações anteriores: o artigo “Análise da Produção do Programa Minha Casa Minha Vida no Vetor 4 de Expansão da Região Metropolitana de Campinas”, apresentado na Sessão temática Habitação Social No Brasil 1930-2015: revisão dos programas habitacionais do IV ENANPARQ; e da dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2017.

Tendo como objeto de estudo a produção do PMCMV no “Eixo Campinas-Mogi”[1], localizado na Região Metropolitana de Campinas (Rod. Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros – SP340), foram abordados alguns fenômenos do território em tela – como a segregação urbana, a localização da habitação social e a dispersão urbana – e a relação da produção do programa federal com os fenômenos observados. O objetivo foi caracterizar a produção do PMCMV como potencializadora da segregação urbana e da urbanização dispersa já verificada, cortejando-a com a aplicação incipiente dos instrumentos do Estatuto da Cidade que versam sobre a regulação do uso do solo urbano.

O recorte territorial se deu, em um primeiro momento, na Região Metropolitana de Campinas, para então se concentrar no “Eixo Campinas-Mogi” desta. Esse recorte é justificado pelas dinâmicas urbanas encontradas na região, que são analisadas pela ótica da urbanização dispersa, por meio dos impactos no tecido socioespacial da mesma, decorrentes da implantação de diversos empreendimentos de médio e grande porte aí, tais como: imobiliários, industriais, comerciais e de serviço. Se justificou, ainda, pela disposição para o crescimento urbano da região nos próximos anos, em grande medida decorrente do despertar do interesse econômico no local e pelo número de empreendimentos que se utilizaram dos recursos do PMCMV aí locados, bem como pela escassez de

[1] A discussão acerca das relações socioespaciais que caracterizam o “Eixo Campinas-Mogi” está publicada na dissertação “HABITAÇÃO E CIDADE: gestão territorial, dispersão urbana e o Programa Minha Casa Minha Vida. O caso dos Conjuntos Habitacionais Jaguariúna I e II. Jaguariúna, São Paulo (2011-2016)”. Disponível em: http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/937/2/Caio%20Barbato%20Maroso.p df

pesquisas científicas no eixo em tela. O recorte temporal foi fixado entre 2009 e 2016, considerando o início do programa e o final da segunda fase dele.

Como metodologia, utilizou-se da revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos relevantes para o tema, como “nó da terra”, a segregação socioespacial urbana e o instrumento urbanístico Zonas Especiais de Interesse Social, a partir do disposto no Estatuto da Cidade. Para tanto, apoiou-se em autores de referência, como Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, Nestor Goulart e Flávio Villaça. A metodologia ainda incluí a confecção e a análise de mapas e fotos aéreas e o uso do software Google Earth. Visitas in loco foram necessárias para obtenção e confirmação de dados levantados em fontes primárias, além de registros fotográficos, confirmação dos tempos e distâncias de deslocamento e observação do entorno. Outras informações foram retiradas de pesquisas em websites e matérias de jornais locais. A consulta em fontes não oficiais foi possibilitada pela abordagem da História Social.

A estrutura proposta para este artigo se iniciou com uma discussão teórica sobre as localidades em que se tem produzido as unidades habitacionais de interesse social e a lógica capitalista do preço da terra urbana, de acordo com a infraestrutura disponível, na primeira seção denominada “A boa localização versus o nó da terra”. Na sequência, a seção “A produção do PMCMV no Eixo Campinas-Mogi” teve como intuito apresentar os conjuntos habitacionais encontrados no recorte territorial e analisa-los na escala regional. Pontualmente, um dos conjuntos foi analisado na escala intraurbana, para que se perceba a inserção dos conjuntos nas cidades. Por sua vez, a seção “A produção do PMCMV e as ZEIS” cruza as informações sobre a localização dos conjuntos na escala regional com a presença das Zonas Especiais de Interesse Social colocadas nas legislações municipais, de forma a perceber que a boa localização da habitação social não é uma preocupação para os poderes locais.

“Segregação socioespacial urbana no Eixo Campinas-Mogi” é a última seção do desenvolvimento deste trabalho e revela que a produção do PMCMV, no recorte territorial proposto agravou, nos anos estudados, a segregação socioespacial urbana. Para isso, foi utilizado o estudo de um dos conjuntos habitacionais encontrados no eixo em tela. Como considerações finais, pôde-se perceber que ainda há a sobreposição dos interesses particulares – na investida

da reprodução do capital – em detrimentos dos interesses comuns, no “Eixo Campinas-Mogi”. Essa sobreposição acontece, por vezes, com anuência e suporte do Estado.

A BOA LOCALIZAÇÃO VERSUS O “NÓ DA TERRA”.

Segundo Hackradt (2012), o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), aliado ao Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01), teria a missão de minimizar a precariedade das condições de moradia da população de mais baixa renda do país. Entretanto, as pesquisas apresentadas apontam que isso se dá no plano teórico, visto que na prática não é bem assim que acontece. De qualquer forma, os Ministérios das Cidades e da Casa Civil promoveram o acesso à unidade habitacional, à população de baixa renda, por intermédio do referido programa. Por outro lado, o poder público vem se utilizando dos instrumentos regulamentados pelo Estatuto da Cidade apenas em projetos de regularização fundiária e adequação de assentamentos precários.

É necessário considerar que

> *ao se colocar em prática instrumentos de financiamento que privilegiam a ação privada em uma política pública, abre-se espaço para um conjunto de práticas que não irão se adequar às necessidades das populações com menor poder aquisitivo o que na realidade poderia colocar em risco a efetivação da política habitacional.* (OLIVEIRA, 2015, p. 2)

Esse pensamento afasta o caráter do PMCMV como política habitacional, aproximando-o, marcadamente, de uma política de aceleração econômica. Esse fato se contrapõe à análise de Hackradt (2012), quando afirma que tal programa tem a missão de minimizar a precariedade habitacional, entendendo como missão principal o enfrentamento da retração do crescimento econômico que se apresentava anteriormente ao lançamento do programa federal. O caráter social é subordinado aos interesses (neoliberais) da economia em vigor.

Dada a restrição de verba destinada a cada unidade habitacional de um conjunto a ser executado com os recursos do PMCMV, começa-se a entender a problemática colocada aqui. Como explica Maricato (2015, 1999), o preço da terra urbana é proporcional à infraestrutura disponível, quanto mais infraestrutura, maior o preço da terra. Portanto, a escassez de recurso financeiro

leva a produção de moradia para a população de menor poder aquisitivo para as periferias das cidades, onde o acesso aos serviços públicos é menor. A essa dinâmica, a autora denomina de “nó da terra”.

O PMCMV foi dividido (até 2016) em três faixas de renda e três fases de execução. As três faixas do programa se diferem pela porcentagem do valor do subsídio, facilidade de acesso ao financiamento, percentual de comprometimento da renda familiar, valor mínimo da mensalidade, entre outros. A execução das obras foi feita por empresas privadas que passaram por processo burocrático de comprovação de valores e comprovação da saúde da pessoa jurídica. Após a aprovação, as empresas também foram beneficiadas com a isenção de algumas taxas inerentes ao processo. (Chiochetta, 2011; Hackradt, 2012)

Segundo a legislação que regulamenta o PMCMV, em empreendimentos para a faixa 1, as empresas puderam receber das Prefeituras Municipais interessadas a doação do terreno para implantação do projeto. Esse fato garantiu a exequibilidade de alguns projetos em que o preço da terra poderia inviabilizar a construção de unidades de baixo custo, ao mesmo tempo em que garantiu também maior rentabilidade às empresas. Nos casos em que a doação aconteceu, o poder executivo municipal tem poder de escolha na localização do empreendimento.

Como demonstram Oliveira e Soares (2012), essa prática de doação de terras está em consonância com o Decreto-lei 7.499/2011. O mesmo, além de prever que o Estado doe o terreno para a construção de moradia de baixo custo, estabelece que a localização daquele seja em área urbana consolidada. Prevê, também, a implementação do Estatuto da Cidade pelo município, controlando espaços ociosos e que não cumpram a função social de propriedade.

Novamente, é importante entender que o “nó da terra” faz com que a localização da moradia popular, mesmo sendo escolhida pelo poder público local, ainda seja nas áreas periféricas e menos servidas de infraestrutura e serviços urbanos. Isso é justificado pelo valor das desapropriações e as ações do mercado imobiliário que impedem as prefeituras de doarem terras em áreas urbanas já consolidadas, que comumente oferecem mais serviços públicos, como transporte, lazer e emprego. (MARICATO, 2015; 1999). Para viabilizar a

produção da moradia popular bem localizada, o PMCMV deveria se valer dos instrumentos de controle do solo urbano previstos no Estatuto da Cidade. Todavia, eles não têm sido efetivados, como será visto nas próximas seções deste artigo.

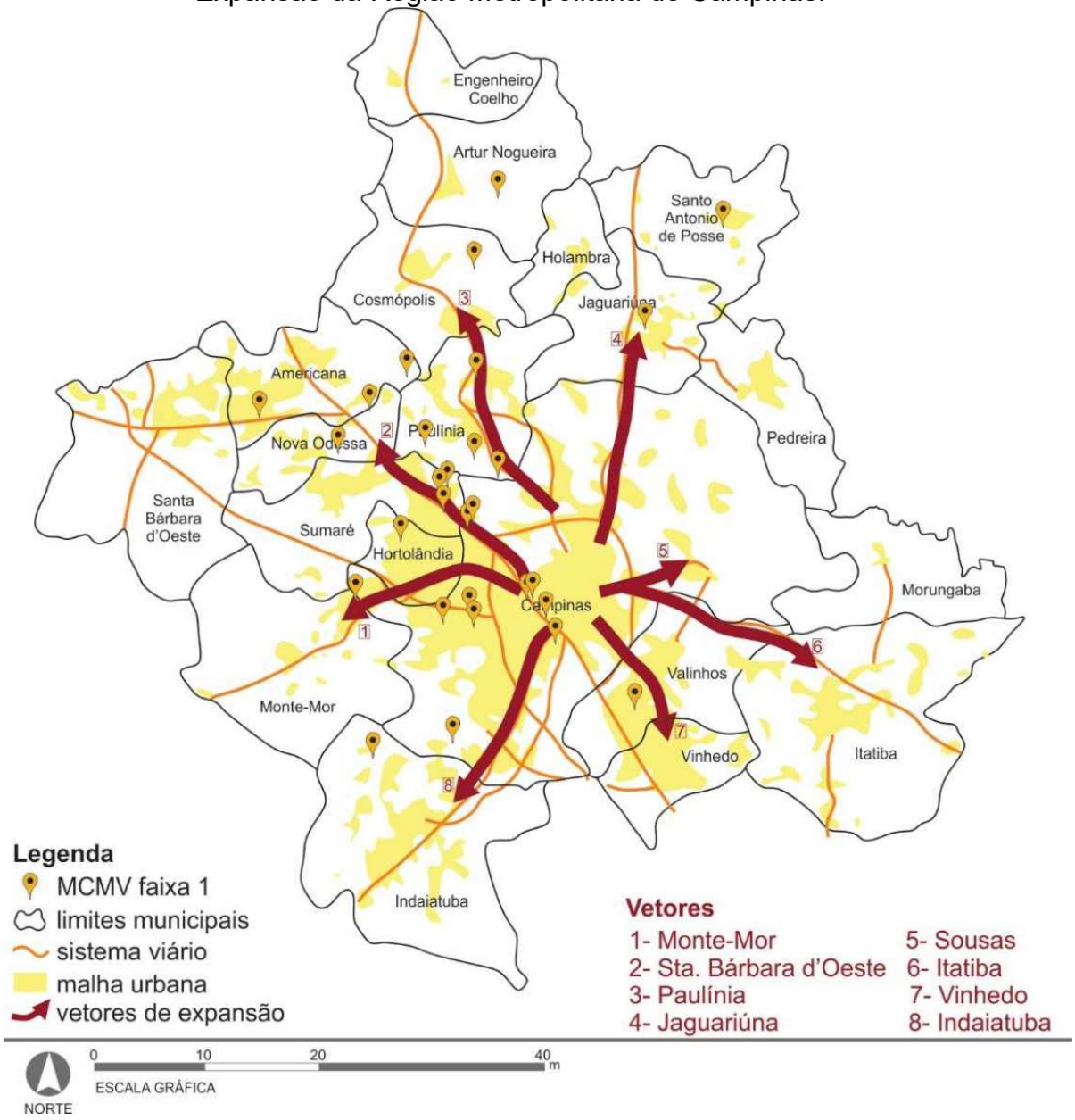
Marcelo Freixo (2015), em coluna do jornal Folha de São Paulo, criticou a produção do PMCMV, indicando que o direito à cidade não é garantido apenas pelo acesso à unidade habitacional. Para o autor, “o Minha Casa, Minha Vida é outro exemplo de política pública leiloada. Não é um projeto habitacional de fato, mas um instrumento para fortalecer o setor da construção civil, pois não basta produzir moradia, é preciso também garantir o direito à cidade.”

Flávio Mello (2015), então assessor do Ministro das Cidades, Gilberto Kassab, em resposta à Freixo, no mesmo jornal, expôs que, no PMCMV, “a escolha desses terrenos é feita por Prefeituras e Estados e considera os equipamentos sociais disponíveis (estrutura educacional, de saúde, mobilidade e segurança) como previsto na legislação do programa”. Mello se refere ao decreto citado anteriormente, fazendo menção ao fato de que, ao doarem as terras, as Prefeituras escolhem a localização dos empreendimentos, o que, teoricamente, garantiria a boa localização e inserção na cidade.

Porém, esta não é a realidade que se encontra ao analisar a localização dos empreendimentos, para a faixa 1, produzidos pelo programa. Na Região Metropolitana de Campinas foi possível compreender a lógica de locação dos empreendimentos do PMCMV, como é mostrada na Imagem 1. A análise na escala regional revela a grande concentração dos empreendimentos nos extremos da mancha urbana. Esse fato leva à reflexão de que esse seja o retrato do “nó da terra”, caracterizado anteriormente. O preço da boa localização e a legislação ambígua impossibilitam a promoção de habitação social (ao menos através do PMCMV) em áreas mais bem inseridas na malha urbana.

O mapa mostrado na Imagem 1 é resultado de um esforço de síntese das informações obtidas durante os levantamentos (documental e de campo). Para além das propostas de análise apresentadas neste trabalho, ele ainda pode ser fonte de diversas outras análises.

Figura 1 – Localização dos empreendimentos do PMCMV e Vetores de Expansão da Região Metropolitana de Campinas.



Fonte: adaptado de Prefeitura Municipal de Campinas (2006), cortejado com informações do Plano Diretor de Campinas de 2006 e dados obtidos em levantamentos documental e de campo.

Rolnik (2015), ao analisar os conjuntos habitacionais produzidos pelo PMCMV na RMC, observou que há maior concentração na porção oeste do território, sobretudo após as Rodovias dos Bandeirantes e Anhanguera (coincidentes com os Vetores 2 e 8). Não por acaso, ainda segundo a mesma autora, essa região concentra grande parte da população em maior vulnerabilidade social, portanto a de menor poder aquisitivo, bem como menor

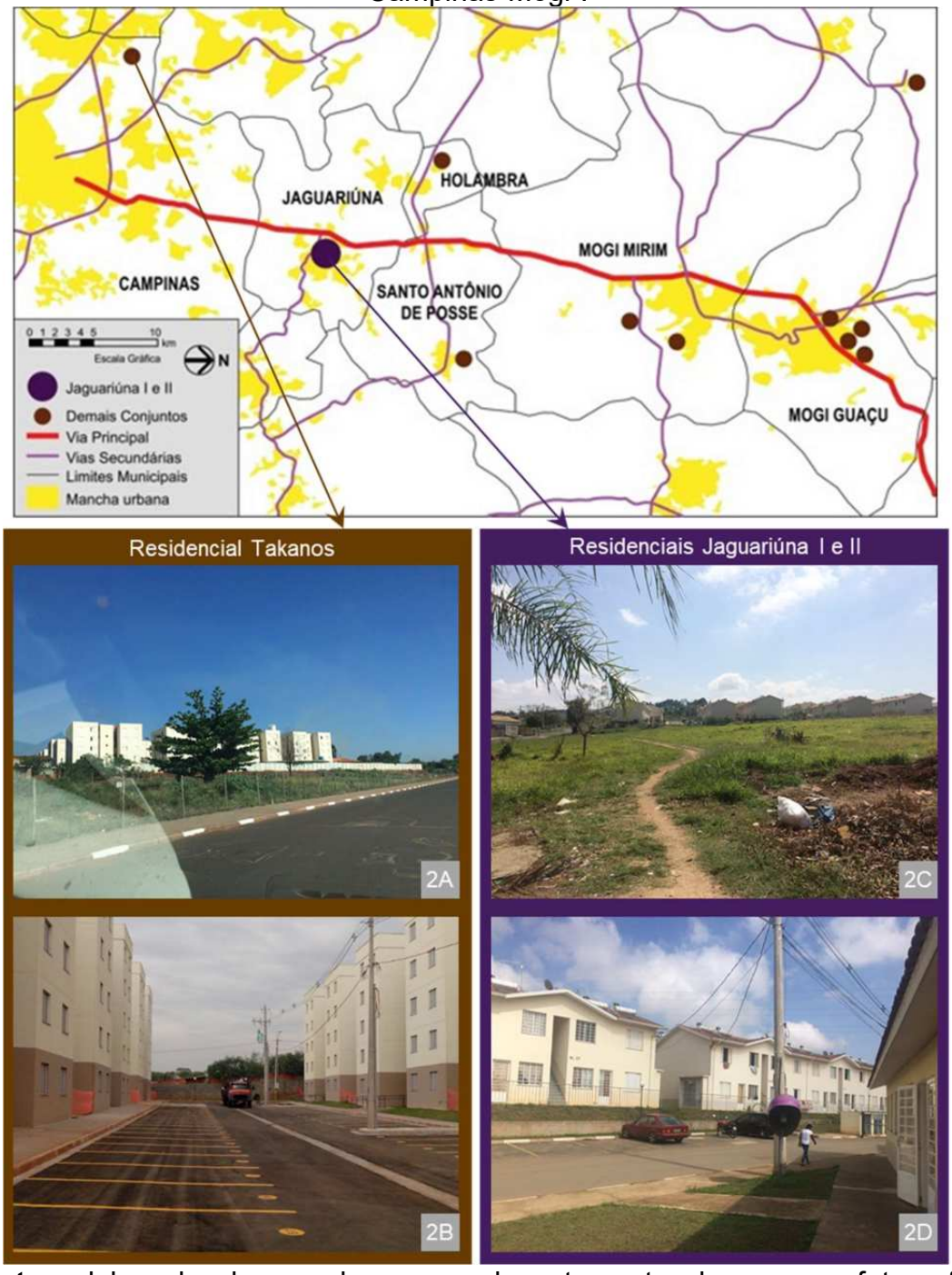
oferta de infraestrutura urbana e serviços públicos. A análise de Rolnik corrobora com a teoria do “nó da terra” e as informações apresentadas sobre o PMCMV até aqui. Outros exemplos e análises em outra escala vão confirmar que essa lógica da produção do programa no território em pauta se repete, conforme será observado a seguir.

A PRODUÇÃO DO PMCMV NO “EIXO CAMPINAS-MOGI”

Por uma questão de método e recorte territorial, este estudo se restringirá à análise do “Eixo Campinas-Mogi”, compreendido pela rodovia SP-340 – Governador Doutor Adhemar Pereira de Barros (conhecida vulgarmente como Mogi-Campinas), e pelas cidades que o compõe: Jaguariúna; Santo Antônio de Posse; Holambra; Mogi Mirim; e Mogi Guaçu. Os municípios de Mogi Mirim e Mogi Guaçu, apesar de não terem sido incluídos na lei que oficializa a Região Metropolitana de Campinas, também serão alvo de estudo, considerando-se que ambos possuem ligação intrínseca nas dinâmicas regionais e proximidade territorial da sede e dos outros municípios envolvidos. A escolha desta delimitação se deu pela relevância da evolução urbana da região, pela disposição para o crescimento urbano nos próximos anos, pelo despertar do interesse econômico no local, pelo número de empreendimentos que se utilizaram dos recursos do PMCMV, bem como pela escassez de pesquisas científicas neste eixo. No “Eixo Campinas-Mogi”, a produção dos empreendimentos que tiveram aporte do PMCMV também apresenta concentração maior nas bordas da malha urbana consolidada, conforme a Figura 2.

Na Figura 2 é possível identificar, ao longo do “Eixo Campinas-Mogi”, as cidades delimitadas para o estudo e a identificação dos empreendimentos construídos. A cidade de Holambra ainda não conta com nenhum empreendimento edificado. Nas demais cidades, ainda em escala regional, a localização identificada responde à mesma lógica daquela apresentada na RMC. Os empreendimentos se localizam às margens da malha urbana consolidada. A Figura 2 ainda traz quatro fotografias de dois dos conjuntos habitacionais em tela: Conjunto Residencial Takanos, em Campinas (Figuras 2A e 2B); e os Conjuntos Residenciais Jaguariúna I e II, em Jaguariúna (Figuras 2C e 2D).

Figura 2 – Localização dos empreendimentos do PMCMV (faixa 1) no “Eixo Campinas-Mogi”.



Fonte: elaborada de acordo com o levantamento de campo, fotografias capturadas nos locais, em 22 set. 2016. É possível identificar os conjuntos habitacionais localizados no “Eixo Campinas-Mogi” com destaque para os Conjuntos Jaguariúna I e II. Nas fotografias, as tipologias habitacionais e o entorno, que revela a localização na franja urbana pela proximidade com áreas de caráter rural.

A análise das fotografias apresentadas na Imagem 2 nos permitem, também, algumas considerações sobre a tipologia habitacional e o entorno dos conjuntos. A tipologia do Residencial Takanos (Figura 2B), em Campinas, é o retrato do que parece ser a tipologia mais encontrada nos empreendimentos do perfil estudado por esta pesquisa. Torres de quatro pavimentos, sem elevador, dispostas no terreno sem uma preocupação aparente com a implantação[2]. A tipologia arquitetônica encontra nos Residenciais Jaguariúna I e II (Figura 2D), de casas sobrepostas, também possuí problemas de implantação, porém, resulta em menor densidade.

É necessário pontuar que as Imagens 2A e 2C contribuem para o entendimento da implantação dos conjuntos na borda da malha urbana. Pode-se notar, tanto no mapa quanto nas fotografias, o caráter rural do entorno. Isso porque as áreas escolhidas para acomodar os edifícios são vizinhas de vazios urbanos e ficam desconectadas malha urbana já consolidada. Contrapondo-se esta análise à teoria abordada anteriormente, ela pode ser explicada pelo conceito do “nó da terra”, que impede o acesso das populações de menor poder aquisitivo à terra bem localizada, devido aos valores elevados; e pela especulação imobiliária, que se aproveita dessas novas ocupações para a máxima valorização dos vazios no entorno. É importante pontuar, repetidamente, que essas condições agravam a exclusão e a segregação urbana das pessoas em maior vulnerabilidade social.

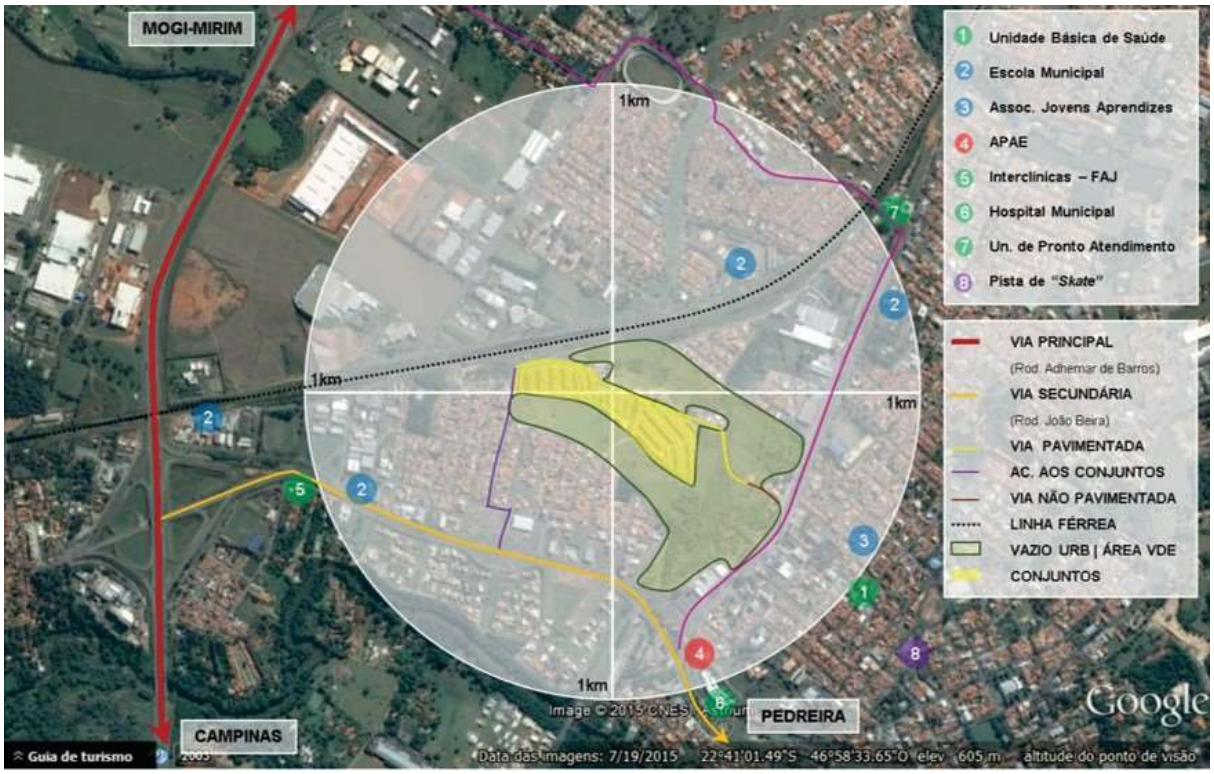
Uma análise em outra escala, a intraurbana, permite outras análises. Para esta, foi escolhida a cidade de Jaguariúna, por ser a única que aparenta, na escala regional, ter conseguido inserir os conjuntos habitacionais Jaguariúna I e II na malha urbana consolidada. É por meio da análise na escala intraurbana, neste exemplo, que se percebe a necessidade da investigação mais próxima do objeto.

Na Figura 3 traçou-se uma circunferência de raio igual a 1 km, a partir do centro dos dois conjuntos analisados – Jaguariúna I e Jaguariúna II. Pode-se perceber que os equipamentos públicos se localizam muito próximos da borda da circunferência, ou fora dela. A exceção é uma escola municipal, representada pelo círculo azul de numeração 2, que está no meio do quadrante superior direito

[2] Análise baseada em Maroso, 2017.

da circunferência. Este equipamento dista, aproximadamente, 500 metros (em linha reta) dos conjuntos. Porém, existe uma barreira física que os separa, a linha férrea representada em linha preta tracejada. Esta barreira faz com que a distância de 500 metros em linha reta se transforme em quase 2 km de caminhada entre a escola e os conjuntos.

Figura 3 – Mapa de localização dos Conjuntos Jaguariúna I e II.



Fonte: adaptado do *Google Earth* (2015), de acordo com as informações encontradas no site da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.

Com a análise da implantação dos dois conjuntos, ressalta-se a importância da averiguação da localização dos empreendimentos em escalas diferentes. O empreendimento que, a princípio, parece estar bem localizado na escala regional, ao ser confrontado com a realidade intraurbana, pode ter sua localização questionada. Reis Filho (2006, p. 81) explica que “na escala regional, a imagem é de continuidade; na escala urbana (intraurbana), é de descontinuidade”. Essa lógica pode ser aplicada no território em tela por apresentar características da urbanização dispersa, como explica o mesmo autor.

Reis Filho (2006; 2009), explica que a dispersão urbana é caracterizada por uma área urbanizada que apresenta as mesmas condições de infraestrutura (como instalações hidrosanitárias, eletricidade, pavimentação, e etc.) de uma centralidade próxima. Explica, também, que os resultados desse fenômeno já são sentidos em diversos países, através da formação das regiões metropolitanas; verticalização e congestionamento de áreas já urbanizadas; elevação dos preços dos imóveis; dispersão periférica; e esvaziamento dos centros. Estes, entre outros, são possibilitados pela lógica rodoviarista e baseado no transporte de cargas e passageiros "ponto a ponto" que se fazem amplamente presentes no território brasileiro.

Mesmo com o intuito de se produzir habitação em boa localização, traduzido na legislação do PMCMV, os interesses particulares, somados ao "nó da terra", dificultam que esse intuito seja uma realidade, ao menos por enquanto.

A PRODUÇÃO DO PMCMV E AS ZEIS

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são delimitadas com o intuito de direcionar o uso de determinada área para o desenvolvimento de Habitação de Interesse Social (HIS). Oliveira (2001), ao analisar os instrumentos do Estatuto da Cidade, explica que a lei de zoneamento busca definir uso e ocupação, separando as cidades em zonas homogêneas. Nesse sentido, as ZEIS buscam preservar, no território, os interesses das classes de mais baixa renda. Além de organizarem o território e garantir o interesse social, essas zonas especiais também podem apresentar parâmetros legais mais brandos, viabilizando o acesso da população com dificuldades econômicas ao mercado formal. Isso se deve ao fato de que muitos padrões urbanísticos previstos na legislação (como a Lei Federal n° 6.766/79, com redação alterada pela Lei 9.785/99) se tornam inviáveis para essas camadas. O município, órgão tido como responsável pelo ordenamento territorial das cidades pela Carta Magna brasileira, é o responsável por demarcar as ZEIS, visando a integração da população mais necessitada.

Parece se tornar clara a necessidade da aliança entre a produção do PMCMV e as ZEIS. Rolnik (2010, p. 42) defende que as ZEIS "são instrumentos urbanísticos que definem regras para o uso e a ocupação do solo nas cidades e

estabelecem áreas da cidade destinadas para construção de moradia popular", e que "elas estão diretamente ligadas à construção de novas moradias, objetivo principal do Programa Minha Casa Minha Vida". A mesma autora explica que as ZEIS servem para

> *assegurar a destinação de terras bem localizadas e com infraestrutura para os mais pobres (...) ampliar a oferta de terras urbanizadas e bem localizadas para as parcelas de baixa renda da população (...) regular o mercado de terras urbanas (...) aumentar a capacidade de negociação da prefeitura com proprietários de terras* (ROLNIK, 2010, p. 43)

Porém, mesmo com a clara conexão entre a produção de habitação bem localizada e a demarcação de ZEIS, uma averiguação nos municípios estudados não reflete o uso desse instrumento como estruturador de um sistema de habitação, como revela a Figura 4.

Figura 4 – Confronto entre a localização dos empreendimentos do PMCMV e a demarcação de ZEIS em Jaguariúna, Mogi Mirim e Mogi Guaçu.



Fonte: adaptado de *Google Earth* (2015). Em laranja, ZEIS demarcadas pelo município já ocupadas; em roxo, ZEIS demarcadas pelo município ainda vazias.

A Figura 4 mostra uma comparação entre a localização dos empreendimentos construídos pelo Programa Minha Casa Minha Vida nos municípios de Jaguariúna, Mogi Mirim e Mogi Guaçu, respectivamente. Nos outros dois municípios que integram o "Eixo Campinas-Mogi" em estudo, Holambra e Santo Antônio de Posse, não foi possível fazer a comparação, pois

não possuem ZEIS instituídas na legislação municipal. Por sua vez, o município de Campinas, embora tenha ZEIS demarcadas em seu território, nenhuma delas está localizada no recorte territorial proposto, o que reafirma a lógica de demarcação nas áreas menos servidas de infraestrutura urbana e com menor valor comercial do solo.

Analisando os mapas apresentados na Figura 4, é possível verificar que a demarcação das ZEIS pelos municípios, quando comparada com a produção habitacional do PMCMV, corrobora com a leitura de Rolnik (2010), ao se observar que apenas dois empreendimentos estão localizados em zonas especiais. Esse fato evidencia que o planejamento urbano desses municípios, aparentemente, não considera a potencialidade dos instrumentos do Estatuto da Cidade, sobretudo quando da aplicação dos recursos do programa em tela, independente do momento de demarcação das zonas.

A falta de aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade na produção do PMCMV reforça o caráter econômico do programa. Se a principal intenção fosse garantir o direito à moradia digna e à cidade, certamente seria necessário – e natural – que se fossem aplicados os instrumentos criados para tal e regulamentados por tal Estatuto. Para Oliveira (2015, p. 17), “o padrão de ação privado, pautado na lucratividade, pressiona o PMCMV no sentido de se adequar aos padrões do mercado, onde o acesso a bens e serviços urbanos e a localização dos conjuntos se definem por critérios puramente econômicos”.

No exemplo de Mogi Mirim, apresentado na Figura 4, ainda que a cidade tenha demarcado as ZEIS no território, e mesmo tendo zonas desocupadas, o Programa se utilizou de outras áreas, fora das ZEIS, para a execução de conjuntos. Esse fato revela falta de consonância entre o planejamento urbano feito pelo Estado e o emprego dos recursos advindos do programa federal.

Segregação socioespacial urbana no “Eixo Campinas-Mogi”

Rolnik (2015), analisa a produção do PMCMV na RMC através do conceito de segregação espacial. Para ela, os conjuntos habitacionais produzidos na região colaboram para intensificar a segregação existente, à medida que: (a) são produzidos em terrenos privados na borda da malha urbana e reproduzem a segregação socioespacial das cidades brasileiras; (b) compreendem a moradia

para baixa renda como mercadoria e oportunidade de negócio; (c) respondem à normas atreladas à macroeconomia, em detrimento da legislação (SNHIS[3] e PlanHab[4]); (d) respeitam às regras do PMCMV que, atrelado às construtoras privadas, determina a reprodução do modelo periférico; (e) atendem ao custo máximo da unidade habitacional, comprometendo a qualidade do projeto, visto que os atributos urbanísticos não influenciam no lucro das construtoras; e (f) para possibilitar o aumento dos lucros, são feitos megaempreendimentos desastrosos. A segregação, socioeconômica e socioespacial, lida por Rolnik (2015), é facilmente identificada no território da RMC, conforme já observado.

Rolnik (2015), caracteriza a rodovia Anhanguera (SP-330) como a "cordilheira da riqueza", que separa a população entre maiores e menores rendimentos. Na região sudoeste está concentrada a população de menor renda, compreendida pelo bairro de Campo Grande (Campinas) e as cidades de Hortolândia, Monte-Mor, Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste. Já a região nordeste concentra a população de maior renda, compreendida pelos bairros centrais, shoppings centers de maior importância, condomínios horizontais de alto padrão e as cidades de Paulínia, Jaguariúna, Holambra, Vinhedo e Valinhos. É certo que as cidades do setor sudoeste, de forma geral, apresentam menores índices de desenvolvimento (IDH, PIB, renda per capta, etc.), se comparadas com as cidades da região nordeste, revelando a segregação.

A maior concentração de empreendimentos do programa, claramente, está na região sudoeste. Não por acaso, uma vez que a terra é mais barata nesta região, o que viabiliza a construção dos empreendimentos em atendimentos às normas do programa. Esse fato comprova a tese da autora e a caracterização da segregação urbana na RMC.

As consequências dessa segregação para as cidades e para a população são muitas. Segundo Villaça (2003), ocorre a segregação quando há dominação política, ideológica e econômica. O mercado, usado como instrumento da dominação e da exclusão, é retratado na manifestação espacial, como no exemplo da RMC. O espaço urbano se torna cenário da segregação de natureza socioeconômica. A segregação espacial urbana está vinculada, principalmente,

[3] SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
[4] PlanHab – Plano Nacional de Habitação de Interesse Social

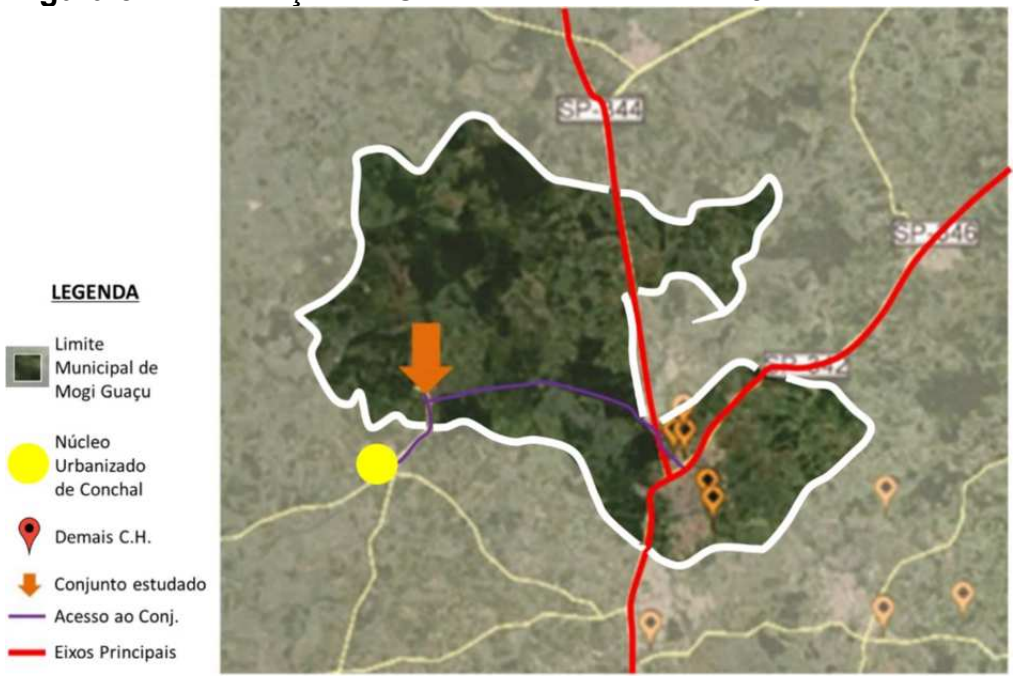
à acessibilidade, entendida como facilidade (ou dificuldade) da locomoção pelo território. A acessibilidade está ligada ao tempo e custo do deslocamento, sendo que o custo é relativo – o transporte é mais caro, relativamente, para a população de mais baixa renda, pois representa uma porção maior de seus rendimentos.

Maricato (2015) analisa que, enquanto o programa investe em habitação para baixa renda, a especulação imobiliária cresce em taxas altíssimas. Entre 2008 e 2015 (sendo que o PMCMV é lançado em 2009), o preço médio dos imóveis subiu 265,2% no estado do Rio de Janeiro e 218,2% no estado de São Paulo – os dois estados de maior concentração da produção habitacional do programa.

Maricato (2015) explica esse fenômeno baseando-se no fato de que a habitação é uma mercadoria especial. Seu vínculo com a terra a torna não reproduzível. Soma-se a esse fato o controle estatal frágil da terra (mesmo com as leis e planos citados anteriormente neste texto). Esta soma resulta em grande especulação imobiliária não controlada, que também contribui para o aumento da segregação urbana socioeconômica e socioespacial.

A fim de caracterizar a segregação urbana no “Eixo Campinas-Mogi”, utilizou-se um estudo de caso, de um empreendimento no município de Mogi Guaçu, o Condomínio Residencial Jardim Primavera. A Figura 5 mostra a localização do empreendimento em relação ao município que pertence.

Figura 5 – Localização do Condomínio Residencial Jardim Primavera.



Fonte: adaptado de *Google Earth* (2015). Adaptações de acordo com a legenda.

O Condomínio Residencial Jardim Primavera é um exemplo de segregação urbana que acontece no "Eixo Campinas-Mogi". Ainda que pertença ao município de Mogi Guaçu, o empreendimento tem conexão mais fácil com município de Conchal. Entre o conjunto e o centro de Mogi Guaçu são 28 km, ou 30 min de transporte particular. Esses valores são reduzidos para 8 km e 8 min até Conchal. A diferença entre os municípios de Conchal e Mogi Guaçu fica clara na comparação dos índices de desenvolvimento. Conchal possui, segundo o IBGE[5], IDH (2010) de 0,708; e índice da pobreza de 35,93%. Enquanto Mogi Guaçu, segundo o IBGE[6], IDH (2010) de 0,774; e índice da pobreza de 18,06%. Além disso, os IPVS para as duas cidades é de, respectivamente, 60% em média e alta vulnerabilidade; e 74% em baixa e muito baixa vulnerabilidade. Além disso, é possível identificar – no território em tela – os princípios da urbanização dispersa tratados por Reis Filho, apresentados anteriormente.

Os dados apresentados revelam a diferença na qualidade de vida oferecida pelos municípios em questão. Ao se observar que o empreendimento em tela possui maior ligação com o município que apresenta os piores índices de desenvolvimento, mesmo sendo sediado no outro, revela-se a segregação. Outra análise importante é a área envoltória do conjunto, caracterizada na Figura 6.

[5] Dados obtidos em consulta ao aplicativo "@cidades" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=351220>. Acesso em 10 nov. 2015.

[6] Dados obtidos em consulta ao aplicativo "@cidades" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=353070>. Acesso em 10 nov. 2015.

Figura 6 – Análise do Condomínio Residencial Jardim Primavera.



Fonte: adaptado de *Google Earth* (2015). Adaptações de acordo com a legenda. Fotografias capturadas em 04 nov. 2015. 6A: acesso ao condomínio; 6B: parque público; 6C e 6D: comércio local; 6E: base comunitária de segurança.

A característica da área do entorno do empreendimento em tela revela as diferenças significativas entre este e a área central de Mogi Guaçu, e ao mesmo tempo, a proximidade com as características da cidade de Conchal. As rodovias que dão acesso ao local têm características diferentes, sendo mais convidativa a ligação com a segunda cidade. Isto somado à proximidade física e aos índices de desenvolvimento, caracteriza a segregação urbana presente.

Fica claro que os empreendimentos produzidos com o aporte financeiro do Governo Federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida, contribuem para reforçar a segregação urbana, socioeconômica e socioespacial, existente na Região Metropolitana de Campinas. Igualmente, essa produção, ao ser analisada em outra escala, ao longo do “Eixo Campinas-Mogi”, também contribui para a segregação neste recorte territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para cada conceito trazido, para cada análise feita, existe um estudo que observa os problemas e consequências de determinada ação no campo da habitação de interesse social. Para o “nó da terra”, que não permite um acesso igualitário à moradia bem localizada, existem os instrumentos de controle estatal da terra. Para uma boa localização dos empreendimentos do PMCMV, que à

maneira como vêm sendo feitos, corroboram para a segregação urbana, existem os instrumentos do Estatuto da Cidade, como as ZEIS.

Dessa forma, não é por falta de conhecimento teórico que a reprodução de imensos conjuntos habitacionais, afastados da malha urbana consolidada que concentra emprego e renda, é uma prática que colabora com a segregação urbana. Tampouco, que a segregação urbana possuí desastrosas consequências para as cidades, como o tráfego caótico e os altos índices de criminalidade.

Em suma, conclui-se que os interesses particulares de poucos, na investida da reprodução do capital, se sobressaem ao interesse comum, com a anuência e, por vezes, suporte do Estado, que tem se expressado nos conjuntos do PMCMV edificados no “Eixo Campinas-Mogi”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIOCHETTA, M. (2011). Implicações do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) nas Habitações Contratadas na Planta pelo Programa Minha Casa Minha Vida. (**Dissertação de Mestrado**). Universidade do Vale do Itajaí, Brasil.

FREIXO, M. (2015, agosto 11). Democracia e Cidade. **Folha de São Paulo**. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelo-freixo/2015/08/1667009-democracia-e-cidade.shtml.

HACKRADT, P. W. (2012). Desastres Ambientais e Políticas Habitacionais: o caso da COHAB-CT e do Programa Minha Casa Minha Vida. (**Dissertação de Mestrado**). Universidade do Vale do Itajaí, Brasil.

MARICATO, E. (2015). **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular.

MARICATO, E. (1999) A terra é um nó, na sociedade brasileira ... também nas cidades. **Cultura Vozes.** Petrópolis: Ed. Vozes.

MAROSO, C. B. HABITAÇÃO E CIDADE: gestão territorial, dispersão urbana e o Programa Minha Casa Minha Vida. O caso dos Conjuntos Habitacionais Jaguariúna I e II. Jaguariúna, São Paulo (2011-2016). 2017. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – **Centro de Ciências Ambientais e Tecnológicas**, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/937/2/Caio%20Barbato%20Maroso.pdf>. Acesso em 15 abr. 2019.

MELLO, F. (2015, agosto 16). Painel do Leitor. **Folha de São Paulo**. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/08/1669274-assessor-de-kassab-comenta-coluna-de-marcelo-freixo.shtml.

OLIVEIRA, F. J. G. de. & Soares, T. de O. (2012). Os Limites da Integração e das Políticas Territoriais na Escala Local: a ação dos municípios no planejamento territorial. **Scripta Nova**.

OLIVEIRA, I. C. E. de. (2001). **Estatuto da Cidade**; para compreender... Rio de Janeiro: IBAM/DUMA.

OLIVEIRA, J. C. P. de. (2015). As dimensões coorporativas do Programa Minha Casa, Minha Vida, o dilema do limite entre uma a política social e a política econômica. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVI, 2015, Belo Horizonte, **Anais**.**Belo Horizonte, ENANPUR.**

ROLNIK, R. (2015). O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole/Observatório das Metrópoles,** São Paulo.

ROLNIK, R., Reis, J., Klintowitz, D. & Bischof, R. (2010) **Como Produzir Moradia Bem Localizada com os Recursos do Programa Minha Casa Minha Vida?**

VILLAÇA, F. (2003). A Segregação Urbana e a Justiça (ou a Justiça no injusto espaço urbano). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo.

SOBRE OS AUTORES

Caio Barbato Maroso
Aluno do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Doutorado). Mestre em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2017). Arquiteto e Urbanista pela Universidade São Francisco (2011). Engenheiro de Segurança do Trabalho (FAJ, 2013). 5 anos de experiência como docente e assessor pedagógico (graduação em Arquitetura e Engenharias) e 11 anos de experiência em colaboração e elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos.
E-mail para contato: caio.arqui@gmail.com

Luiz Augusto Maia Costa
Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB - ARQ PUC-Campinas) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Graduado em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador (1991), graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (1997), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2001) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2005). Pós-Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2008). Membro do Grupo de Pesquisa Cultura Urbanística na Tradição Clássica do CEATEC PUC-Campinas. Possui vários artigos publicados e é autor do livro O Ideário Urbano Paulista na virada do século. O engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Teoria do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: História Urbana, Planejamento Urbano, Requalificação Ambiental e São Paulo.
E-mail para contato: luiz.augusto@puc-campinas.edu.br

PROPOSTA DE INSTALAÇÃO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA EM UMA UNIVERSIDADE DE NITERÓI COMO SOLUÇÃO TARDIA PARA ACESSIBILIDADE

Proposal for the installation of lifting platform at a university in Niterói as a late solution for accessibility

BARBOZA, Douglas Vieira
Universidade Federal Fluminense

SILVA-JÚNIOR, Antônio Miguel da
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: A acessibilidade é uma preocupação constante da arquitetura e do urbanismo nas últimas décadas, estando diretamente ligada ao fornecimento de condições às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, com o intuito de que possam utilizar espaços públicos ou coletivos com segurança e autonomia total ou assistida. É evidente que muitas edificações em funcionamento não atendem aos requisitos de acessibilidade, pois foram construídas antes deste tema ser plenamente debatido e exigido dentro dos parâmetros de construção. A literatura ainda requer referências a cerca da instalação tardia de equipamentos que promovam a acessibilidade, portanto o objetivo deste trabalho é expor um estudo de caso que propõe a instalação de plataforma elevatória em uma instituição de ensino como solução tardia, onde há a carência desta demanda e que este contribua com a bibliografia sobre o assunto. Se pôde notar que a aplicação do equipamento proposto para o estudo de caso é uma alternativa viável. Entretanto ainda são necessários investimentos em conscientização para que as edificações antigas se adaptem para atender as pessoas com deficiência com maior conforto e comodidade.

Palavras-chave: Acessibilidade; Pessoa com deficiência; Elevador.

Abstract: Accessibility is a constant concern of architecture and urbanism in the last decades, being directly linked to the provision of conditions to people with disabilities or with reduced mobility, with the intention that they can use public or collective spaces with total or assisted autonomy and safety. It is evident that many buildings in operation do not attend the accessibility requirements, as they were built before this topic was fully debated and required within the parameters of construction. The literature requires references about the late installation of equipments that promotes accessibility, so the objective of this paper is to expose a case study that proposes the installation of a lifting platform in an educational institution as a late solution, where there is a lack of this demand and to contribute with the bibliography on the subject. It was noted that the application of the equipment proposed for the case study is a viable alternative. However, investments in awareness are still needed for old buildings to adapt to serve disabled people with greater comfort and convenience.

Key-words: Accessibility; Disabled person; Lift.

INTRODUÇÃO

É sabido que as pessoas com deficiência são aquelas que tem algum impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual (mental), ou sensorial (visão e audição). Elas enfrentam diversas barreiras que podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

As limitações das pessoas com deficiência estão intimamente relacionadas com problemas de acessibilidade que contribuem para a sua inclusão ou exclusão social, devido às condições que permitam o exercício da autonomia e a participação do sujeito e que podem interferir ou prejudicar o seu desenvolvimento ocupacional, cognitivo e psicológico.

Para Martins (2014) a acessibilidade é uma construção que depende da sensibilização e da partilha com o outro para possibilitar, com precisão ética, a construção de uma política de diálogo com os sujeitos que, de fato, necessitam de adequações físicas, estruturais, comunicacionais e relacionais.

O termo acessibilidade tem sua origem histórica na década de quarenta, para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência vinculada ao surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, sendo inicialmente descrita como condição de mobilidade e eliminação das barreiras arquitetônicas e urbanísticas, numa clara alusão às condições de acesso a edifícios e meios de transporte (ARAÚJO, 2009).

Este trabalho tem como propósito contribuir para a literatura sobre acessibilidade tardia expondo um caso específico de proposta de instalação de uma plataforma elevatória que permita o acesso a partir da calçada ao campus de uma universidade privada que encontra-se elevado sobre uma rocha metamórfica, visando assim contribuir para a conscientização à cerca do tema.

A Metodologia utilizada, contou além da revisão de literatura sobre os temas acessibilidade e equipamentos de transporte vertical e com um Estudo de Caso realizado a partir de constatações realizadas no local para uma análise sobre a realidade situacional.

Embora a problemática esteja presente no cotidiano, a literatura sobre as particularidades do tema não é extensa, assim este trabalho se justifica na afirmação de Sperandio (2014) que há uma escassez de produção científica

referente ao assunto, embora o tema esteja na pauta dos governos e sendo discutido pela população, o tema necessita ser debatido com profundidade pela academia.

Para cumprir o objetivo colaborar para a bibliografia sobre o assunto e discutir as especificidades de um projeto específico de instalação tardia, este estudo se encontra organizado em uma introdução e revisão de literatura sobre o tema, estudo de caso e considerações finais.

Acessibilidade

A Lei nº 13.146 de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) define que a acessibilidade se traduz como:

> *possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida* (BRASIL, 2015).

Por ter uma inegável importância o tema está cada vez mais difundido na sociedade, logo novos projetos, seja de um edifício ou qualquer outro serviço devem atender a requisitos mínimos de acessibilidade física para a sua utilização por pessoas com necessidades especiais de forma autônoma e segura, porém as adaptações, apesar das tentativas de efetuá-las de acordo com as normas, nem sempre são possíveis devido a várias características arquitetônicas antigas do local (GALVAN et al., 2019).

É importante que sejam das propostas intervenções para que o mínimo de acessibilidade seja atribuída a população, garantindo que todos tenham a autonomia de ir e vir a qualquer lugar com conforto, segurança e autonomia. Para isso algumas soluções disponíveis podem ser rampas, passarelas, elevador e/ou cadeira elevatória, mesa tátil, piso tátil, televisores informativos com linguagem dos sinas, adequações no banheiro (MANGUSSI-FILHO et al.,2019)

De acordo com Almeida Prado, Besse e Lemos (2011), estão disponíveis no mercado algumas soluções e equipamentos voltados a acessibilidade para atender as pessoas com necessidades especiais e/ou com mobilidade reduzida e que permitem um espaço que exige pouco desgaste físico e com uso intuitivo que garante a autonomia e independência.

Segundo a NBR 9050:2015 pode se definir como Acessível os mobiliários, espaços, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.

De acordo com Cruz el al. (2020), as barreiras arquitetônicas são o fator principal para impedimentos de atividades e além de políticas públicas torna-se necessário manutenção dos serviços, capacitação de profissionais, fiscalização das leis e conscientização da sociedade para tornar os ambientes adaptados e reduzir impactos na saúde, inclusão social e cidadania.

Ainda segundo a NBR 9050:2015 Adaptável se qualifica como adaptável qualquer espaço, edificação, mobiliário, transporte, equipamento urbano ou qualquer elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.

E de acordo com a NBR 9050:2015 é considerado como adaptado qualquer espaço, mobiliário, edificação, transporte ou qualquer elemento que tenha sofrido modificações para se tornar acessível.

Contudo o planejamento faz parte da vida das pessoas e organizações, e portanto é importante também nos projetos de mobilidade que se recorra a algum plano para o atendimento das necessidades (SAMPAIO *et al.*, 2018).

Chiele, Silva-Filho e Graeff (2019) afirmam que ao se repensar o processo de construção, se deve pensar sobretudo na maneira como a sociedade se insere nessa dinâmica, de modo que o trabalho alicerçado na postura empatia visando o bem coletivo e a sustentabilidade, sendo uma maneira de tornar o país menos desigual.

Plataformas Elevatórias

Plataforma elevatória é um equipamento destinado a auxiliar no deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida. Sua intenção é

proporcionar autonomia a estas pessoas com total independência e segurança, permitindo que eles ultrapassem qualquer obstáculo, fornecendo as condições necessárias para que ela realize qualquer atividade que desejar sem nenhuma restrição imposta pela localização ou arquitetura do local, sua instalação se tornou obrigatória pelo Decreto 5.296/2004 o qual determina que edifícios com mais de um pavimento, com exceção das habitações unifamiliares devem dispor de condições técnicas que facilitem a instalações do dispositivo de deslocamento vertical no local, esses dispositivos no Brasil são regulamentados pela NBR ISO 9386-1:2013, e pela NBR 9050:2015.

ABNT NBR 9050:2015 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaço e Equipamentos Urbanos. Esta Norma “estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.” (ABNT NBR 9050, 2015), tendo em vista proporcionar a utilização do espaço público ou privado de maneira autônoma e segura independente de quaisquer limitações físicas que a pessoa possa ter.

ABNT NBR ISO 9386-1:2013 – Plataformas de Elevação Motorizadas para Pessoas com Mobilidade Reduzida – Requisitos para Segurança, Dimensões e Operação Funcional. Esta Norma “especifica os requisitos de segurança, dimensões e operação funcional para plataformas de elevação vertical motorizadas, instaladas permanentemente e planejadas para o uso por pessoas com mobilidade reduzida quando em pé ou sentadas em cadeira de rodas, com ou sem assistência.” (ABNT NBR ISO 9386-1, 2013, p.1).

Essas plataformas podem ser dividas basicamente em dois grupos: plataforma de acessibilidade para escadas e plataformas para deslocamentos verticais:

- Plataformas de acessibilidade para escadas: Equipamento projetado com finalidade de auxiliar pessoas com a mobilidade reduzida que necessitam vencer desníveis inclinados.
- Plataformas para deslocamentos verticais: Equipamento projetado com a finalidade de auxiliar pessoas com mobilidade reduzida a vencer desníveis verticais de até 4 metros, possui opções variadas de instalação podendo ser utilizada uma estrutura construída no

local ou uma estrutura metálica da própria fabricante da plataforma, tem opções variadas para a abertura de suas portas podendo ser unilaterais, opostas ou adjacentes.

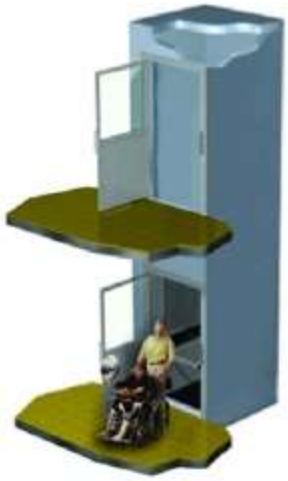


Figura 1: Plataforma elevatória com abertura unilateral.
Fonte: Vertline Elevadores, 2015.



Figura 2: Plataforma elevatória com abertura oposta.
Fonte: Vertline Elevadores, 2015.



Figura 3: Plataforma elevatória com abertura adjacente.
Fonte: Vertline Elevadores, 2015.

ESTUDO DE CASO

O seu desenvolvimento do estudo partiu da revisão da literatura realizada sobre acessibilidade, os tipos de plataformas elevatórias, as funções desses elevadores e tecnologias afins para formar a base de avaliação do empreendimento analisado.

Se prosseguiu para o estudo *in loco* na instituição educacional, onde se buscou analisar a partir da área estudada possíveis soluções por meio de tais equipamentos mecânicos e os possíveis benefícios da tecnologia, mesmo sabendo que seu uso deve ser amplamente estudado.

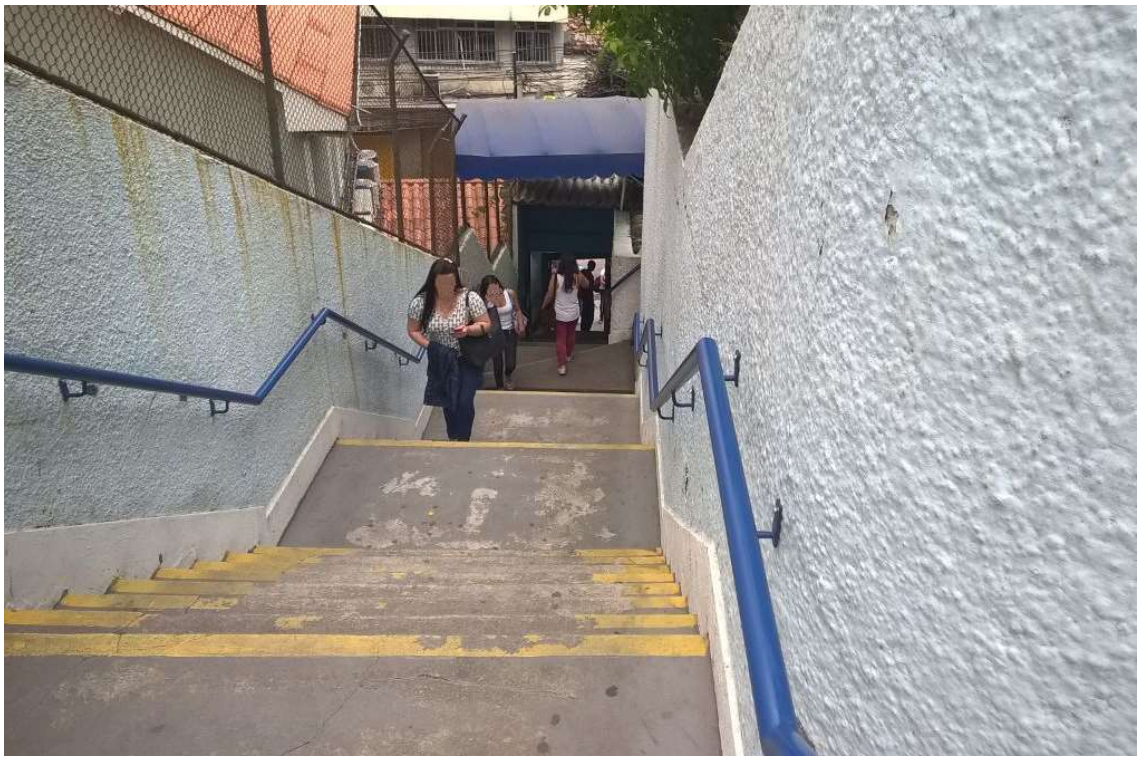
Caracterização do Empreendimento

Para atender o objetivo deste trabalho de realizar uma proposta de instalação de plataformas elevatórias como solução tardia para acessibilidade, realizou-se um estudo real no Campus da Universidade Estácio de Sá localizado na Rua Eduardo Luiz Gomes, 134, Centro de Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

O campus possui biblioteca, laboratórios, coordenação de cursos, cantina e salas de aula para atender alunos de diversos cursos de graduação e pós-graduação, porém o acesso comum aos alunos é feita por uma escadaria com expressivo número de degraus, conforme demonstrado na figura 1. A outra

opção é entrar por uma rampa íngreme com aproximadamente 45 graus de elevação que dá acesso aos veículos de docentes e funcionários.

Figura 4: Escadaria de Acesso ao Campus.

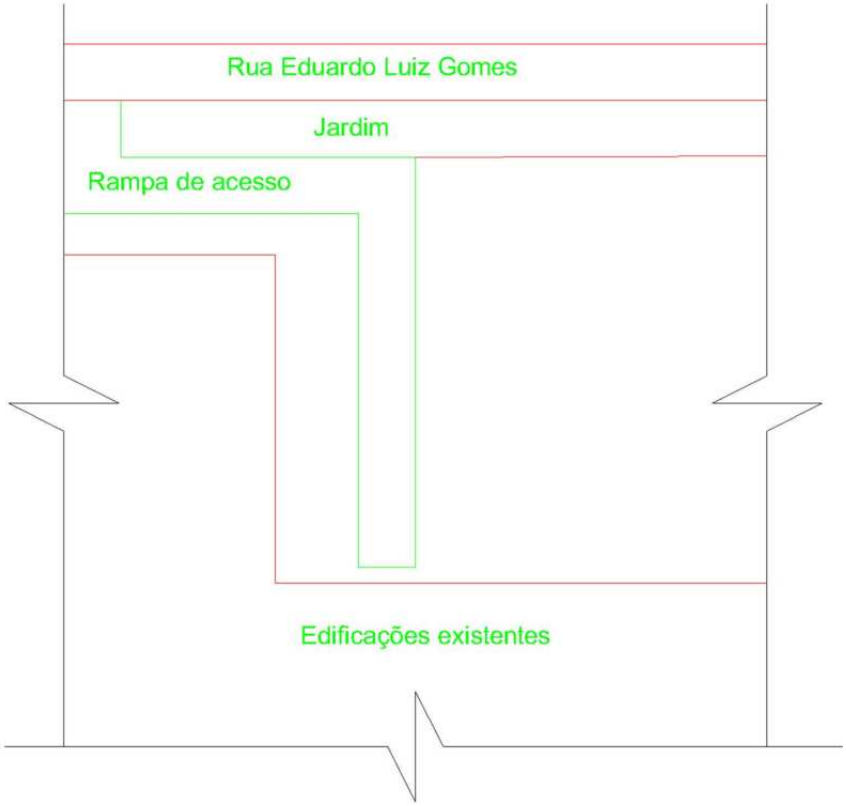


Fonte: Os Autores.

Recentemente foi instalados um elevador no Bloco B do campus para uso exclusivo de pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção, porém para se chegar a este bloco é necessário passar pela escadaria ou pela rampa mencionados anteriormente.

Na Figura 5, é demonstrada a estrutura de entrada da edificação do projeto vigente, com a escadaria, que é chamada pelos gestores de rampa de acesso, porém que não possibilita o uso autônomo por cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida.

Figura 5: Planta baixa do projeto atual.



Fonte: Os Autores.

Se a pessoa que necessita de acessibilidade não possuir veículo automotor para chegar ao estacionamento do empreendimento precisará enfrentar para ter acesso ao elevador daquele bloco, um caminho bastante dificultoso e claramente inviável de ser realizado cotidianamente, devido ao elevado esforço físico a ser realizado, que poderia causar dados a sua saúde física ou mesmo psíquica.

De acordo com Mattos (2019), na esfera psíquica os distúrbios têm origem, em consequência ao sofrimento e à fadiga física e alterações de ritmos, podendo impactar na qualidade do sono, trazer sobrecarga cognitiva e desestruturação psíquica.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é classificada como qualitativa e exploratória, pois busca um maior entendimento sobre o assunto e o processo de pesquisa é mais flexível e

menos estruturado tendo como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Também se deve considerar que a investigação foi guiada para os aspectos qualitativos da questão, considerando a subjetividade do problema e sendo capaz de identificar e analisar dados não mensurados numericamente.

O método de pesquisa deste trabalho se caracterizou por um continuo levantamento bibliográfico sobre as questões sociais e técnicas da acessibilidade e sobre os equipamentos de transporte vertical. Tal levantamento foi cruzado com as observações realizadas no local de estudo para traçar um equipamento viável para a realidade da instituição.

Foram eleitas as técnicas de observação e análise de características para perceber se é possível propor a inserção de equipamento de transporte vertical em um paredão rochoso, que é base onde o campus se encontra alicerçado.

Devido a proposta ser distinta ao projeto arquitetônico tardia em prédios, foi necessário averiguar tal estrutura e a zona onde o equipamento será instalado afetando em menor escala a organização do espaço atualmente existente, conforme pode ser identificado na Figura 6.

Figura 6: Rocha com demarcação da área onde pode ser instalada a plataforma elevatória



Fonte: Os Autores.

Resultados e Discussão

A análise das informações coletadas indicou que será necessário um corte na rocha com pouco mais de três metros de altura a partir da calçada e um equipamento sem casa de máquinas que possa permitir a entrada de pessoas de um lado e sua saída do lado oposto. Assim chegou-se ao resultado de que uma plataforma elevatória seria viável para alcançar o térreo do campus, que não se encontra a mais de 4 metros de altura.

As plataformas elevatórias se apresentaram como solução, pois já são equipamentos comercialmente utilizados na locomoção de cadeirantes, idosos, gestantes, portadores de mobilidade reduzida, e se apresentam um recurso de menor investimento que elevadores e que economizam mais espaço que a construção de uma rampa de acesso no local. É evidente que uma rampa de acesso não seria viável, pois não existe espaço disponível para tal e tal ação culminaria em um resultado como o acesso paralelo que já existe na instituição para entrada de veículos.

Propõe-se que a instalação da plataforma elevatória ocorra em um ponto entre uma sala de atendimento ao aluno e o estacionamento, próximo ao final da escadaria, conforme registrado na Figura 3. Tal ponto se apresenta como ideal por não apresentar uma preocupação com uma reorganização da estrutura organizacional atualmente existente. Porém tais alterações necessitam do apoio da gestão acadêmica, tendo que de acordo com Barreto (2018) uma gestão efetiva deve cruzar as oportunidades com as forças, e as fragilidades com as ameaças, para gerar estratégias que possam minimizar os aspectos negativos e maximizar as potencialidades da implementação.

É possível ainda se considerar que a inserção do equipamento pode impactar positivamente a logística universitária de modo geral ao considerarmos que a logística é um conceito de planejamento que tenta criar uma estrutura na qual as necessidades dos clientes possam ser traduzidas em uma estratégia (NASCIMENTO, 2019).

Como estratégia para atendimento a demanda de parte dos clientes, é proposta a inserção de um elevador de acesso com abertura oposta no espaço de um jardim suspenso existente, conforme se pode notar na representação técnica da área de intervenção no projeto proposto, demonstrado na Figura 7.

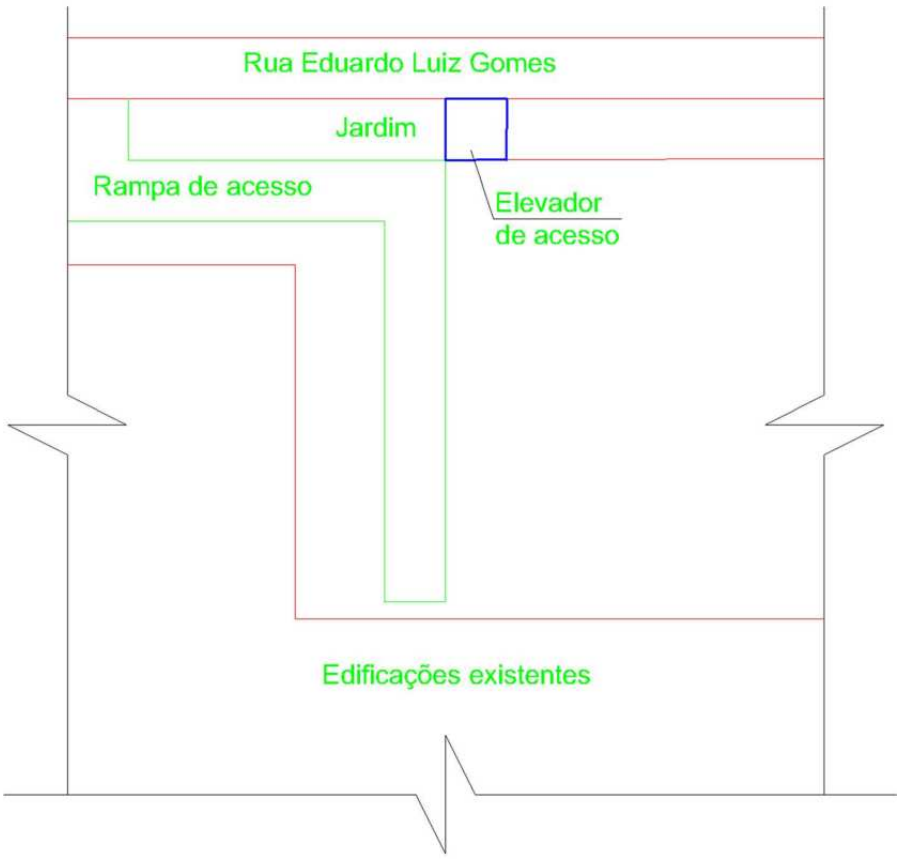


Figura 7: Planta baixa da proposta projetual

A inserção da plataforma elevatória na área proposta, impactaria de modo negativo minimamente o comportamento universitário, visto que a zona de utilização, conforme se pode entender na Figura 8, tem pouco uso pelos universitários, sendo utilizada simplesmente para estacionar no máximo duas motocicletas. Estas podem se utilizar para estacionamento, outros espaços no estacionamento de veículos que se encontra ao lado.



Figura 8: Ponto proposto para o acesso superior da plataforma elevatória.
Fonte: Os Autores

É necessário salientar que a instalação do equipamento no local ainda dependerá do corte e retirada da rocha metamórfica apresentada na Figura 2 e que como já mencionada é base do campus, além da desconstituição de parte do jardim existente logo acima desta rocha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente é possível concluir que para a solução do problema de acessibilidade à cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção existente na Universidade Estácio de Sá o equipamento mais eficiente dentro das especificações analisadas trata-se da plataforma elevatória.

Nota-se que este estudo contribui para as discussões sobre o tema, porém ainda são necessárias mais pesquisas e estudos em edificações que requerem a instalação tardia de equipamentos mecânicos que promovam o acesso das pessoas com deficiência, não somente física, mas também mental e sensorial, para que se provoque a conscientização e consequente investimento na adequação de tais edificações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA PRADO, A. R.; BESSE, M.; LEMOS, N. D. Moradia para o idoso: uma política ainda não garantida. **Revista Kairós** : Gerontologia, [S.l.], v. 13, p. 5-17, set. 2011.

ARAÚJO, C. D.; CÂNDIDO, D. R. C; LEITE, M. F. Espaços públicos de lazer: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais. **Licere (Online)**,v. 12, n. 4, dez. 2009

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050.(2015). **Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 9486-1. (2013). **Plataformas de Elevação Motorizadas para Pessoas Com Mobilidade Reduzida – Requisitos para Segurança, Dimensões e Operação Funcional.** Parte 1: Plataformas de Elevação Vertical. Rio de Janeiro.

BARRETO, D. R.; PEBA, F. C.; CALCIOLARI, A. R.; ALMEIDA, L. S. Identificação de riscos inerentes a produção de petróleo em águas profundas através da análise SWOT. **Revista de Trabalhos Acadêmicos Lusófona**, v. 1, n.1, p. 56-67, 2018.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015

CHIELE, G. S.; SILVA-FILHO, L. C. P.; GRAEFF, A. G. Proposed Evaluation of the Performance of Prototype Constructed in Concrete Blocks with Construction and Demolition Waste. **Brazilian Journal of Sustainability**, v.1, n. 2, p. 154-171, 2019

CRUZ, V. V. et al. Barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, Itabira, v. 9, n. 4, p. e168943053, 2020.

GALVAN, L. B. et al . Análise da acessibilidade no centro de tratamento da criança com câncer de um hospital universitário. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 27, n. 1, p. 81-91, Jan. 2019.

MANGUSSI-FILHO, C. R.; OLIVEIRA, P. L.; MANGUSSI, C. R.; OLIVEIRA, L. C. Análise de acessibilidade em edifício público. **Brazilian Journal of Development.** v. 5, n. 12, p.29731-29754, 2019.

MARTINS, V. R. O. Diálogos sobre a acessibilidade: encontros com a diferença. **Intellectus Revista Acadêmica Digital**, v. 28, p. 106-109, 2014.

MATTOS, A. K. M. et al. Avaliação da carga de trabalho em uma operadora de serviços de saúde na Região dos Lagos. **Brazilian Journal of Production Engineering**, v. 5, p. 31-43, 2019.

NASCIMENTO, M. C. et al. Gerenciamento de riscos na aquisição de bens e serviços em uma empresa de cosméticos. **Revista de Trabalhos Acadêmicos Lusófona**, v. 2, p. 55-68, 2019

SAMPAIO, R. G. et al. Estudo de viabilidade entre as possibilidade de implementação de linhas de metrô em São Gonçalo. **Revista de Trabalhos Acadêmicos Lusófona**, v.1, n.1, 5-18, 2018.

SPERANDIO, A. M. G. et al. Mobilidade e acessibilidade: atualização das informações das produções científicas no período de 2003 a 2012. **Intellectus Revista Acadêmica Digital**, v. 28, p. 69-82, 2014.

VERTLINE ELEVADORES. **Plataforma Elevatória**, 2015. Disponível em: <https://vertline.com.br/down/plataformas-de-acessibilidade-vertline-pdf.pdf>. Acesso em 14 jul. 2020.

SOBRE OS AUTORES

Douglas Vieira Barboza.

Doutorando em Sistemas de Gestão Sustentáveis na Universidade Federal Fluminense. Possui mestrado em Engenharia de Biossistemas pela Universidade Federal Fluminense (2017), Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Federal Fluminense (2015), Aperfeiçoamento em Engenharia da Qualidade pela Universidade Cândido Mendes (2016), Graduação em Engenharia de Petróleo pela Universidade Estácio de Sá (2013) e atualmente é professor da Graduação na Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro. E-mail para contato: douglasbarboza@id.uff.br

Antônio Miguel da Silva Júnior.

Graduando em Engenharia Civil na Universidade Federal Fluminense. E-mail para contato: antonio.msjr@hotmail.com

O PATRIMÔNIO CULTURAL IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE CABO VERDE – MG: UM ESTUDO DE CASO

The cultural property Nossa Senhora da Assunção of Cabo Verde matrix church - MG: a case study

FERREIRA, Leonardo de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – *campus* Poços de Caldas

SANTOS, Lucio Rodrigues dos
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – *campus* Poços de Caldas

RIBEIRO, Marialva Mota
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – *campus* Poços de Caldas

RESUMO: Os patrimônios culturais, por proporcionarem relações de afetividade com as pessoas, definida pela noção de topofilia, requerem intervenções, que, com frequência não ocorrem, para mantê-los aptos a abrigar atividades para os quais foram edificados. Neste contexto, objetiva-se apresentar a história do patrimônio Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção situada em Cabo Verde – MG, enfatizando os processos de reforma e restauração pelos quais foi submetida. Para tal, realizou-se um estudo de caso por meio de pesquisas bibliográficas, documental e de campo. A realização deste artigo justifica-se pela necessidade do entendimento da potencialidade do referido patrimônio e de seu entorno como lugar significativo da cidade. Durante o seu desenvolvimento observaram-se as diferentes modificações arquitetônicas realizadas na Igreja Matriz e sua importância para o crescimento e desenvolvimento do município, demonstrando a passagem construtiva do edifício e a história que envolveu a população da época. O sentido deste lugar foi definido pela interação do espaço e do tempo, articulando valores culturais e as formas de uso.

Palavras chave: Reforma; Restauração; Patrimônio Cultural.

Abstract: Cultural patrimony, for providing affective relationships with people, defined by the notion of topophilia, applied, which often do not occur, to detect the apt ones and open activities for which they were built. In this context, it aims to present a history of the property Nossa Senhora da Assunção matrix church located in Cabo Verde - MG, emphasizing the processes of reform and restoration by which it was submitted. To do this, it was realized a case study through bibliographic, documentary and field research. This article is justified by the need to understand the potential of this property and its surroundings as a significant place in the city. During its development was observed the different architectural modifications used in the Church and its importance for the growth and development of the municipality, demonstrating a constructive passage of the building and the history that involved the population of that time. The meaning of this place was defined by the interaction of time and space, articulating cultural values and its forms of use.

Keywords: Reform; Restoration; Cultural patrimony.

1- INTRODUÇÃO

Os elementos essenciais da constituição de um território e do grupo social que nele vive, como paisagens, edifícios, ruinas, estátuas, templos, igrejas, ou até mesmo partes da cidade, como os centros históricos, representam os seus patrimônios, constituídos ao longo do tempo, reunindo um conjunto de manifestações que foram desenvolvidas e representando a identidade de uma população e de um local.

Os patrimônios podem ser classificados como histórico e artístico ou cultural.

O patrimônio histórico e artístico se constitui no

> *[...] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.* (BRASIL, 1937)

Quanto ao patrimônio cultural brasileiro, a Constituição Federal Brasileira, de 1988 (BRASIL, 2005) estabelece que:

> *Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*
> *I - as formas de expressão;*
> *II - os modos de criar, fazer e viver;*
> *III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
> *IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*
> *V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.* (BRASIL, 2005)

Os patrimônios encontram-se nos municípios, dividindo, muitas vezes, espaço com elementos novos, demostrando que o passado e o presente interagem frequentemente. O grande desafio, entretanto, é assegurar a permanência da estrutura do passado com o estudo da restauração do patrimônio histórico e cultural atualmente.

Conservar e preservar os patrimônios públicos tornam-se atividades necessárias e perenes, ao considerá-los testemunhos vivos da tradição de um

povo. (CARTA DE VENEZA, 2000). Neste contexto, a Constituição Federal (BRASIL, 2005) destaca que "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação." Outra forma de resguardar tais patrimônios é por meio da educação patrimonial, "[..] que deve ser uma prática que permita a análise crítica do patrimônio." (DEMARCHI, 2018, p. 159 -160).

Partindo da necessidade do entendimento da potencialidade de um patrimônio e de seu entorno como lugar significativo de uma cidade, neste artigo, elaborado para as disciplinas Teoria e Instrumentos na Contemporaneidade e Patrimônio, Paisagem e Espaço Público, do curso de Especialização em Gestão de Edificações e de Espaços Urbanos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – *campus* Poços de Caldas, tem-se como objeto de estudo uma igreja com uma história rica e cheia de superações e evoluções: a Matriz de Nossa Senhora da Assunção; situada no município de Cabo Verde, Minas Gerais, registrada no Inventário do Município de Cabo Verde como patrimônio cultural tombado com a sigla EAU14 (LISTAGEM ..., 2020) e apresentado ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) patrimônio cultural até 2011, exercício, 2012, como bem cultural tombado, com nível de proteção M - municipal e categoria BI - Bens Imóveis - Estruturas Arquitetônicas isoladas, bens integrados, de acordo com a Diretoria de Promoção e Desenvolvimento - IEPHA/MG (2020).

Com o objetivo de apresentar a história da referida Igreja, com ênfase nos processos de reforma e restauração que foi submetida, ao longo do artigo destacam-se as passagens construtivas que modificaram diversas vezes as características do patrimônio e sintetizam-se os acontecimentos históricos que caracterizam a sua existência, articulando valores culturais e as formas de uso. Além disso, destaca-se que, como espaço, a Matriz de Nossa Senhora da Assunção é um lugar propício ao surgimento de vínculos afetivos com as pessoas e o território, isto é, topofilia, entendido como "o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal." (TUAN,2012, p.5).

Completando o conceito acima, tem-se que o lugar surge da relação e vivência do homem com o espaço; quando há relação de afetividade entre eles, com base em experiências vividas, criando vínculos de identidade (TUAN, 2013). Enquanto o espaço é algo abstrato, relacionado à liberdade, o lugar implica segurança, “é a pausa no movimento que torna possível que a localização se transforme em lugar”. (TUAN, 2013, p. 14).

Como elemento indissociável da relação entre o lugar e o espaço tem-se o tempo. “O tempo ilusório é ancorado no espaço, e o espaço é ancorado na realidade mais tangível do lugar.” (TUAN, 2011, p.7). Sendo assim, tem-se que o espaço e o tempo coexistem e cada um deles é definido de acordo com a experiência pessoal.

Sendo assim, a manutenção de um patrimônio cultural, por meio de reformas ou restauros, pode intensificar a afetividade entre o ambiente físico e as pessoas, por meio de suas experiências pessoais ao longo do tempo.

A fim de contextualizar o patrimônio cultural objeto de estudo, assim como para melhor entendimento dos acontecimentos históricos que o norteiam, apresentam-se, a seguir, informações sobre a história da fundação da cidade Cabo Verde – MG e do objeto de estudo deste artigo, seguido da metodologia utilizada para a sua realização, culminando na descrição das passagens construtivas, com ênfase nas reformas e restauros do patrimônio em questão.

2- HISTÓRIA DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE CABO VERDE – MG

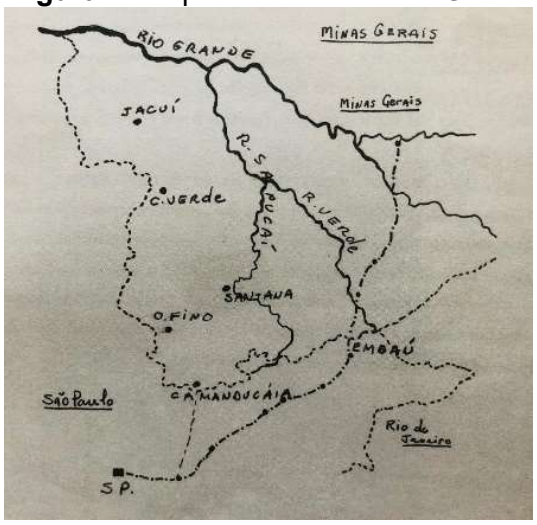
Para o entendimento da história da fundação da cidade de Cabo Verde, situada em Minas Gerais, faz-se necessário retornar ao início do século XVIII, quando finalizou o ciclo da cana de açúcar no Brasil e iniciou o ciclo do ouro por meio do trabalho dos africanos. Tal fato, de acordo com Carvalho (1998), fez com que a população passasse a se acomodar na província montanhosa chamada de Minas dos Cataguases, que posteriormente passou a se chamar Província da Minas Gerais. Com a descoberta do ouro, mineradores procedentes de várias capitanias, inclusive os portugueses, tornaram-se exploradores desta região em busca do minério e outras riquezas minerais existentes nas terras do sudeste do País. Consequentemente foram descobertos e surgiram alguns povoados no oeste do Rio Sapucaí. (CARVALHO, 1998)

Com o passar dos anos, ocorreram várias disputas por posses entre as Capitanias Mineira e Paulista, que se consideravam posseiras do local em que o ouro foi encontrado. Em uma dessas disputas, conforme relatado por Carvalho (1998) o português Veríssimo João de Carvalho. que era aliado e amigo de Francisco Martins Lustoza, líder de um grupo de bandeirantes e Guarda Mor do novo descoberto da Capitania de São Paulo, decidiu caminhar rumo ao norte do estado de Minas Gerais, a partir de Ouro Fino, rumo ao Rio Sapucaí, abandonando Lustoza. Nessa caminhada, descendo pelo Rio Cabo Verde, descobriu ouro junto ao Ribeirão Assunção, um dos afluentes, rico em ouro de aluvião e de grupiaras, passando a explorar e povoar tais terras antes ocupadas apenas por índios e matas nativas a partir da década de 1740. "A fundação do povoado de Cabo Verde, entretanto é do ano seguinte, 1762, conforme afirmação de José de Araújo Ferraz, Alferes das Ordenanças de Mogi Mirim e juiz de demarcação de terras, em carta enviada no mês de julho de 1820 ao sargento Mor Dias Pacheco de São Paulo." (CARVALHO, 1998, p. 30).

A região em questão, que até os meados do século XVIII era habitada por índios e por feras, totalmente coberta por matas e com vastos rios e córregos inexplorados passou a ser povoada a partir da década de 1740, fazendo parte dela a "Grande Freguesia de Nossa Senhora da Assumpção do Cabo Verde." (CARVALHO, 1998, p.20)

Na Figura 1 apresenta-se o mapa do Sul de Minas Gerais destacando a Região da grande Freguesia de Cabo Verde a Oeste do Rio Sapucaí. Tendo ao norte a freguesia do Jacuí e ao Sul de Ouro Fino e Santana do Sapucaí.

Figura 1: Mapa do Sul de Minas Gerais



Fonte: Carvalho (1998, p. 21)

A notícia se espalhou e brevemente a Igreja Católica se posicionou, em 1762, levantando um altar portátil, celebrando sacramentos e construindo cemitérios, passando assim o local ser conhecido por Arraial de Nossa Senhora do Assunção de Cabo Verde, em homenagem à data a Assunção de Nossa Senhora. (CARVALHO, 1998).

Várias são as lendas existentes a respeito da origem do nome do povoado, atribuindo-a a um cabo de enxada deixado pelos garimpeiros à beira do Ribeirão Assunção que brotou, passados alguns dias. Daí a exclamação: "Cabo Verde!!!". A segunda atribui-se ao grande número de pedras verdes encontradas no local pelos portugueses, que se assemelhavam às das Ilhas de Cabo Verde, na África. Entretanto, a que se encontra documentada, relata que o nome se deu por causa de um fato comum na época. Os escravos que conseguiam fugir das minerações do leste e chegavam à região oeste do Sapucaí, ali se escondiam ao longo de riachos e matas para não atrair a presença de faiscadores e ficarem longe dos caminhos oficiais. “Foi o que aconteceu com o Negro-Índio, chamado ‘Preto - Cabo Verde’, que se dirigiu para o sul de Minas Gerais, proveniente da Bahia.” (CARVALHO, 1998, p. 32). Devido a cor bem escura de suas peles e cabelos lisos, nascidos do cruzamento entre negros africanos e índios, esses homens eram conhecidos por “Pretos” ou “Negros – Cabo Verde”, considerados os primeiros moradores do povoado. (CARVALHO, 1998).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), há duas versões complementares e contraditórias da história de Cabo Verde. A primeira destaca que três irmãos da família Veríssimo de Carvalho se fixaram na região para a exploração do ouro em 1747. Na segunda versão, foram os ilhéus de Cabo Verde que se estabeleceram na região, por volta de1750, atribuindo o nome ao município.

Distrito criado em 1798, com o nome de Vila Nova de Cabo Verde; elevado à categoria de Vila em 1846. Em 1877 foi elevada à condição de cidade com a denominação de Cabo Verde. Devido a divisão territorial realizada em 2003, o município é constituído de 3 distritos: Cabo Verde, São Bartolomeu de Minas e Serra dos Lemes. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019). Possui área territorial de 368,206 km², população

de13.823 habitantes e densidade demográfica de 37,54 hab/km²; localizando-se nas coordenadas 21º28'19" latitude sul, intersecção com meridiano de 46º23'46" de longitude oeste (PREFEITURA ..., 2019), tendo por principal atividade econômica a agropecuária, com destaque para a produção cafeeira.

A seguir apresenta-se a história do objeto de estudo deste artigo, culminando na sua importância no território em que se localiza.

3- HISTÓRIA DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

A data da criação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção é incerta, mas, relata-se que em outubro de 1764 já se escrevia em assentos de batizados “Nesta Matriz de Cabo Verde”. (CARVALHO, 1998, p. 31)

Por meio de uma Declaração Supletória de Provisão de Criação da Paróquia Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde, da Diocese de Guaxupé, elaborada no dia 24 de outubro de 2018, pelo Bispo Diocesano de Guaxupé, Dom José Lanza Neto, tem-se que:

> *Atestamos, para os devidos fins, não obstante exaustivas buscas, a provisão de criação da Paróquia Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde, Minas Gerais, filial da Diocese de Guaxupé, não foi encontrada. Todavia, está fora de dúvida que a referida paróquia foi criada no ano de 1765, pelas autoridades eclesiásticas da então diocese de Mariana, sob cuja jurisdição se achava esta parte do Sul de Minas, sendo, portanto, uma das mais antigas paróquias da Região. [...]*
> *Ademais, a existência contínua da Paróquia Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde, como instituição eclesiástica, é atestada, por seu arquivo paroquial, cujos livros de assentamento de batismo, matrimônio e óbito confirmam, inequivocamente, a sua atividade religiosa ininterrupta ao logo de seus mais de 250 anos*. (DIOCESE DE GUAXUPE, 2018)

Por volta de 1764 encontrava-se no povoado o vigário de Ouro Fino, Joaquim Pedroso de Almeida, como o seu primeiro vigário. (CARVALHO, 1998).

Ao longo de sua história, várias foram as reformas e transformações ocorridas na Igreja. O primeiro relato data de 4 de outubro de 1839, quando, por ocasião do falecimento de um vigário, recebeu-se “[..] a quantia de quatrocentos

mil reis que deixou para o concerto da mesma matriz." (CARVALHO, 1998, p. 187).

O próximo relato, datado em 11 de janeiro de 1870, sob o comando do Padre Antônio Sanches Lemos, refere-se à reconstrução da Igreja Matriz. (CARVALHO, 1998).

No ano de 1911, os Franciscanos chegam na cidade de Cabo Verde, sendo o primeiro Frei Martinho Tiesselinck, que se tornou vigário da Paróquia no dia 11 de novembro de 1911. Que relatou a seguinte passagem:

> *Essas más impressões da sua chegada pioraram, quando percebeu a pouco frequência nas missas, nas confissões e nas comunhões e a precária situação da Matriz com a desculpa do povo de não ter sido feliz com seus últimos vigários. Na roça o povo era mais religioso: eram colonos, alemães, italianos e portugueses, em meio aos brasileiros. Era de maior importância, para animar a religião, restaurar a matriz, procurando salvá-la o mais rápido possível. Mas em meio ao trabalho de amarrar o telhado, este, na noite de 29 de abril, com grande estrondo desabou, caindo tudo: forro, caibros, e telhas, em mil pedaços, no centro da igreja. 'Agora acabou a Igreja de Cabo Verde', disse o belho escrivão, Incontinente, Frei Martinho virou-se para o escrivão respondeu: 'Sr. Matias, a igreja há de se levantar, se Deus quiser nos der saúde e vida; se não for em um ano, há de ser dois ou cinco, mas levantar-se-á, se Deus quiser'.*
>
> *A falta de pessoal competente fez Frei Martinho bancar o engenheiro, construtor, pedreiro e servente, dirigindo os trabalhos. A planta foi de uma igreja que ele conheceu em Niterói, a capela de São Domingos. E a pesar de todos os problemas, a nova Matriz ficou coberta em 20 de novembro de 1914. O principal estava feito e agora, com mais calma, os trabalhos continuaram até a inauguração da nova Matriz em 29 de abril de 1917 [...]*. (CARVALHO, 1998, p. 191).

Passados alguns anos, em 1947, o Frei Quiriano Jacobs, visando tornar a Matriz um dos templos mais belos do Sul de Minas, constatou que ela precisava de uma reforma radical, porém, gastaria muito dinheiro. Analisando a estrutura da edificação, constatou a necessidade de demolição, mantendo-se apenas a décima parte das paredes e da torre da Matriz. Após o término da reforma, a insatisfação tomou conta da população local, por perceber que esteticamente a versão anterior era mais agradável. Foi então que 1952 o Frei

Lauro Koning, que também ficara insatisfeito com o resultado da reforma, principalmente em relação à fachada da edificação, solicitou a elaboração de um belo projeto e construção, resultando na nova Igreja Matriz de Cabo Verde. (CARVALHO, 1998).

Em março de 2007, o Pároco Padre Henrique Neveston da Silva, enfrentou diversas batalhas e dificuldades, ao chegar na cidade de Cabo Verde, para conseguir reformar e restaurar a Igreja Matriz, que apresentava alguns problemas, principalmente na cobertura. A igreja recebeu detalhes arquitetônicos e iluminação modernos, foi rebaixado o presbitério e aplicada técnica de renovação do piso da nave, tendo sua reinauguração em outubro de 2018.

Atualmente, a Igreja em questão, situada no centro da cidade, na Praça Oscar Ornelas, é a principal edificação existente no município, apresentando uma programação semanal que possibilita reunir as pessoas da comunidade local, comunidades vizinhas, visitantes e transeuntes para eventos diversos, tais como missa, batizado, primeira eucaristia, crisma, casamento, festas, bailes, cursos variados e bazar beneficente .

4- METODOLOGIA

Para a realização deste artigo utilizou-se um estudo de caso, por meio de pesquisas bibliográficas, documental e de campo.

O estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” (GIL, 2010, p. 37)

Neste artigo o estudo de caso foi utilizado com o propósito de “explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos” [...] e “descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação.” (GIL, 2010. p. 38)

Para a sua operacionalização, realizaram-se pesquisa bibliográficas, documental e de campo, utilizando como técnicas de captação de dados análise de documentos, realização de entrevistas semiestruturadas, observações e registros fotográficos.

Durante o estudo realizado, consideraram-se as mudanças históricas pelas quais a Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde passou, pesquisando documentos, tal como a Declaração Supletória da Provisão de Criação da Paróquia Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde, em setembro de 2019, com o auxílio do pároco Padre Rovilson Angelo da Silva e com os munícipes Sr. Celso Alberto Lourenço Filho, que disponibilizou seu acervo fotográfico para compor o estudo a seguir apresentado e, também, a Sra. Maria Tereza de Carvalho, que disponibilizou um exemplar exclusivo do livro A Freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Verde e Sua História, escrito por Adilson de Carvalho, que reúne todo o conteúdo que envolve a história do munícipio.

5- RESTAURAÇÃO E REFORMA: O ESTUDO DE CASO

Todo patrimônio de valor histórico e cultural, requer intervenções, para mantê-lo apto a abrigar as atividades para quais ele se propõe, garantindo a manutenção das características que o atribuem valor específico e segurança àqueles que o ocupam.

Essas intervenções podem ocorrer de várias formas, seja por meio de restauração ou reforma ou reparação.

De acordo com a Carta de Veneza (2000),

> *Art. 9º. A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjeturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento. (*Carta de Veneza, 2000).

De acordo com a Portaria n°420, de 22 de dezembro de 2010 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2010), restauração são “serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem” e

> *Reforma ou Reparação: toda e qualquer intervenção que implique na demolição ou construção de novos elementos tais como ampliação ou supressão de área construída; modificação da forma do bem em planta, corte ou elevação; modificação de vãos; aumento de gabarito, e substituição significativa da estrutura ou alteração na inclinação da cobertura cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções.* (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010).

Sendo assim, constata-se que restauração e reforma ou reparo não são sinônimos, visto que o primeiro preserva o patrimônio e não o modifica.

Com base nesses conceitos, apresentam-se, a seguir as intervenções realizadas no objeto de estudo deste artigo, iniciando pela Velha Matriz (FIG. 2)

As primeiras imagens encontradas para a caracterização da Igreja Matriz de Cabo Verde é a chamada Velha Matriz, datada em 1917. Na Figura 2 apresenta-se o altar-mor e nas Figuras 3 e 4 as colunas e os arcos que dividiam as naves da Velha Matriz, apresentado as características antigas que foram modificadas pelas obras de Frei Martinho, que ficou em constante mudança e transformação.

Figura 2: Altar-mor da Velha Matriz – 1917



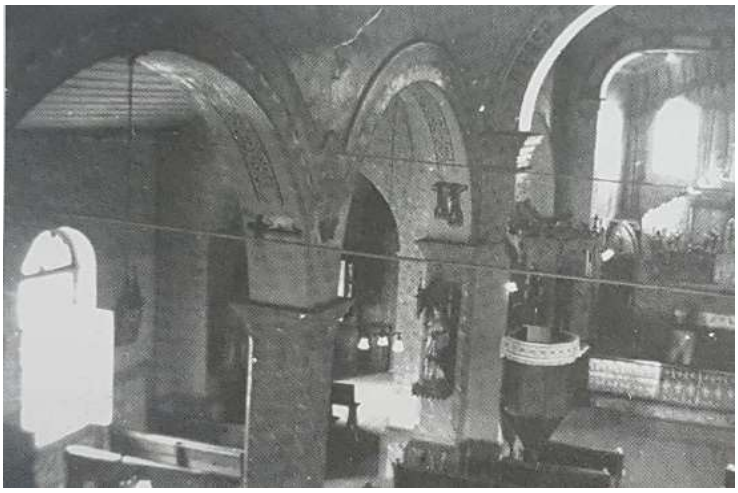
Fonte: Carvalho (1998, p. 201)

Figura 3: As colunas que dividiam *as naves da Velha Matriz*



Fonte: Carvalho (1998, p. 202)

Figura 4: Os arcos que dividiam *as naves da Velha Matriz*



Fonte: Carvalho (1998, p. 202)

Apresentam-se, a seguir, a fachada da chamada Nova Matriz (FIG. 5) e configuração da praça central da cidade (FIG. 6), primeira imagem encontrada para relatar a forma de como era o seu redor na época, destacando o impacto da Igreja no território em que se localiza e o seu entorno como lugar significativo da cidade.

Figura 5: Fachada da Nova Matriz



Fonte: Carvalho (1998, p. 202)

Figura 6: Praça central da Cidade de Cabo Verde-MG com a Igreja Matriz



Fonte: Acervo pessoal de Celso Alberto Lourenço Filho (2019)

O interior da Igreja apresentada tinha características diferentes da velha Matriz e vãos mais abertos, sem as colunas centrais, o altar já com espaço mais amplo envolvido por um arco, uma cruz de madeira foi colocada no centro, o sacrário mantido no altar, um guarda corpo separando o presbitério da nave, era utilizado a estrutura de madeira para a sustentação da cobertura. Uma mudança drástica foi realizada na reforma em relação à Matriz anterior, no ano de 1947. (FIG. 7)

Figura 7: Vista do presbitério, reformado em 1947.



Fonte: Acervo pessoal de Celso Alberto Lourenço Filho (2019)

Com a transformação da Igreja, o espaço externo dedicado à praça central da cidade também ganhou novos formatos durante a passagem do tempo, possibilitando identificar a instalação do cruzeiro bem ao meio da avenida, rodeada por estradas de terra. (FIG. 8).

No entorno outra alteração foi realizada, instalando-se um canteiro central que envolvia a área do cruzeiro e toda a extensão da praça central, com

canteiros de árvores, flores, calçadas e bancos. O início das obras é destacado na Figura 9.

Figura 8: Praça central da cidade de Cabo Verde.



Fonte: Acervo pessoal de Celso Alberto Lourenço Filho (2019)

Figura 9: Praça central da cidade de Cabo Verde, início das obras.



Fonte: Acervo pessoal de Celso Alberto Lourenço Filho (2019)

Foi assim que ficou o final de sua construção, bastante arborizada e muito florida, como é possível perceber. Até um coreto foi construído, destinado para apresentação artísticas da época. (FIG. 10)

Com essas intervenções contata-se a interação do espaço e do tempo, articulando valores culturais e as formas de uso do local.

Figura 10: Praça central da cidade de Cabo Verde, fim das obras



Fonte: Acervo pessoal de Celso Alberto Lourenço Filho (2019)

Juntamente com essas obras iniciou uma nova reforma da Igreja Matriz. Um detalhe que realça bem essa transformação é a condição em que se encontrava a praça central, que acompanhou essa mudança. Na Figura 11, é possível verificar a instalação do andaime que sinaliza as obras que aconteciam na torre da edificação.

Figura 11: Vista da área central da cidade.



Fonte: Acervo pessoal de Celso Alberto Lourenço Filho (2019)

As características principais foram mantidas, porém, os traços foram alterados. Percebe-se os detalhes em alvenaria de uma nova torre que foi edificado. A Figura 12 mostra em sua profundidade que a nave parece estar com sinais de acabamento, sendo assim, sua fachada lateral não foi restaurada. Porém o interior e a fachada frontal foram notoriamente modificados.

Figura 12: Vista da Fachada da Igreja em reforma.



Fonte: Acervo pessoal de Celso Alberto Lourenço Filho (2019)

Por fim, no ano de 1952 encerrou-se a reforma da Igreja, que caiu nas graças dos moradores da cidade. Mantiveram-se as cores, formato, cobertura, entre várias outras características até o ano de 2018, assim como se pode observar a seguir. (FIG. 13)

Figura 13: Igreja Matriz reformada.



Fonte: Acervo pessoal de Celso Alberto Lourenço Filho (2019)

A praça central do município passou por várias transformações durante todo esse tempo. Comparando as Figuras 14 e 15 nota-se grande

transformação, por meio das alterações no formato geométrico, nos canteiros, calçadas e bancos.

Figura 14: Praça frontal a Igreja(a)



Fonte: Acervo pessoal de Celso Alberto Lourenço Filho (2019)

Figura 15: Praça frontal a Igreja(b).



Fonte: Acervo pessoal de Celso Alberto Lourenço Filho (2019)

Quanto às reformas realizadas na Matriz, constatam-se mudanças em seu interior e exterior. O presbitério continuou elevado, o sacrário ficou ao lado esquerdo do altar (FIG. 16), o arco que o envolvia tomou forma mais aguda, os vãos se mantiveram e as estruturas de madeira da cobertura tomaram conta do teto da igreja. (FIG. 17).

Figura 16: Interior da Igreja - sacrário.



Fonte: Acervo Secretaria Paroquial (2018)

Figura 17: Interior da Igreja – visão geral.



Fonte: Acervo Secretaria Paroquial (2018)

Com o passar do tempo, as fachadas frontal e lateral também passaram a apresentar demandas para outras reformas (FIG. 18 e 19)

Figura 18: Fachada lateral da Matriz



Fonte: Acervo Secretaria Paroquial (2018)

Figura 19: Fachada frontal da Matriz



Fonte: Acervo Secretaria Paroquial (2018)

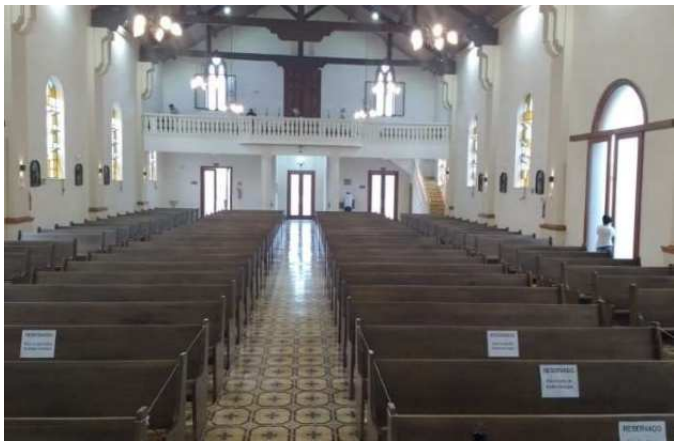
Por fim, a última transformação realizada na Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde, a partir de 2018, apresenta o moderno junto com a arquitetura principal, não perdendo a sua essência. Trocou-se a cobertura, as cores internas (FIG 20 e 21) e externas (FIG. 22) foram modificadas, as portas de acessos foram adaptadas às normas vigentes e ao novo desenho, a sacristia foi refeita, o presbitério foi adequado ao padrão litúrgico das Igrejas Católicas, a iluminação externa e interna foram trocadas por novas.

Figura 20: Interior da Matriz



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2019)

Figura 21: Visão geral do interior da Matriz

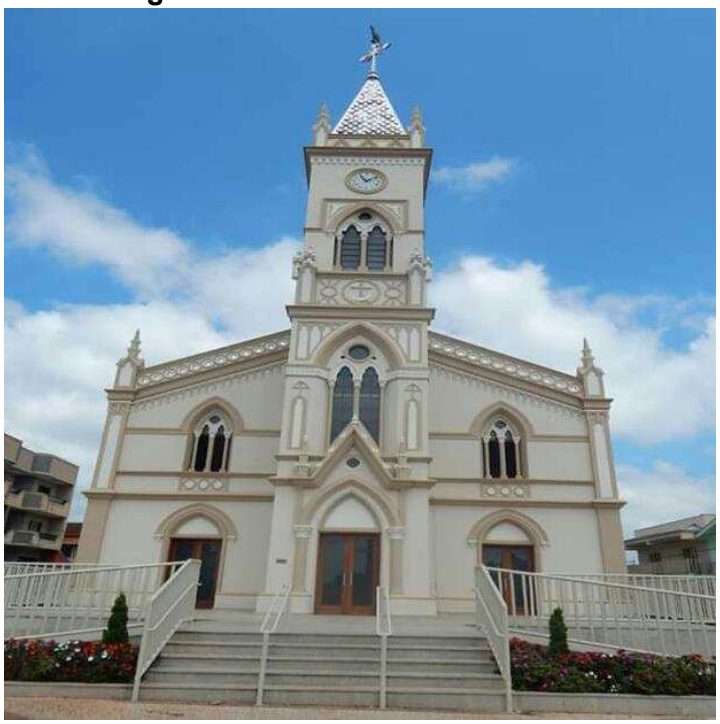


Fonte: Acervo pessoal dos autores (2019)

Considerando que o restauro deve respeitar as diferentes camadas temporais de um determinado bem, com o objetivo de contribuir, parcial ou integralmente, com o aspecto e/ou função original, constata-se que durante as intervenções realizadas no objeto de estudo deste artigo a função original foi mantida, mas os aspectos construtivos foram alterados com o passar do tempo, por meio de ampliações da área construída, modificação da concepção arquitetônica e substituição de estruturas.

Atualmente, a fachada frontal da Matriz (FIG. 22) apresenta características que respeitam as suas camadas temporais, com alterações em seu tamanho e formato original (ver: Nova Matriz - FIG. 5).

Figura 22: Fachada frontal da Matriz



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2019)

Diversas são as atividades desenvolvidas na Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde que visam a interação do espaço e do tempo, articulando valores culturais e as formas de uso, aumentando o vínculo afetivo das pessoas com o local e proporcionando integração e socialização entre todos, tais como a missa aos domingos, batizados, crisma, primeira comunhão, casamento, cursos, festas, bailes e atividades beneficentes. Além destas atividades, o atual pároco, Padre Rovilson Angelo da Silva, oferece uma programação semanal e diversificada para as comunidades vizinhas, ministrando, por exemplo, missas em fazendas e em comunidades distantes do centro da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste artigo justificou-se pela necessidade do entendimento da potencialidade do patrimônio cultural Igreja Matriz Nossa Senhora da

Assunção de Cabo Verde - MG e de seu entorno como lugar significativo da cidade. Com os estudos realizados constatou-se que o referido patrimônio é a principal edificação da cidade, onde o povoado se desenvolveu em torno, localizando-se, exatamente em sua área central.

Devido à sua importância para a cidade e sua população, ela carrega consigo a história de toda a criação de Cabo Verde, contada por meio de cada intervenção passada ao longo do tempo, em que a população local teve grande importância, tornando-se parte fundamental da história.

O sentido deste lugar foi definido pela interação do espaço e do tempo, articulando valores culturais e as formas de uso. Além disso, a afetividade entre as pessoas e o lugar aumentam com o passar do tempo (topofilia), por meio das atividades nela desenvolvidas, além de ser a principal referência na cidade em âmbito religioso, possibilitando a integração e socialização de todos.

O estudo também mostrou a diferença entre reforma e restauro. Considerando que o restauro deve respeitar as diferentes camadas temporais de um determinado bem, com o objetivo de contribuir, parcial ou integralmente, com o aspecto e/ou função original, constata-se que durante as intervenções realizadas na Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção a sua função original e valor histórico foram mantidos, mas os aspectos construtivos foram alterados com o passar do tempo, por meio de ampliações da área construída, modificação da concepção arquitetônica e substituição de estruturas.

Com este artigo não se pretende finalizar o assunto em questão, mas abrir possibilidade para outros estudos sobre o município de Cabo Verde e do patrimônio estudado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional: edição federal, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm> Acesso em: 12 dez. 2019.

CARTA DE VENEZA. Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. II Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos

monumentos históricos. Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios - ICOMOS, Veneza, maio de 1964. *In*: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional– IPHAN (Brasil). **Cartas Patrimoniais**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CARVALHO, Adilson de. **A freguesia de Nossa Senhora da Assumpção do Cabo Verde e sua História**. Cabo Verde/Minas Gerais. 1 ed. Editoração Eletrônica: Alexandre Ikuhara, 1998.

DEMARCHI, João Lorandi. O que é, afinal, a educação patrimonial? uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 140-162, 20 set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p140-162> Acesso em: 10 dez. 2019.

DIOCESE DE GUAXUPÉ. Declaração Supletória de Provisão de Criação da Paróquia Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde – MG. Bispo Diocesano de Guaxupé, Dom José Lanza Neto. 24 de outubro de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas., 2010.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia Básico de educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 2006 [1999].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cabo Verde**. Brasil. Minas Gerais. História & Fotos. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/cabo-verde/historico> Acesso em: 11 dez. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf> Acesso em: 12 dez. 2019.

LISTAGEM dos bens culturais inventariados/ atualizados. Disponível em: < https://www.caboverde.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/128/4192bd450c6eefe7f23a5b952e9c26d4.pdf> Acesso em: 12 jan.2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO VERDE. **Dados gerais**. Disponível em: < https://www.caboverde.mg.gov.br/cabo-verde/dados-gerais> Acesso em: 12 dez. 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço, tempo, lugar**: um arcabouço humanista. Geograficidade, vol. 1, nº. 1, p. 4-15, 2011.

DIRETORIA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO - IEPHA/MG. Relação de bens protegidos em Minas Gerais apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2011 - exercício 2012. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br › lumis › portal › file › fileDownload> Acesso em: 12 jan. 2020.

TUAN, Yi-Fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**, vol. 1, n° 1, 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Londrina: Eduel, 2012.

SOBRE OS AUTORES

FERREIRA, Leonardo de Souza
Engenheiro Civil e pós-graduando em Gestão de Edificações e de Espaços Urbanos. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – campus Poços de Caldas.
E-mail: leoferreira.dominium@gmail.com

SANTOS, Lucio Rodrigues dos
Engenheiro Civil e pós-graduando em Gestão de Edificações e de Espaços Urbanos. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – campus Poços de Caldas.
E-mail: luciors.engcivil@gmail.com

RIBEIRO, Marialva Mota
Graduada em Engenharia Civil e em Matemática e mestre em Ciências em Engenharia de Produção. Atualmente é Professora Assistente IV na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC MINAS - campus Poços de Caldas - MG, lecionando em curso de graduação (Engenharia Civil) e pós-graduação (latu sensu) e coordenadora do curso de Especialização em Gestão de Edificações e de Espaços Urbanos.
E-mail: marialva@pucpcaldas.br

ESTRATÉGIAS DO PLANEJAMENTO URBANO E DA PROMOÇÃO DA SAÚDE: A *MANDALA* DA CIDADE SAUDÁVEL

Strategies Of Urban Planning And Health Promotion: The Mandala Of The Healthy City

SPERANDIO, Ana Maria Girotti
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Centro Universitário de Jaguariúna – UNIFAJ e Centro Universitário Max Planck – UNIMAX

RESUMO: Este artigo identifica estratégias para o desenvolvimento de uma cidade saudável, considerando o planejamento urbano como eixo principal. Conceitos básicos do direito à cidade, interações diferenciais, bem como os desafios para o processo de construção de uma cidade saudável serão discutidos neste texto. O processo metodológico foi fundamentado através da revisão bibliográfica atualizada do planejamento urbano e cidade saudável; da aplicação do conhecimento desenvolvido na disciplina de pós-graduação do planejamento urbano como promotor da cidade saudável da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a partir também de considerações acerca de experiências selecionadas de cidades da Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS). O objetivo do artigo é identificar, sistematizar e refletir a coalizão das estratégias do planejamento urbano e da promoção da saúde para o desenvolvimento da cidade saudável. Durante o estudo foram então identificadas, sistematizadas e refletidas 10 (dez) estratégias para o desenvolvimento de cidades saudáveis, a saber: vontade política; participação social; alianças locais; identificação de líderes locais; entendimento e revitalização da autonomia coletiva; ações intersetoriais; solidariedade; resiliência humana; políticas públicas sociais, econômicas, ambientais e culturais; e o respeito a diversidade.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Promoção da Saúde. Cidade Saudável.

Abstract: This article identifies strategies for the development of a healthy city, considering urban planning as the main axis. Basic concepts of the juridical to the city, differential interactions as well as the challenges to the process of building a healthy city will be discussed in this text. The methodological process was based on an updated bibliographic review of urban planning and a healthy city; of the application of the knowledge developed in the postgraduate discipline of urban planning as a healthy city promoter at the University ...; and also from considerations about selected experiences from cities of the Network of Potentially Healthy Municipalities (RMPS). The aim of this article is to identify, systematize and reflect the coalition of urban planning strategies and health promotion for healthy city development. During the study, 10 (ten) strategies for the development of healthy cities were identified, systematized and reflected, which are: political will; social participation; local alliances; identification of local leaders; understanding and revitalization of collective autonomy; intersectoral actions; solidarity; human resilience; social, economic, environmental and cultural public policies; and respect for diversity.

Keywords: Urban planning. Health Promotion. Healthy City.

INTRODUÇÃO

Este artigo identifica estratégias para o desenvolvimento de uma cidade saudável considerando o planejamento urbano como eixo principal. Conceitos básicos do direito à cidade, interações diferenciais, bem como os desafios para o processo de construção de uma cidade saudável serão discutidos neste texto.

A maneira desorganizada que se encontram as cidades brasileiras nos dias de hoje é fruto de um contexto econômico-social ocorrido a partir do êxodo rural na segunda metade do século XX, que culminou na aglomeração de pessoas nas áreas urbanas, onde o efeito é a deterioração do meio ambiente e limitação do bem-estar das pessoas, consequência do aumento da poluição do ar, da água e do solo, seguido pela ineficácia do planejamento das cidades, que propiciaram a ocupação desordenada e segregacionista dos espaços públicos e privados, impedindo aos habitantes de menor renda o direito a cidade garantido pelo Estatuto da Cidade (BRASIL. 2001) – Lei Federal que regulamenta o artigo 182 da Constituição do Brasil (BRASIL. 1988). O direito à cidade está diretamente relacionado à política urbana brasileira, que deve cumprir também o Código Florestal (BRASIL. 2012) e a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (BRASIL. 1979). Essas considerações acerca da política urbana devem também ser conciliadas, harmonizadas e complementadas pela Política Nacional de Promoção da Saúde – PNPS (BRASIL. 2014), onde são descritos os valores e princípios fundantes de seu processo de efetividade, como felicidade, amor, inclusão, intersecções, territorialidade, entre outros, com o objetivo de colaborar para espaços urbanos saudáveis, onde os bons sentimentos fluam naturalmente, sem espaço para insegurança e medos.

O aumento no número de carros perfilados em ruas estreitas, a ineficiência do transporte público, a escassez de hospitais com bom atendimento, a precariedade da estrutura educacional, assim como as poucas e mal cuidadas áreas verdes nas cidades brasileiras diminuem o potencial de saúde do homem, causando doenças como depressão e obesidade que poderiam ser evitadas com visões diferentes no modo de pensar e construir as cidades, o que leva então a necessidade de reinventar as cidades para que seus

habitantes vivam com dignidade e seus desejos façam parte das pautas das comunidades e governos locais.

No ano de 2025 cerca de 90% da população brasileira viverá em cidades. Uma das ferramentas fundamentais para reinventar ou resgatar a cidade diante deste cenário abordado nos parágrafos anteriores é o planejamento urbano, que deve incorporar uma ideia diferencial para projetar cidades que servirão às futuras gerações, contemplando espaços de qualidade que agreguem variados estilos de vida assim sendo, é prioritário focar em ações, programas e pesquisas sobre as cidades no sentido de fomentar a saúde do homem, e para tanto são necessárias estratégias que promovam a qualidade de vida e bem-estar aos habitantes da cidade.

Um caminho viável é a coalização das estratégias do planejamento urbano e da promoção da saúde para se caminhar rumo a um ambiente equilibrado, um lugar que propicie um convívio harmonioso entre as pessoas, tornando a qualidade de vida “viável e eficaz” para a dignidade do indivíduo, e a “cidade como lugar propício para o desenvolvimento da capacidade humana” (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016).

A cidade é dinâmica e constitui-se em um campo de seres humanos entrelaçados em rede, como refere Sperandio et al. (2015; 2016), com desejos individuais ou coletivos que podem colaborar com o planejamento urbano para que seja desenvolvido e propiciar saúde para os habitantes da cidade, por meio da coalização das estratégias de planejamento urbano e promoção da saúde, com ênfase na participação social nos processos de tomadas de decisões da cidade (SPERANDIO et al., 2015; SPERANDIO et al., 2016).

Considerando as pontuações acima, o objetivo deste artigo é identificar, sistematizar e refletir acerca das estratégias intersetoriais do planejamento urbano e da promoção da saúde para o desenvolvimento da cidade saudável.

PROCESSO METODOLÓGICO

O estudo teve caráter exploratório e qualitativo e permitiu observar fenômenos através de descobertas e achados, ainda em recente discussão acadêmica, orientando assim a formulação de novas reflexões. A fundamentação teórica foi realizada através da revisão bibliográfica atualizada

do planejamento urbano e cidade saudável; da aplicação do conhecimento desenvolvido na disciplina de pós-graduação do planejamento urbano como promotor da cidade saudável, em 2017, oferecida pela Universidade Estadual de Campinas e de apuração acerca de experiências selecionadas de cidades da Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS).

A partir da revisão bibliográfica, foi feita uma reflexão sobre as cidades. Foram utilizadas referências de pesquisadores experientes em promoção da saúde que discutem o planejamento urbano como eixo da cidade saudável.

Sobre o conhecimento desenvolvido na disciplina de pós-graduação do planejamento urbano como promotor da cidade saudável, foi detectado que o progresso de capacidades e habilidades contribuíram para o Grupo de Pesquisa em Metodologias de Planejamento Urbano e Cidade Saudável vinculados ao Laboratório de Investigações Urbanas (LABINUR) da Universidade Estadual de Campinas desenvolverem pesquisas relacionadas ao planejamento urbano para cidades saudáveis, e auxiliarem os gestores públicos na aplicação de estratégias para os municípios que visam ser saudáveis com foco no planejamento (SPERANDIO et al., 2015; SPERANDIO et al., 2016). Onde foi verificado ser fundamental a vontade política e a qualificação dos gestores públicos para a governança de todo o processo de desenvolvimento da cidade saudável.

Foi realizada a apuração de uma seleção das experiências geradas ao longo do tempo pela Rede Municípios Potencialmente Saudáveis – RMPS para contribuir com a identificação, sistematização e reflexão da coalização das estratégias de planejamento urbano e promoção da saúde para uma cidade saudável. A RMPS foi criada em 2003, atualmente vinculada ao LABINUR da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo na Unicamp com o objetivo principal de colaborar com o processo de construção de políticas públicas saudáveis, reforçando a triangulação entre universidade, gestão pública e comunidade nas tomadas de decisões na cidade (http://www.redemunicipiosps.org.br, 2017). Para lapidação deste artigo foi realizada visita na cidade de Conchal no Estado de São Paulo, onde foram monitorados 3 (três) projetos conectados com o planejamento urbano e a cidades saudável a saber: Horta Comunitária do bairro Planalto; Academia da Cidade e Centro de Reciclagem Público, onde foi possível identificar líderes

locais, alianças locais, ações intersetorias e políticas públicas sociais, econômicas, ambientais e culturais, assim como solidariedade, respeito a diversidade e resiliência humana

Planejamento urbano para a cidade saudável: estratégias fundamentais

Ao longo da história o planejamento constitui-se como uma ciência multidisciplinar amplamente utilizada pelos governos e instituições, independente de ideologias e objetivos, consagrando-se como uma importante ferramenta política no auxílio das tomadas de decisão. Costa (2012), afirma que "o planejamento urbano é mais uma resposta às demandas sociais, do que uma mera aplicação de conceitos, modelos urbanísticos e técnicas", visto que o planejamento urbano não se reduz apenas a uma disciplina técnica que elabora planos, programas e projetos, mas sim como o próprio processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo (COSTA, 2012).

Segundo Carvalho (1976), as técnicas e métodos desenvolvidos para sua aplicação à sociedade são fruto do próprio processo de planejamento aplicado a si mesmo, de forma que "o processo de planejamento não é uma invenção do homem, mas a explicitação (conceptualização representativa) de uma sequência de operações do seu mecanismo psíquico".

Com efeito, a interação e convergência entre ações, projetos e políticas entre promoção da saúde e planejamento urbano levam a uma cidade saudável (SPERANDIO et al., 2016). Goldstein e Kickbusch (1996) definem uma cidade saudável como aquela que continuamente cria e aprimora os aspectos físicos e sociais do ambiente, fortalecendo os recursos da comunidade que permitem que as pessoas se apoiem mutuamente no desempenho de todas as funções da vida, possibilitando o desenvolvimento do seu potencial.

Gehl (2015), pontua a interação entre saúde e urbanismo, visando o bom espaço público, e que pode gerar uma contribuição valiosa para a política da saúde, onde as pessoas trabalham com a finalidade de mudar a qualidade de vida.

Brandão (2010) aponta a importância da participação social como estratégia fundamental para a construção de um município/cidade saudável e

que, a participação, pode influenciar e criar espaços para diálogos contínuos entre as pessoas e a cidade. Ele afirma que:

> *As pessoas podem aprender a fazer do seu município uma parte de si mesmas, uma vez que isso representa a extensão do seu bairro, assim como o bairro é a extensão de suas ruas e de suas casas e de seu próprio corpo. Sem desenvolver esse processo de identificação de pessoas com esses espaços, não há um município saudável* (BRANDÃO, 2010, p.38).

O autor aponta indiretamente que pensar na cidade com conexões e planejamento é diferencial para um espaço urbano saudável, corroborando com autores em artigos, livros e pensamentos (SPERANDIO et al., 2016; DE LEEUW, 2017).

Para tanto, os princípios e valores de uma cidade saudável devem ser resgatados em diferentes instâncias para rever e possibilitar processos de construção de acordo com as características de cada cidade. Para Sperandio (2018), baseada nos estudos, pesquisas e experiências exitosas do LABINUR/FEC/Unicamp a cidade saudável deve dispor de equipes de trabalhos articuladas que viabilizem a governança coletiva das estratégias de planejamento urbano em coalização com as estratégias de promoção da saúde, gerando um planejamento urbano saudável (SPERANDIO, 2018).

A autora adota o conceito de cidade saudável de De Leeuw (2017), que considera veículos essenciais para criar um novo humano, antropocêntrico e encantador, onde juntos, a comunidade e a criatividade trabalham para a formação de instituições e regras de governança que beneficiem a saúde e o bem-estar equitativos de pessoas no novo *habitat* natural da humanidade: os moradores e *Civitas*, a cidade e a pessoa.

Identificação Da Integração Das Estratégias De Planejamento Urbano E Promoção Da Saúde

Neste contexto de coalizão de estratégias, foi identificada a estratégia da *participação social* na tomada das decisões como imprescindível para uma cidade saudável, sendo possível observar sua importância em muitas experiências em todo o mundo (SIMOS; DE LEEUW, 2017).

Por meio de estudos das cidades pertencentes à RMPS, foi identificado a *resiliência humana*, pois a capacidade de superar adversidades pode transformar momentos difíceis em oportunidades para o crescimento, sendo capaz inclusive de resistir e mudar governos autoritários, pois é mais fácil para um novo governo impor sua agenda individual se não houver pressão popular para a manutenção do projeto de cidade saudável (WERNA et al., 2014).

Deste modo a *participação social* e a *resiliência humana* são estratégias fundamentais para o desenvolvimento da cidade saudável já que favorecem outros elementos como o sentimento de pertencimento, este sentimento de pertencer está relacionado ao estar em um lugar que "participou do processo", "que é parte dele também", e esses sentimentos podem aparecer como consequências de elementos como: linguagem, gênero, classe, nação, raça, idade e como o indivíduo participa dentro da sociedade, em termos de direitos e deveres (YUVAL-DAVIS, 2006). Dentro deste âmbito citado neste parágrafo é essencial adotar a estratégia de *respeito a diversidade*, para selar um pacto de igualdade irrestrita independente da classe econômica ou formação escolar.

Dentre as estratégias elencou-se a *identificação de líderes locais e stakeholders* para a contribuição do equilíbrio no tabuleiro político, existe uma polissemia sobre a definição do conceito de *stakeholder,* que pode ser entendido como um indivíduo influente, um colaborador, um destinatário que dependerá da maneira como a influência é exercida, ativa ou passivamente, (MILES, 2017). A ação dos *líderes locais e stakeholders* podem influenciar novas formas políticas que podem ajudar novas conquistas para a cidade saudável.

Identificou-se também como uma estratégia necessária durante as investigações o *entendimento e revitalização da autonomia coletiva*, ela se faz pertinente para o planejamento urbano de uma cidade saudável, pois aponta para o empoderamento da população que pretende participar da política e criar formas de governança novas e mais democráticas (DOORIS; HERITAGE, 2013). O papel do *líder local e stakeholder* é dialogar com outras estratégias identificadas neste estudo, como as *alianças locais* que encorajam os indivíduos a falarem, e também em transportar essas informações para outros setores. Esses papéis são fundamentais porque existem formas de diversificação do conhecimento entre setores e profissões. Tais indivíduos, com valores

semelhantes, mas com vocabulário distinto, podem discordar sem necessidade. Por exemplo, “política” pode significar “os métodos padrão” para um burocrata, enquanto também pode significar “o que é desejado” para um político (DE LEEUW et al., 2017). Portanto, um *líder local* e um *stakeholder* que tenham conhecimento interdisciplinar podem servir como tradutores e mediadores de diálogo, incentivando a formação de *alianças locais* em favor da promoção da saúde e da cidade saudável, atuando desta forma dentro da estratégia de *governança intersetorial*.

Na acepção acima citada, a *governança intersetorial* é inclusa na lista das estratégias, dentro de uma formatação onde a equidade entre todas as partes seja de fato exercida, esse processo pode ser feito com base em uma esfera pública democrática através do diálogo, onde o exercício democrático reforça o valor urbano saudável. A governança, segundo Barten et al., (2011, p.897) é o processo de tomada de decisão e o processo pelo qual as decisões são implementadas ou não, reforçando que a mesma é entendida como um processo dinâmico. A avaliação da governança segundo os mesmos autores, é que devem considerar as pessoas envolvidas nas tomadas de decisões e as estruturas que podem garantir a eficácia das implementações (BARTEN et al., 2011). Por um lado, a governança pode ser positiva e democrática e, por outro lado, pode ser ineficiente e trazer efeitos prejudiciais à saúde urbana (BURRIS et al., 2007); a *governança intersetorial* é o processo contínuo de acomodação de interesses dos grupos da sociedade por meio de uma ação conjunta ao bem-estar comum, onde são levadas em consideração as participações individuais, institucionais, públicas e privadas de diversos setores, em busca da superação de conflitos e divergências para um objetivo positivo (SORENSEN, 1995).

Progressivamente se verifica que a investigação acerca da identificação, sistematização e reflexão destas estratégias são importantes para que o diálogo entre as pessoas permita a visualização e o encontro das convergências de seus desejos coletivos para os locais onde vivem e se relacionam, onde a estratégia de *formação de políticas públicas sociais, econômicas, ambientais e culturais*, também identificada neste estudo, seja eficaz e fortifique as *alianças locais* que são geradas a partir de sentimentos maiores como o do pertencimento.

Complementando as estratégias encontra-se a *solidariedade*, que faz com que as pessoas compartilhem responsabilidades entre si e contribuam umas com as outras na superação de desafios, e a *vontade política*, caracterizada como uma iniciativa integral para negociar e compatibilizar interesses.

As relações entre os elementos que são benéficos para o desenvolvimento de cidades saudáveis não são lineares, mas existem ciclos de feedback e circunstâncias condicionais (DE LEEUW et al., 2017). Portanto, essa explicação não pretende ser um manual da forma única de desenvolver uma cidade saudável, mas sim contribuir para a importância teórica de elementos que constituem uma cidade saudável.

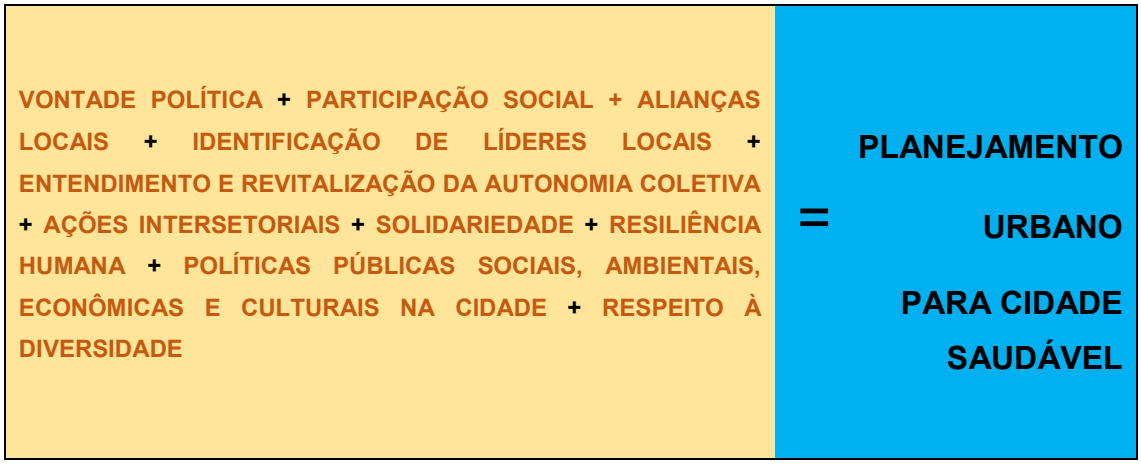
SISTEMATIZAÇÃO: UMA "FÓRMULA MATEMÁTICA" E UMA "REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA"

A identificação das 10 (dez) estratégias mencionadas constata que a coalizão das estratégias de planejamento urbano e promoção da saúde para uma cidade saudável já se encontra em operação, visto que é possível verificar que estas estratégias se encontram em convergência tanto com as premissas do planejamento urbano pautadas nas diretrizes gerais da política urbana brasileira regulamentada pelo Estatuto da Cidade (BRASIL. 2001), como também estão em convergência com as premissas da Política Nacional de Promoção da Saúde, caracterizando-se pela articulação e cooperação intra e intersetorial em prol de um conceito ampliado da saúde individual e coletiva (BRASIL. 2014). Dentro deste cenário, a coalizão das estratégias de planejamento urbano e promoção da saúde surgem de forma espontânea e verdadeira. Sperandio (2016) identifica ainda que a cidade saudável deve proporcionar uma conexão e inter-relação com a vida das pessoas que vivem em espaços urbanos e que podem decidir e colaborar na tomada de decisões pela cidade para que abra o conceito de "cidade desejável".

Com a identificação em mãos, foi possível elaborar uma "fórmula matemática" destas estratégias da cidade saudável, que são considerados aqui como fatores variáveis interdependentes, que resultam no planejamento urbano

para a cidade saudável, podendo ser aplicada em diversas comunidades locais durante o processo contínuo de participação social (Figura 1).

Figura 01: Uma fórmula matemática que sistematiza a coalizão das estratégias para um planejamento urbano saudável, Sperandio (2018)



Fonte: Laboratório de Investigações Urbanas/FEC/Unicamp, 2018.

Além da elaboração da uma fórmula matemática através da expressão algébrica apresentada na Figura 1, os fatores variáveis interdependentes (estratégias) também estão dispostos neste estudo em forma de uma "representação simbólica da totalidade" (JUNG, 2002), que podem gerar uma governança coletiva do planejamento urbano para a cidade saudável.

Estes fatores, suas práticas e pesquisas aplicadas, estão representados em forma de uma *mandala conceitual* proposta por Sperandio (2018), concebida considerando os fundamentos básicos discutidos anteriormente no percurso deste artigo. De acordo com Moacanin (1999), a mandala é um símbolo importante porque são imagens que contêm elementos interdependentes agrupados em torno de um núcleo central. Green, 2005, explica que do ponto de vista psicológico, a mandala é definida como a estrutura de um determinado comportamento da consciência coletiva do homem, que de uma ou de outra maneira, intentam compensar nossa dispersão mental com o objetivo de ordenar nossa existência (GREEN, 2005, p. 22).

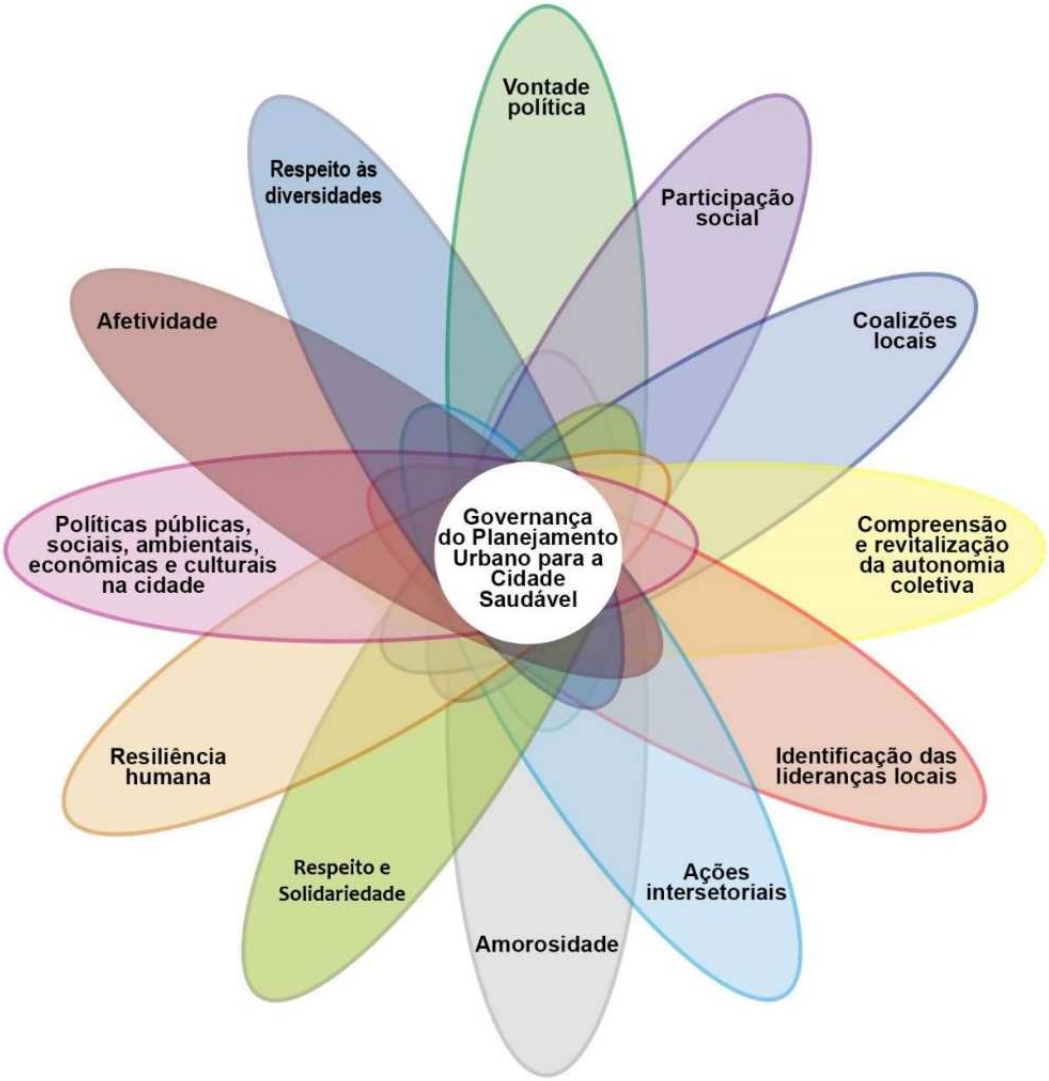
Neste sentido, observando a introdução do presente estudo que descreve brevemente o estado de desorganização das cidades, é possível

observar que o indivíduo e o coletivo podem se voltar para esta *mandala conceitual* em busca da cura e promoção da saúde nas cidades.

A coalizão das estratégias de planejamento urbano e promoção da saúde para a cidade saudável, ilustradas nesta *mandala conceitual*, é capaz de criar um "círculo mágico" de concentração de energia, que representa uma proposta de reflexão e revisão de conceitos para utilizar novas ferramentas para a potencialização da qualidade de vida coletiva. Fioravante (2002) refere a existência de energia nas mandalas, onde diz que "o campo de força de uma mandala modifica a energia em vários níveis. Ele estimula a mente a equilibrar as emoções e ativa os processos físicos ajudando a restabelecer sua função plena. A mandala é uma fonte de cura".

Este exercício de organizar as estratégias e elaborar uma representação simbólica busca facilitar a visualização dos envolvidos no processo de participação social (Figura 02).

Figura 02 – *Mandala Conceitual Sperandio*: Coalizão das estratégias de Planejamento Urbano e Promoção da Saúde para uma Cidade Saudável, SPERANDIO (2018).



Fonte: Estudos e pesquisas desenvolvidas no LABINUR/FEC/Unicamp, 2018[1]

Segundo Dellios (2000), a mandala pode ser considerada uma representação diagramática ou arquitetônica de valores que promove o desenvolvimento harmônico de indivíduos, comunidades e civilizações.

A *Mandala Conceitual Sperandio* representa conexão e integração. O núcleo da mandala é formado pelo planejamento urbano para cidade saudável e

[1] M*andala conceitual* apresentada pela primeira vez por Sperandio em Congresso da Organização Mundial de Saúde – OMS no ano de 2017, na cidade de Coimbra, Portugal.

o seu redor é composto pela coalizão das estratégias do planejamento urbano e promoção da saúde elaboradas ao longo deste estudo, elas trabalham em um modelo comum e equilibrado, no qual as forças que interagem, coexistem, cruzam, ordenam e se desordenam visam a governança coletiva equitativa. A mandala conceitual apresentada aponta para um processo criativo e abrangente, facilitando a compreensão e as capacidades dos tomares de decisões e da própria comunidade. É um modelo de repensar a vida em que as pessoas precisam mudar sua mentalidade coletiva para desenvolver resiliência coletiva.

Por fim, esta coalizão entre as estratégias de planejamento urbano e políticas de promoção da saúde propiciam o desenvolvimento de um Plano Diretor Saudável que vise por meio do processo participativo, a elaboração e à implantação de espaços dignos de se viver e tecer relações com autonomia, conhecimentos e habilidades.

Reflexão: considerações finas

A partir das discussões e análises deste estudo, é indicado considerar os elementos constitutivos para as tomadas de decisão coletivas juntamente com a coalizão das estratégias do planejamento urbano com as da promoção da saúde para avançar em direção à cidade saudável.

Existe a necessidade de uma ação coletiva global com vistas a promover a governança coletiva por locais saudáveis, que desperte e promova o empoderamento das pessoas por meio da Promoção da Saúde (SPERANDIO, 2018). É cada vez mais relevante a organização de grupos de pesquisa em rede que apoiam e orientam a governança coletiva da cidade na perspectiva do planejamento urbano para a cidade saudável, o que pode gerar benefícios agradáveis a vida social e a garantia do direito a cidade saudável. Como descreve Lima e Costa et al. (2017) são várias as potencialidades que o trabalho em rede proporciona: troca de conhecimentos; abordagem intersetorial dos problemas; desenvolvimento de capacidades e trabalho conjunto; concretização de ações inovadoras; cooperação institucional; estímulo à criatividade; elaboração de planos estratégicos; construção de uma visão compartilhada; suporte à avaliação e monitorização dos ganhos em saúde; parcerias institucionais; troca de experiências.

Entende-se que o direito a uma cidade saudável, segundo Sperandio (2018), é um lugar onde as pessoas podem ir e vir livremente sem estresse, ver pessoas próximas e conversar com elas, construir e resgatar memórias e histórias, observar o balanço das árvores e a fluidez dos rios.

Poder sentir a conexão e o pertencimento a cidade, em seus espaços individuais e coletivos, significa que a cidade deve existir por meio de coalizões que permitam o investimento em capital social e humano. Tudo isso permite amor e felicidade. Isso soa romântico ou utópico? Mas, quem não quer ou não merece o direito de uma cidade que e permita espaços para o diálogo? Talvez, fosse necessário dar um “zoom” para enxergar em micro outras possibilidades em macro, retornar as utopias mais básicas e utilizar as potencialidades dos espaços.

Não existe uma cidade saudável se não ocorrer coalizão das políticas públicas e renovação dessas. O gestor que intenciona que a sua cidade seja potencialmente saudável deve buscar ferramentas existentes como o Estatuto da Cidade, Estatuto da Metrópole, Plano Diretor Municipal dentre outras que estejam em consonância com as políticas de promoção da saúde, devem enfim rever e reinventar, a todo o momento, a cidade de modo dinâmico.

O que deve ser feito em micro para reverberar em macro e globalmente, é desafiar os desejos coletivos com a adesão da maioria, com a cooperação multisetorial e através de várias conexões e compreensão do poder e a necessidade de reconhecimento mútuo, mirando o bem viver dos moradores.

Estes são os objetivos mais desafiadores e transformadores e podem ser resumidos em uma palavra principal: resiliência. Esta é a principal palavra e conceito deste trabalho e os projetos e metas desenvolvidos e alcançados com ele.

Em última análise, os principais aspectos identificados no estudo contribuem para a resiliência como uma práxis de conhecimento para se adaptar e se transformar continuamente, não desistindo, continuamente desejando dar o próximo passo, com força para defender o que precisa ser feito. Certamente, superar os desafios que travam a participação social nos processos decisórios ampliam a autonomia e o sentimento de pertencimento. Esses fatores desenvolvem a resiliência humana, que é tão essencial e crítica no processo de

construção de cidades saudáveis. Por fim, é importante cada um observar a si mesmo durante o processo aberto a enveredar por caminhos transformadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTEN, F.; AKERMAN, M.; BECKER, D.; FRIEL, S.; HANCOCK T.; MWATSAMA, M. et al. Rights, Knowledge, and Governance for Improved Health Equity in Urban Settings. **Journal of urban health: bulletin of the New York Academy of Medicine**. 88. 896-905. 10.1007/s11524-011-9608-z, 2011.

BATTAUS, D.M.A.; OLIVEIRA, E.A.B. O Direito à Cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. **Lua Nova**, São Paulo, 97: 81-106, 2016.

BRANDÃO, I.R. Na trilha do município saudável. In: Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Políticas integradas em rede e a construção de espaços saudáveis: boas práticas para a Iniciativa do Rostos, **Vozes e Lugares**. Brasília: OPAS; 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S.A., MESP, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à saúde. **Política Nacional da Promoção da Saúde: PnaPS: Portaria Nº 2.446, de 11 de novembro de 2014** - revisão da Portaria MS/GM nª 687, de 30 de março de 2006, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2014 Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/ bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html>. Acesso em 06/12/2018.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257 de 10 de julho de 2001**. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em 06/12/2018.

BRASIL. **Código Florestal: Lei 12.651 de 25 de maio de 2012**. Estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em 06/12/2018.

BRASIL. Parcelamento do Solo Urbano: Lei n.º 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Estabelece diretrizes gerais do parcelamento do solo para fins urbanos mediante loteamento ou desmembramento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/ L6766.htm>. Acesso em 06/12/2018.

BURRIS, S. et al. Emerging Strategies for Healthy Urban Governance. **Journal of Urban Health**, v. 84, n. S1, p. 154–163, 27 maio 2007.

CARVALHO. **Introdução à teoria do planejamento**, Editora Brasiliense, 1ª edição, p.16, 1976.

COSTA, L.A.M. O todo da parte: urbanismo, planejamento e o processo social de construção da cidade no início do século 20. **Pós revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo fauusp**, v.19 n.32, são paulo, dezembro 2012

DE LEEUW, E. Cities and Health from the Neolithic to the Anthropocene. In: DE LEEUW, E.; SIMOS, J. (eds). **Healthy Cities**. p. 3-30, Springer, New York, NY, 2017.

DE LEEUW, E.; STEVENSON, A.; JOLLEY, G.; MCCARTHY, S.; MARTIN, E. Healthy Cities, Urbanisation, and Healthy Islands: Oceania. In: DE LEEUW, E.; SIMOS, J. (eds). **Healthy Cities**. p. 315-337, Springer, New York, NY, 2017.

DELLIOS, R. Globalisation and the mandala: Software for the millennium. Culture Mandala: **The Bulletin of the Centre for East-West Cultural and Economic Studies**. v. 4, n. 1, Article 1, 2000.

DOORIS, M.; HERITAGE, Z. Healthy Cities: Facilitating the Active Participation and Empowerment of Local People. **Journal of Urban Health**, v. 90, n. S1, p. 74–91, 29 out. 2013.

GEHL, J. Cidades para pessoas. 3. ed. São Paulo: **Perspectiva.** 262 p. Inclui bibliografia e índice. ISBN 978-85-273-0980-6, 2015.

GREEN, S. **El Livro de los mandalas del mundo**. Santiago, Chile:Océano Âmbar, 2005.

GOLDSTEIN, G.; KICKBUSCH, I. WHO healthy cities programme. **Urban Health News**. p. 7–13, 1996.

FIORAVANTE, C. **Mandalas: como usar a energia dos desenhos sagrados.** São Paulo: Pensamento, 2002.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

KICKBUSCH, I.; GLEICHER, D. Governance for health in the 21st century. Copenhagen, Denmark: **WHO Regional Office for Europe**, 2012.

LIMA, COSTA. Construindo Cidades Saudáveis. **Editira Assis**, 1ª edição, p.68, 2017.

MILES, S. Stakeholder Theory Classification: A Theoretical and Empirical Evaluation of Definitions. **Journal of Business Ethics**, v. 142, n. 3, p. 437–459, 8 maio 2017.

MOACANIN, R. A Psicologia de Jung e o Budismo Tibetano. SãoPaulo: **Cultrix**, Pensamento, 1999.

SAULE JR., N. O direito à cidade como centro da nova agenda urbana. **IPEA**, boletim regional, urbano e ambiental, nº15, jul.-dez. 2016.

SIMOS, J.; DE LEEUW, E. Wrap-Up: Values and Governance for Urban Health. In: **Healthy Cities**. New York, NY: Springer New York, 2017. p. 341–357.

SORENSEN, G. Our Global Neighbourhood. **Bulletin of the Atomic Scientists**, v. 51, n. 4, p. 69–73, 1 jul. 1995.

SPERANDIO, A.M.G. Documentos Internos da Disciplina Planejamento Urbano e Cidade Saudável. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, **Tecnologia e Cidade, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo** (FEC-UNICAMP); 2016.

SPERANDIO, A.M.G; FRANCISCO FILHO, L.L.; FAVERO, E.; RIBEIRO, M.M.; MANFRINATO, T. Ocupação de vazio urbano como promotor do planejamento para cidade saudável. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, SP, v. 6, n. 3, p. 205-215. 2015.

SPERANDIO, A.M.G.; FRANCISCO FILHO, L.L.; MATTOS, T.P. Política de promoção da saúde e planejamento urbano: articulações para o desenvolvimento da cidade saudável. Artigo Opinião. Revista Ciência & Saúde Coletiva. 10 anos da Política Nacional de Promoção da Saúde, v. 21, n. 6, p. 1931-1937, **ABRASCO Associação Brasileira de Saúde Coletiva**, junho 2016.

SPERANDIO, A. M. G.; MOREIRA, R. N.; BERNARDINO, F. Conexões entre o planejamento urbano e a cidade saudável. **LABOR e ENGENHO**, v. 12, p. 482-494, 2018.

WERNA, E. et al. Healthy City Projects in Developing Countries : an International Approach to Local Problems. [s.l.] **Taylor and Francis**, 2014.

UN HABITAT. **World Cities Report 2016 Urbanization and Development: Emerging Futures**. 2016. Disponível em: <http://wcr.unhabitat.org/main-report/>. Acesso em 30/07/2018.

YUVAL-DAVIS, N. Belonging and the politics of belonging. **Patterns of Prejudice**, v. 40, n. 3, p. 197–214, jul. 2006.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao aluno de mestrado da pós Graduação do Programa de Pós Graduação em Arquitetura Tecnologia e Cidade da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo ATC-FEC/UNICAMP, o Arquiteto e Urbanista **Victório Eugênio Misael dos Santos Jordan Rojas** e a Arquiteta e Urbanista **Janini de Oliveira Dias da Silva** pela colaboração no desenvolvimento deste artigo.

SOBRE A AUTORA

Doutora em Saúde Coletiva (USP – Universidade de São Paulo). Professora Plena da Pós-Graduação da FEC/Unicamp (Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas), Campinas – SP, Brasil. Assessora Acadêmica do Centro Universitário de Jaguariúna (UNIFAJ). E-mail: amgspera@fec.com.br.

O PAPEL DA FÍSICA NO CONTROLE DO RUÍDO EM PROJETOS ARQUITETÔNICOS

The role of physics in the control of noise in architectural projects

NETO, Maria de Fatima Ferreira
Apoio Acústico ltda.

SANTOS, Leonardo Sioufi Fagundes dos Santos
Universidade Federal de São Paulo, campus de Diadema

RESUMO: Este artigo enfatiza a importância dos conceitos da Física na acústica em projetos arquitetônicos, mostrando que o aspecto acústico de uma edificação é tão relevante quanto o estrutural, o hidráulico, o elétrico, o térmico e o luminoso, entre outros. Em primeiro lugar, o trabalho explora os conceitos fundamentais da Acústica Física, relacionando-a com a Acústica Arquitetônica: frequência sonora, velocidade do som, comprimento de onda, fonte sonora, potência sonora e propagação do som com os fenômenos ondulatórios correspondentes, reflexão, difração, absorção e transmissão. Posteriormente, o trabalho aborda as sensações acústicas em relação à pressão sonora e à frequência. Com este aparato teórico, aborda-se os conceitos de conforto e desconforto acústico. Dessa forma, os projetistas poderão entender os fundamentos da Acústica Arquitetônica, facilitando o atendimento aos anseios de seus clientes por um ambiente residencial pronto para proporcionar o conforto acústico, tão almejado e desejado.

Palavras-Chave: acústica arquitetônica, fenômenos ondulatórios, conforto acústico

Abstract: This article emphasizes the importance of Physics concepts in acoustics in architectural projects, showing that the acoustic aspect of a building is as relevant as the structural, hydraulic, electrical, thermal and luminous, among others. Firstly, the work explores the fundamental concepts of Physical Acoustics, relating it to Architectural Acoustics: sound frequency, sound speed, wavelength, sound source, sound power and sound propagation with the corresponding wave phenomena, reflection, diffraction, absorption and transmission. Subsequently, the work addresses acoustic sensations in relation to sound pressure and frequency. With this theoretical apparatus, the concepts of comfort and acoustic discomfort are addressed. In this way, designers will be able to understand the fundamentals of Architectural Acoustics, facilitating the fulfillment of their customers' desires for a residential environment ready to provide the acoustic comfort, so desired.

Keywords: architectural acoustics, wave phenomena, acoustic comfort

INTRODUÇÃO

De um modo geral, o ser humano vive em ambientes ruidosos. Aglomeração em espaços urbanos, aumento da frota de veículos, expansão das

áreas industriais e todos os ruídos da modernidade geram um tipo de poluição mais danosa que a da água, a sonora. A poluição sonora só é superada em danos pela poluição do ar (WHO, 2011). Seja na residência, no trabalho, no lazer, o ruído está constantemente presente.

A *World Health Organization* (WHO) ou Organização Mundial da Saúde (OMS) trata da poluição sonora como questão de saúde pública (WHO, 2011). O dano físico mais conhecido resultante da exposição sonora é a surdez. Mas, há diversos outros problemas que podem surgir, como por exemplo, irritação, problemas psicológicos, dificuldade de aprendizado e comunicação, problemas no sono, alterações respiratórias, digestivas, cardiovasculares, levando inclusive ao enfarte (LAIRD; COYE, 1929; MILLER, 1974; DAVIES; VAN KAMP, 2012). Além dos problemas físicos e psicológicos, o incômodo gerado pelo ruído pode afetar a convivência social (GRIMWOOD, 1997). Como ilustração, é muito comum que brincadeiras de crianças ocorram no mesmo período de leitura ou descanso de outra pessoa.

Como a poluição sonora gerada nos ambientes domésticos é um problema de saúde pública, diversos países estabeleceram leis proibindo certos níveis de ruído entre vizinhos (ZAJARKIEWICCH, 2010). Na cidade de São Paulo o Programa Silêncio Urbano (Lei do PSIU[1]) é o órgão fiscalizador do excesso de ruído, cujos limites estão previstos na resolução CONAMA n°. 001/1990 (BRASIL, 1990). No entanto, o som em si não segue as legislações humanas. A redução e o controle do ruído dependem das leis da Física. Como conciliar as exigências das leis dos homens com a inexorabilidade das leis da Física?

Neste ponto do texto, é interessante estabelecer uma analogia entre o veneno das serpentes com seu antídoto, o soro antiofídico. A Física e suas aplicações tecnológicas transformaram o silencioso mundo antigo em um barulhento ambiente moderno. Motores, caixas de som e máquinas em geral são aplicações da Física. Paradoxalmente, a Física com suas aplicações também pode reduzir ou até neutralizar o som.

Há um ramo da Física especialmente voltado ao estudo do som, a Acústica. Atualmente, a Acústica é uma ciência de natureza multidisciplinar

1 Informações disponíveis em http://www.capital.sp.gov.br/cidadao/rua-e-bairro/legislacao/lei-do-psiu Acesso em 04 mai 2020.

(BISTAFA, 2006). Além dos físicos, engenheiros, tecnólogos, arquitetos, urbanistas, biólogos, entre outros, também pesquisam a acústica e podem atuar nessa área com a devida capacitação.

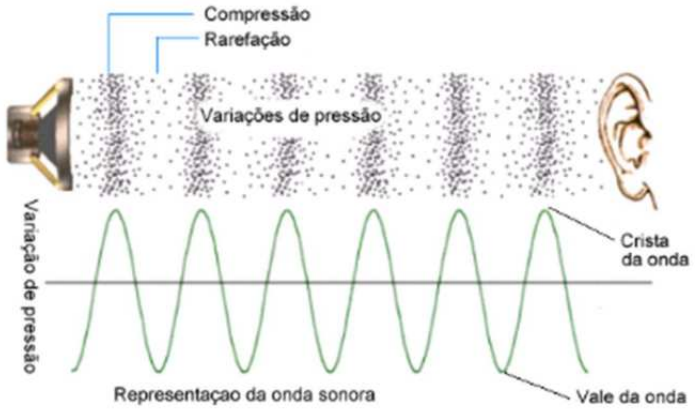
A Comissão Internacional de Acústica (ICA) declarou 2020 como Ano Internacional do Som (*International Year of Sound* 2020) (SOBRAC, 2019). Isso não se deve apenas à necessidade da redução da poluição sonora. Afinal, o som é fundamental na comunicação entre as pessoas, na cultura, seja em relação à arte musical ou das declamações em geral, nas aplicações tecnológicas, como nos microscópios acústicos e intervenções cirúrgicas com ultrassom etc. A própria escrita é o conjunto de símbolos visuais da oralidade.

Este artigo tem dois objetivos: a apresentação do problema dos ruídos entre vizinhos no contexto dos conceitos fundamentais e dos modelos teóricos da Acústica, sem a formulação matemática completamente explícita.

Som

De acordo com a Física, o ar pressiona os objetos que ele envolve. Esta pressão é conhecida como “pressão atmosférica”. Movimentos bruscos fazem com que a pressão do ar de uma certa região aumente ou diminua. O ar comprimido exerce maior pressão, ao passo que o ar rarefeito, menor pressão. Por exemplo, as vibrações do diafragma de uma caixa de som provocam compressão e rarefação do ar à sua frente. O ar comprimido se expande, voltando a pressão que tinha antes. No entanto, uma porção do ar à frente fica comprimido e o processo se repete. Inversamente, o ar rarefeito se contrai, expandindo o ar à sua frente. O processo também se repete. Assim, regiões de alta pressão (ar comprimido) e baixa pressão (ar rarefeito) se propagam ao longo do ar (Figura 1). A propagação destas variações da pressão do ar é que constitui o som (TELLES; NETTO, 2013).

Figura 1 – Propagação de onda sonora.



Fonte: https://dex.descomplica.com.br/enem/fisica/extensivo-enem-ondulatoria/explicacao/1. Acesso em 18 abr 2020.

O som é classificado como onda mecânica porque depende de um meio mecânico para se propagar. O ar e os gases em geral são meios de propagação do som, mas não os únicos. Esses meios também podem ser sólidos ou líquidos. É por isso que o som se propaga em paredes, portas, janelas, piscinas etc.

Uma das questões fundamentais da Acústica Arquitetônica é a propagação do som do exterior para o interior da residência. Mesmo sem controlar os sons externos ou internos ao ambiente, o arquiteto pode projetar a edificação de modo a atenuar os efeitos indesejáveis do som. Por exemplo, paredes grossas podem reduzir o som que as atravessa, impedindo total ou parcialmente que os sons das ruas invadam as moradias. Estas mesmas paredes também atenuam os próprios ruídos internos das habitações, não permitindo que um vizinho atrapalhe os demais e preservando a privacidade de todos. Se uma parede não for suficiente, como em cinemas, pode-se projetar paredes duplas, triplas e assim e por diante. A colocação de material fibroso entre as paredes, como lã de vidro ou de rocha, amplia a eficiência na redução da transmissão do som. Existe solução ao alcance dos arquitetos.

A seguir, estão expostas as principais grandezas características do som.

Frequência sonora

Uma das características do som e de qualquer onda é a frequência. A frequência do som é o número de pulsos, ou vibrações, captados por tempo. A unidade de frequência é o hertz (Hz) que equivale a uma vibração por segundo

(TELLES; NETTO, 2013). Tomando como exemplo a frequência sonora de 400 Hz, ela corresponde a 400 vibrações por segundo. Ao contrário das demais unidades em português, o termo "hertz" não é usado no plural.

A orelha[2] humana tem uma sensação auditiva correspondente à frequência, mas isso será discutido em uma seção posterior.

Velocidade do som

A velocidade do som não depende da fonte, mas apenas do meio. Quanto mais denso o meio, mais rápida é a propagação do som. Nos sólidos, o som se propaga mais rapidamente do que nos líquidos e nestes últimos, com velocidade superior à dos gases. Por exemplo, a velocidade do som no vidro está compreendida entre 5.000 m/s e 6.000 m/s enquanto na água, atinge 1.460 m/s (BARROSO-KRAUSE et al., 2002). A velocidade do som no ar varia com a temperatura, quanto mais quente o meio atmosférico, mais veloz é o som. Por exemplo, a velocidade do som no ar é de 312,7m/s para -30°C, 343 m/s a 20°C e 349,2m/s para 30°C. Para problemas práticos, na acústica arquitetônica, normalmente se usa a velocidade do som no ar em 340m/s.

Comprimento de onda sonora

Outra característica do som e de qualquer onda é o comprimento. O comprimento de onda sonora é a distância de duas posições com pressão máxima em certo instante. De forma equivalente, o comprimento de onda pode ser definido como a distância de duas posições com pressão mínima em certo instante. A unidade de comprimento de onda é o metro, m. (TELLES; NETTO, 2013).

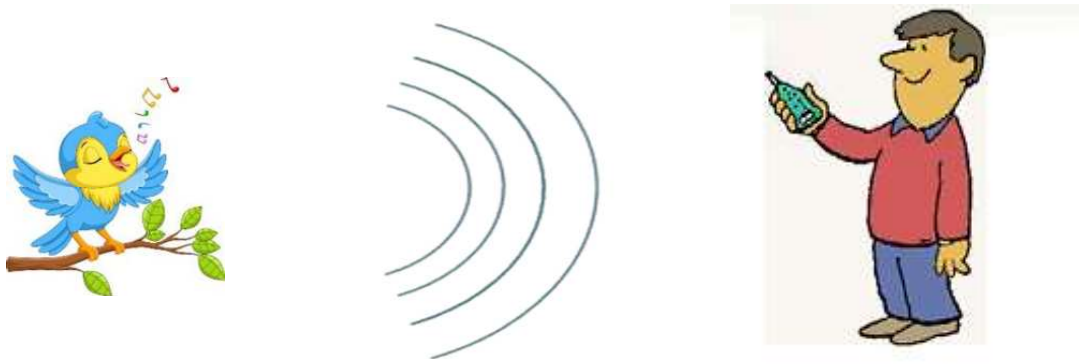
O comprimento da onda sonora depende da frequência e da velocidade (TELLES; NETTO, 2013). A relação entre comprimento, frequência e velocidade é dada por $\lambda f = v$. Por exemplo, na relação $\lambda f = v$ para uma onda sonora com frequência de 400 Hz e velocidade 340m/s tem-se $\lambda 400 = 340$, ou seja, o comprimento de onda é de $\lambda = 0{,}85$ m.

2 Segundo Bistafa (2006, p. 29), "Modernamente, *orelha* é a denominação preferível do sistema auditivo, em substituição à forma mais popular "ouvido", em geral atribuída a esse sistema". Na terminologia anatômica moderna, aplicam-se os termos orelha externa, orelha média e orelha interna. Disponível em: http://www.ceol.med.br/home/ouvido/ Acesso em 25 jun 2020.

Leis da Física e Acústica Arquitetônica

Especificamente no campo da Acústica, as Leis da Física são aplicadas em três etapas: inicia-se na emissão do som por uma fonte sonora com os conceitos de pressão e potência sonora, continua com a propagação do som e os fenômenos ondulatórios e finaliza-se com a recepção do som nas nossas orelhas, como representado na Figura 2.

Figura 2 – Fonte sonora, propagação do som e medição no ponto do receptor.



Fonte: https://br.freepik.com/vetores-premium/passarinho-bonito-canta-em-um-galho-de-arvore_6461729.htm. Acesso em 04 mai 2020 e Adaptado de Brüel & Kjær (20--).

Fontes sonoras

Fontes sonoras são quaisquer elementos que emitem sons, como por exemplo, carros, máquinas, seres humanos, animais em geral etc. São as fontes sonoras que determinam a frequência da onda.

Embora o arquiteto não projete as fontes sonoras de uma unidade habitacional, ele pode orientar o projeto e a construção levando em consideração as fontes sonoras internas e externas. Por exemplo, em um prédio próximo a uma avenida movimentada, onde os veículos são fontes sonoras constantes, os quartos podem ser construídos com janelas voltadas para o lado oposto a via movimentada. Os passos das pessoas são outra fonte sonora importante. Em uma edificação com vários andares, o arquiteto deve preocupar-se com a propagação do som dos passos dos moradores de um andar para o inferior.

Fonte e potência sonora

O termo *potência* normalmente lembra os motores dos carros: quanto mais potente for o motor mais rápido ou com maior força o carro chega ao destino. Potência sonora evoca a mesma ideia: quanto mais ruidosa é uma fonte sonora maior é sua potência sonora. Cada fonte tem uma potência sonora específica. Por isso, o liquidificador gera um grande ruído (alta potência sonora) e a geladeira, um pequeno barulho (baixa potência sonora).

As unidades habitacionais em si mesmas não são fontes sonoras. No entanto, os ocupantes de uma habitação e seus aparelhos eletrodomésticos são fontes sonoras que devem ser levadas em consideração em um projeto arquitetônico. Por exemplo, a cozinha com seus liquidificadores e os banheiros com seus secadores de cabelo podem ser locais com intensas fontes sonoras. É importante, na medida do possível, projetar cozinhas e áreas de serviço com a preocupação de que os sons produzidos nestes ambientes não cheguem intensamente nos outros cômodos e nas outras residências.

Mesmo com um projeto adequado, há aparelhos eletrodomésticos que atuam como fontes sonoras tão intensas que ameacem a convivência de um morador com seus vizinhos. Os arquitetos podem orientar os corretores de imóveis e futuros proprietários sobre a importância dos ruídos emitidos pelos aparelhos eletrodomésticos. Mais especificamente, o arquiteto pode recomendar direta ou indiretamente que os moradores de suas construções consultem o *selo ruído* para secadores de cabelo, liquidificadores e aspiradores de pó. O selo ruído é um certificado emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para os eletrodomésticos citados. A Figura 3 exibe o selo ruído, indicando a potência sonora do eletrodoméstico, sendo o indicador 1, para mais silencioso e 5 para menos silencioso.

Figura 3 – Selo ruído do INMETRO



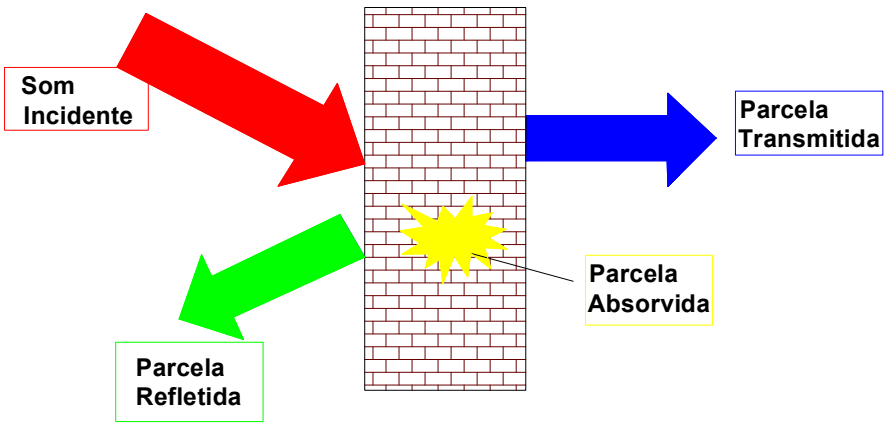
Fonte: http://www.inmetro.gov.br/noticias/verNoticia.asp?seq_noticia=3933. Acesso em 17 nov 2017 e http://www.inmetro.gov.br/imprensa/releases/seloRuido.asp. Acesso em 18 abr 2020.

Propagação Sonora

O som transporta energia. Uma das leis mais fundamentais da Física é o princípio da conservação da energia, que é a base da emissão das ondas sonoras e de todos os fenômenos ondulatórios.

Para que uma fonte sonora emita um som, é necessário que ela retire energia de algo. Uma vez emitido, o som transporta energia proveniente da fonte. Quando o som encontra um obstáculo qualquer, como um edifício, uma parede, uma janela etc., a transferência de energia pode causar vários fenômenos ondulatórios, entre os mais conhecidos a transmissão, a reflexão e a absorção (Figura 4).

Figura 4 - Fenômenos ondulatórios.



Fonte: autores.

Quando o som encontra um obstáculo, ele pode passar a propagar-se no novo meio. Este é o fenômeno da transmissão. A onda do primeiro meio é denominada “onda incidente”, enquanto a onda do segundo, “onda transmitida”. A energia da onda transmitida vem da onda incidente. A frequência da onda transmitida é a mesma da onda incidente. Por exemplo, o som emitido na rua propaga-se pelo ar, podendo incidir em uma parede de alvenaria. A transmissão pode se repetir, a onda sonora na parede pode ser transmitida ao ar de uma sala. Assim, o som da rua pode chegar a uma sala com duas transmissões, uma do ar para a parede, outra da parede para o ar. O processo pode ser repetido enquanto houver energia.

O som também pode encontrar um obstáculo e retornar ao meio original. Este fenômeno é denominado “reflexão”. Assim como na transmissão, antes de encontrar o obstáculo, a onda é chamada de “onda incidente”. Após encontrar o obstáculo e voltar, a onda é intitulada “onda refletida”. A energia da onda refletida é proveniente da onda incidente e a frequência de ambas é a mesma. Um som refletido pode encontrar um novo obstáculo gerando uma segunda reflexão. Analogamente à transmissão, o processo pode se repetir enquanto houver energia. Um exemplo de reflexão do som, ocorre quando alguém canta no chuveiro. Durante as canções, o som é refletido várias vezes em todas as superfícies do banheiro. As orelhas do cantor recebem a primeira reflexão, a segunda, a terceira e todas as reflexões, dando a sensação de estrelato. O revestimento em azulejo é essencial para essa sensação. Durante a cantoria no banheiro, a pessoa se sente um grande astro, aumentando a potência sonora de sua voz e amplificando cada vez as reflexões sonoras.

Os fenômenos do eco e da reverberação estão relacionados à reflexão sonora e seus cálculos estão relacionados ao comprimento de onda sonoro. Estes conceitos e cálculos merecem um artigo à parte. Por exemplo, o que ocorre na música cantada no banheiro é efeito da reverberação, não do eco.

A absorção é o fenômeno em que o obstáculo absorve a energia da onda incidente. Como exemplo, há salas usadas em pesquisas acústicas onde as paredes são revestidas com material de alta absorção sonora. Estas salas são designadas “câmaras anecóicas”. O som que incide que na parede é quase totalmente absorvido.

Se toda a energia da onda é absorvida pelo obstáculo, não pode ocorrer reflexão e nem transmissão. Se apenas uma parte da energia sonora é absorvida, a energia restante pode ser transmitida ou refletida. Por exemplo, os materiais porosos como espuma ou fibrosos, como a lã de vidro, absorvem energia para reduzir a reflexão, mas não a transmissão.

É importante citar situações concretas de fenômenos ondulatórios no contexto da Acústica Arquitetônica e os desafios envolvidos. Por exemplo, a propagação do som é diferente para uma sala cheia de alunos e vazia. Os corpos humanos e roupas também absorvem o som, o que inibe a reverberação. Já em uma sala cheia, há menos reverberação, mas a intensidade da voz dos alunos pode aumentar a poluição sonora. Algumas salas de música de alta performance são projetadas para terem alta absorção sonora, mesmo quando vazias. Por exemplo, a sala São Paulo apresenta praticamente as mesmas características acústicas, estando cheia ou vazia. Os acentos da sala São Paulo apresentam características de absorção sonora muito próximas dos humanos. É como se a sala estivesse cheia o tempo todo. Dessa forma, o ensaio dos músicos fica mais tranquilo, porque saberão como o som se comportará quando a sala estiver lotada.

Durante a propagação, parte da energia sonora pode ser absorvida pelo próprio meio e pelos obstáculos. Seja ao ar livre (em um parque, na rua, em uma vila etc.) ou em um ambiente fechado (sala de aula, sala de estar, auditório, cozinha, banheiro etc.) o som é propagado até que toda a sua energia seja absorvida.

A dificuldade de audição do som à medida que o ouvinte se afasta da fonte não é causada apenas pela absorção do som. À medida que a onda sonora se afasta da fonte, ela ocupa um espaço cada vez maior. Assim, a energia que estava concentrada nas proximidades da fonte sonora se espalha. Esse processo é análogo à difusão de uma gota de tinta em um balde água. Então, a atenuação do som vem de uma combinação de absorção com a expansão da onda.

A propagação livre do som acontece quando segue diretamente, sem encontrar nenhum obstáculo à frente. Por exemplo, o ruído de motor de um carro propagando-se diretamente para a janela da sua sala. Se a janela estiver aberta, o ruído poderá ser ouvido com clareza, porque o som passará diretamente pela

abertura. Mas, se a janela estiver fechada, o som entrará reduzido, com menor volume. Isso quer dizer que houve perda de energia sonora no encontro com o obstáculo (janela) e parte da energia conseguiu passar a janela, isto é, foi transmitida.

Há ainda fenômenos da difração e da refração do som. É possível observar o fenômeno da difração quando uma pessoa ouve o som de um carro na esquina de um edifício em uma região onde o veículo não pode ser visualizado. Nesse caso, o som segue em propagação livre até encontrar a esquina do edifício, que provoca um desvio na propagação do som. E há o fenômeno da refração. Neste caso, há diferença na velocidade da onda quando passa de um meio para outro. Pode ser, por exemplo, do ar para a água, do ar para a alvenaria e da alvenaria para o ar. Isto quer dizer, que dentro da parede ocorrem os fenômenos da transmissão, refração e ainda a reflexão. Para efeitos práticos, nos cálculos da acústica arquitetônica, todos esses fenômenos são simplificados.

Recepção do som

Da fonte sonora, seguindo uma propagação livre ou com obstáculos, finalmente, o som encontra o alvo: as suas orelhas. A partir daqui o som pode ser agradável, desagradável, alto, baixo, e provocar uma infinidade de sensações psicoacústicas.

Se a sensação é de um som agradável, você não vai querer parar de ouvir. Se for desagradável, entra o conceito de desconforto acústico e a busca pelo conforto acústico.

Sensação auditiva

O som origina-se na fonte sonora, segue uma propagação livre ou com obstáculos, e pode chegar ao órgão responsável pela captação do som no corpo humano, a orelha.

O sistema auditivo é sensível às variações rápidas de pressão, logo, ele capta as variações de pressão associadas à propagação da onda sonora. O mecanismo do aparelho auditivo transforma o som recebido em sinal elétrico interpretado pelo cérebro (OKUNO et al., 1986). O processo é muito complexo e a interpretação cerebral é riquíssima. Por exemplo, o cérebro pode interpretar se

o som é alto ou baixo, grave ou agudo, falado ou cantado etc.

Sensação relacionada à pressão sonora

A variação da pressão do ar é interpretada pelo cérebro como intensidade sonora. Quanto maior a variação de pressão do ar relacionada à onda, mais intensamente o cérebro interpretará o som. Aumentar a intensidade sonora é como aumentar o volume do rádio. Os acústicos definem a "intensidade sonora" como uma grandeza proporcional ao quadrado da pressão sonora. Por exemplo, quando a pressão sonora dobra, a intensidade sonora quadruplica. Usando outra ilustração, se a pressão sonora triplica, a intensidade sonora é multiplicada por nove.

Para que o som sensibilize a orelha e seja interpretado pelo cérebro, ele deve ter uma pressão sonora mínima. Abaixo da pressão sonora mínima, o som não é ouvido. Essa pressão sonora mínima depende de cada pessoa. Estudos revelam que para os jovens, a pressão sonora mínima é de cerca de 0,00002 Pa (Pa é lido como Pascal). Para se ter uma ideia da sensibilidade da orelha humana, a pressão atmosférica é de aproximadamente 101.325 Pa (neste caso, Pa é lido como pascals[3]). O valor 0,00002 Pa é denominado "pressão de referência" e é representado por P_0.

O cérebro não interpreta a pressão sonora de forma linear e isso pode ser um complicador na análise do ruído. A sensação auditiva da pressão sonora segue uma escala logarítmica. Além disso, existe uma diferença mínima de pressão abaixo da qual a orelha é insensível e o cérebro não interpreta nada. Há ainda uma diferença de pressão máxima acima do qual o aparelho auditivo é danificado, causando dor e sequelas. A pressão mínima que a orelha humana ouve na maioria dos seres humanos é 0,00002 Pa, enquanto o valor máximo suportado é de aproximadamente 10^7 Pa (ou 100 milhões de Pascals). Para facilitar a associação entre a sensação auditiva e a pressão sonora, os acústicos definem uma outra grandeza, o "nível de pressão sonora". Essa grandeza está em base logarítmica, quantificando as sensações auditivas e facilitando o

3 O leitor não deve estranhar o termo "pascals". O Quadro Geral de Unidades de Medida (INMETRO, 2007), estabelece que a forma legal do plural de unidades derivadas de nomes próprios é feita acrescentando-se um "s". Por exemplo, a unidade pascal vem do nome do físico Blaise Pascal e o seu plural é Pascals.

manuseio com uma escala tão grande de valores de pressão, reduzindo o "tamanho" do número que se refere ao ruído, tornando-o mais fácil de interpretar. A unidade do nível de pressão sonora é o decibel (dB). Analogamente ao Pascal, o nome da unidade "decibel" é uma homenagem ao inventor Alexander Graham Bell. Ainda seguindo as regras do Quadro Geral de Unidades de Medida (INMETRO, 2007), o plural de decibel é "decibels". O decibel não é exclusivo da acústica, também é bastante utilizado em eletricidade e em outras áreas. No contexto da acústica, o nível de pressão sonora, *Lp*, em decibels é dado pela fórmula abaixo, onde a pressão de referência é $P_0 = 2.10^{-5}$ Pa (BISTAFA, 2006).

$$Lp = 20log\left(\frac{P}{P_0}\right)$$

Em aplicações práticas envolvendo o nível de pressão sonora, é essencial dominar o cálculo logarítmico. Mas em termos didáticos, é interessante ter uma ideia intuitiva da relação entre a pressão sonora e o nível de pressão sonora. A pressão de referência é a pressão sonora mínima para que a orelha típica reconheça o som. O nível de pressão sonora correspondente a pressão sonora de referência é 0 dB. Quando a pressão sonora é 10 vezes maior do que a referência ($P_0 = 2.10^{-2}$ Pa), o nível de pressão sonora é associado a 20 dB. Se a pressão sonora é 100 vezes maior do que a referência, o som corresponde a 40 dB. Um nível de pressão sonora de 60 dB corresponde a uma pressão 1.000 vezes maior do que aquela de referência. Em resumo, cada aumento de 20 dB no nível de pressão sonora equivale a multiplicar a pressão sonora por 10. A Tabela 1 exibe a relação entre pressão sonora e nível de pressão sonora para alguns valores particulares.

Tabela 1 - Relação entre *pressão sonora* e *nível de pressão sonora* com alguns valores

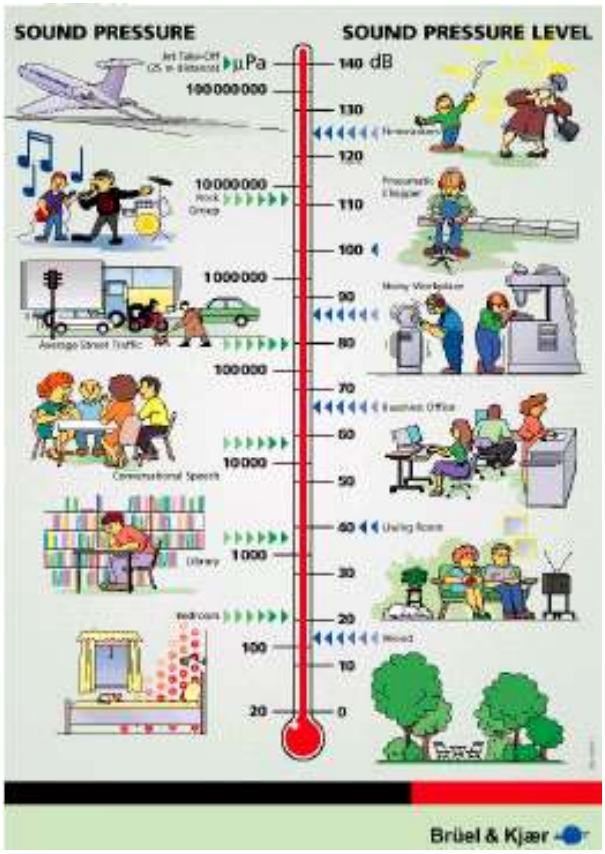
Pressão Sonora	**Nível de pressão sonora**	
0,00002 Pa	0 dB	Limiar da audição
0,0002 Pa	20 dB	
0,002 Pa	40 dB	
0,02 Pa	60 dB	
0,2 Pa	80 dB	
2 Pa	100 dB	
20 Pa	120 dB	
200 Pa	140 dB	Limiar da dor

Fonte: autores.

A pressão sonora de 200 Pa é o limiar da dor, isto é, até a pressão sonora suportada pela orelha humana. Conforme a tabela acima, o nível de pressão sonora máximo suportado pelo ser humano é 140 dB.

Como se pode avaliar o nível de um ruído no cotidiano? Quantos decibels correspondem a um som alto? Por exemplo, 40 dB é um som alto ou baixo? Para se ter uma ideia, 80 dB é o nível de ruído de uma via de tráfego rodoviário muito intenso. Já 40 dB é o nível de ruído que deveria ter em uma biblioteca. O leitor pode consultar os valores correspondentes da pressão sonora na Tabela 1. A Figura 5 mostra o nível de pressão sonora em várias situações do dia a dia.

Figura 5 - Nível de ruído em situações quotidianas



Fonte: Brüel & Kjær (20--).

No lado esquerdo da Figura 5, verifica-se que os sons estão representados com valores em pressão sonora. A pressão sonora apresenta mais dígitos do que o lado direito que está mostrando o nível de pressão sonora

em decibel. Essa é a vantagem de usar o decibel: caracterizar os sons com números mais fáceis de ler.

O aparelho utilizado para medir o nível de pressão sonora em um ambiente é chamado de sonômetro (ABNT, 2017). Esse aparelho capta a pressão sonora de um som qualquer através de um microfone. A informação é convertida por um circuito elétrico e através de cálculos complexos a leitura do nível de pressão sonora é dada em decibel. Como a unidade decibel não é utilizada exclusivamente em Acústica, não é correto chamar o medidor de nível de ruído de “decibelímetro” (INMETRO, 2007).

O nível de pressão sonora também pode ser calculado a partir da intensidade sonora mencionada no início da seção (NETO, 2014). No entanto, como a intensidade sonora não tem uma interpretação física imediata, o texto apresenta esta forma mais didática de estimativa do nível de pressão sonora.

Sensação associada à frequência sonora

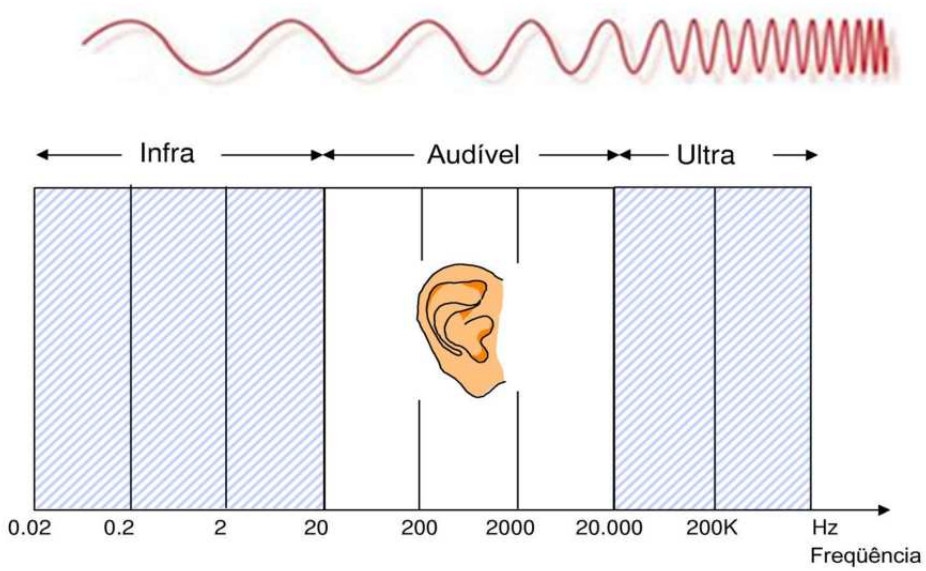
Analogamente ao que ocorre com a pressão sonora, o cérebro também traduz a frequência sonora em sensações. Os sons não são ouvidos abaixo de uma frequência mínima e nem acima de uma frequência máxima. Para a maioria da população mundial, o som será audível se a frequência sonora estiver entre 20 Hz e 20.000 Hz. Abaixo de 20 Hz, o som é chamado de “infrassom” e acima de 20.000 Hz, “ultrassom” (Figura 6).

As sensações relacionadas ao grave e ao agudo estão associadas às baixas e altas frequências. Quanto maior a frequência mais agudo é o som. E quanto menor a frequência mais grave é o som. No entanto, não existe um critério único para classificar um som como de “alta frequência” ou “baixa frequência”. Consequentemente, não há uma classificação única para grave e agudo (NETO; SANTOS, 2018). Por exemplo, duas pessoas concordarão que um som com 3.000 Hz é mais agudo do que aquele de 1.000 Hz. Um otorrinolaringologista classificará ambas as frequências com baixas pois estão abaixo de 10.000 Hz. No caso de um fonoaudiólogo, 3.000 Hz e 1.000 Hz são consideradas frequências respectivamente alta e baixa porque o divisor de sua classificação é 2.000 Hz (NETO; SANTOS, 2018).

Anteriormente, foi visto que $\lambda f = v$. Assim, para uma dada velocidade, o comprimento de onda e a frequência sonora são inversamente proporcionais.

Por exemplo, se v = 340 m/s, uma frequência sonora f = 340 Hz corresponde à um comprimento de λ = 1m. Já para a frequência sonora f = 680 Hz, o comprimento de onda é de λ = 0,5 m. A figura 6 representa como uma onda com comprimento cada vez menor está associada à uma frequência sonora cada vez maior.

Figura 6 – Infrassom, frequências dos sons audíveis e ultrassom.



Fonte: Brüel & Kjær (20--) e Adaptado de http://www.nupic.fe.usp.br. Acesso em 02 fev 2018.

Conforto acústico

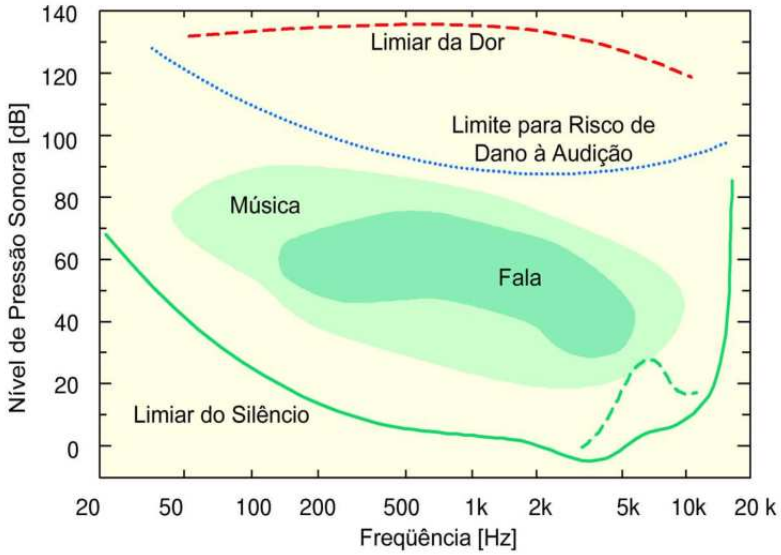
As sensações podem ser agradáveis ou desagradáveis. As sensações sonoras não são exceções. O conceito de desconforto acústico está associado às sensações acústicas desagradáveis. Em contrapartida, a busca pelo conforto acústico está relacionada às sensações acústicas agradáveis ou pelo menos a ausência delas, o silêncio.

O conceito formal de conforto acústico (FREITAS, 2005) pode não ser compreendido pela maioria da população, mas isso não diminui seu caráter prático. Em concordância com a introdução deste artigo, o conforto acústico é uma questão de saúde pública. Devido a isso, a exigência de morar em ambientes acusticamente confortáveis está se tornando cada vez mais frequente.

O conforto acústico é um dos fatores que implicam na qualidade de vida e no bem-estar. Assim, o arquiteto deve priorizar a elaboração de projetos acusticamente confortáveis (SOUZA et al., 2006; MEHTA et al, 1999). Em uma edificação, o conforto acústico é tão importante quanto os aspectos estéticos, os confortos ambiental, térmico e luminoso, o encanamento, a rede de esgoto, a instalação elétrica, a segurança contra incêndios e a localização.

Embora a pressão sonora e nível de pressão sonora sejam independentes da frequência, ambas as grandezas determinam o conforto acústico. Por exemplo, um som de 40 dB pode ter tanto 400 Hz como 800 Hz (Figura 7), mas pode acontecer de que os 40 dB em 400 Hz possam incomodar mais do que os 40 dB em 800 Hz. Assim, as intensidades e frequências dos sons vizinhos à uma edificação, devem ser cuidadosamente estudados antes da realização e execução de um projeto.

Figura 7 – Campo auditivo.



Fonte: Adaptado de Brüel & Kjær (20--).

O desconforto acústico surge quando o nível de ruído ao redor atrapalha a execução de algumas atividades que necessitam de um certo nível de silêncio. A impossibilidade de realizar tais atividades gera desconforto físico ou psicológico. O desconforto físico induz o psicológico e vice-versa. A partir daí surgem os elevados índices de reclamação.

Os arquitetos têm em mãos o poder de realizar projetos acústicos que podem evitar esses problemas. As normas de acústica são auxiliares aos projetistas. Através das normas, o arquiteto vislumbra um caminho para atender

às necessidades acústicas de um espaço urbano ou de desempenho de edificações para alcançar o conforto acústico tão almejado por moradores e residentes. Dentre as normas, citam-se a NBR 10151 (ABNT, 2019) que trata da avaliação do ruído ambiente externo à edificação. A NBR 10152 (ABNT 2017) que indica os níveis de pressão sonora em ambientes internos com diversas finalidades, para trabalho ou descanso. O conjunto de seis partes da norma de desempenho de edificações NBR 15575 (ABNT, 2013) é fundamental porque define critérios de desempenho para diversos requisitos, entre eles, o desempenho acústico em edificações residenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em projetos de acústica arquitetônica os fenômenos ondulatórios estão constantemente presentes. Os projetos de isolamento precisam ter atenção a transmissão sonora. Bons materiais, altamente isolantes acústicos, devem fazer parte de paredes de geminação e da fachada, seja de residências, cinemas, salas de escritório etc.

Adicionalmente à transmissão sonora, a absorção e a reflexão precisam ser cuidadosamente pensadas nos projetos em salas de aula, auditório, cinema ou teatro. Estes são ambientes onde o controle da reverberação é a essência do projeto. Nestes casos, o controle da reflexão é extremamente importante e se faz com materiais de absorção. O revestimento das paredes com materiais com absorção sonora adequada e até a colocação de móveis com absorção devidamente calculada ajudará aos ouvintes a compreender a palavra falada no ambiente projetado.

Os conceitos de absorção e reflexão estão intimamente ligados à reverberação. Quanto maior a absorção, menor é a reflexão e menor será a reverberação. Em projetos acústicos, a reverberação é controlada com a adição ou remoção de materiais que absorvem a energia sonora. Ambientes reverberantes não são propriamente ruins, se forem utilizados para a música. Já para a palavra falada, ambientes específicos como os auditórios, requerem uma menor reverberação. Cada projeto precisa ser pensado adequadamente a seu propósito.

Na acústica arquitetônica, a relação entre comprimento de onda e

frequência também é extremamente importante. Como já foi mencionado, frequências altas têm comprimentos de onda pequenos e são fáceis de resolver. As frequências baixas têm comprimentos de onda grandes e são mais difíceis de controlar.

Para as altas e médias frequências, há materiais de absorção sonora específicos, como os fibrosos e porosos, para cada grupo de frequências. Já para as baixas frequências, a solução poderá não ser tão simples quanto para as outras frequências. Por isso, o projetista precisa saber quais faixas de frequências estão produzindo os problemas para aplicar a solução adequada.

O arquiteto também deve preocupar-se com o contexto do espaço urbano. A propagação da onda sonora é livre até encontrar um obstáculo, que pode ser uma edificação, um muro, ou o relevo da região. No projeto urbanístico não se pode deixar de lado a topografia para colocar o conforto acústico em pontos estratégicos. Por exemplo, uma rodovia colocada após a construção de uma escola levará o ruído diretamente às dependências escolares. Para reduzir esse impacto, a construção de barreiras acústicas reduzirá o ruído por transmissão sonora e por difração. Se acontecer o inverso, isto é, a escola for construída após a rodovia, deve-se estudar a redução sonora por meio do relevo natural da região.

Se a edificação tiver um entorno ruidoso a fachada precisa ser projetada adequadamente para atender à legislação local e às normas. Alvenaria ou outro sistema construtivo em composição com as esquadrias requerem índices de redução sonora próprios para atender às necessidades dos moradores.

Em todos os lugares, há problemas com vizinhança barulhenta. O primeiro passo a ser dado em caso de vizinho barulhento é recorrer ao diálogo. Nessa hora, coloca-se em prática a cidadania, o bom senso e a política da boa vizinhança. No entanto, há que salientar a importância do papel do arquiteto. Um bom projeto acústico evitará desconfortos e tornará o ambiente residencial como um verdadeiro lar, para trabalho e/ou descanso.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10151**. Acústica – medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas – aplicação de uso geral. Rio de Janeiro. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10152**. Acústica – níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações. Rio de Janeiro. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575**. Edifícios habitacionais – desempenho. Rio de Janeiro. 2013.

BARROSO-KRAUSE, Claudia et al. **Bioclimatismo no projeto de arquitetura**: dicas de projeto. DTC-Proarq, FAU-UFRJ. 2002.

BISTAFA, Sylvio R. **Acústica aplicada ao controle do ruído,** São Paulo: Edgard Blücher, 2006, 368 p.

BRASIL. **Resolução CONAMA Nº 001/1990** - "Dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos, das atividades industriais" - Data da legislação: 08/03/1990 - Publicação DOU, de 02/04/1990, pág. 6408. Disponível em: http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=98. Acesso em 04 mai 2020.

BRÜEL & KJÆR. **Acústica.** Course in company. [20--].

DAVIES, Hugh; VAN KAMP, Irene. Noise and cardiovascular disease: A review of the literature 2008-2011. **Noise and Health.** v. 14, n. 61, p.287-291. London, mar. 2012. Disponível em: http://www.noiseandhealth.org/article.asp?issn=1463-1741;year=2012;volume=14;issue=61;spage=287;epage=291;aulast=Davies. Acesso em 30 abr 2020.

FREITAS, Ruskin. O que é Conforto? In: encontro nacional do conforto no ambiente construído, 8., 2005, Maceió - AL. **Anais...** Maceió: ANTAC, 2005. p. 726-735.

GRIMWOOD, Colin. Complaints about Poor Sound Insulation between Dwellings in England and Wales. **Applied Acoustics**, Great Britain, v. 52, n. 3/4, p. 211-223, Nov./Dec. 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA - INMETRO. **Quadro geral de unidades de medida**: Resolução CONMETRO n° 12/88. 4ª ed. Rio de Janeiro: SENAI; 2007.

LAIRD, Donald A. e COYE, Kenneth. Psychological measurements of annoyance as related to pitch and loudness. **Journal Acoustical Society of America**, v. 1, p. 158-163. 1929.

MEHTA, Madan; JOHNSON, Jim; ROCAFORT, Jorge. **Architectural Acoustics:** Principles and Design. London: Prentice Hall,1999. 446p.

MILLER, James D. Effects of noise on people**. Journal of the Acoustical Society of America.** v. 56, n. 3, p. 729-764. September 1974.

NETO, Maria de Fátima Ferreira. **60+60=63?** 2014. Portal Píon. Disponível em: http://www.sbfisica.org.br/v1/portalpion/index.php/artigos/23-60-60-63. Acesso em: 6 maio 2020.

NETO, Maria de Fátima Ferreira; SANTOS, Leonardo Sioufi Fagundes dos. Medição de frequências e classificação em grave e aguda. **Revista Intellectus**, Jaguariúna, v. 1, n. 46, p. 40-58, ago. 2018. Trimestral. Disponível em: http://www.revistaintellectus.com.br/ArtigosUpload/48.585.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

OKUNO, Emico; CALDAS, Iberê L.; CHOW, Cecil. **Física para ciências biológicas e biomédicas**. São Paulo: Harbra Ltda. 1986. 490p.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ACÚSTICA – SOBRAC. **Ano do som em 2020**. 2019. Disponível em: http://acustica.org.br/2019/04/ano-do-som-em-2020/. Acesso em: 14 abr 2020.

SOUZA, Léa C. L.; ALMEIDA, Manuela G; BRAGANÇA, Luís. **Bê-ábá da acústica arquitetônica: ouvindo a arquitetura.** São Carlos: EDFUSCAR, 2006. 150p.

TELLES, Dirceu D.; NETTO, João M. (org.). **Física com aplicação tecnológica:** oscilações, ondas, fluidos e termodinâmica. v. 2. São Paulo: Edgard Blücher, 2013. 352p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Burden of disease from environmental noise:** Quantification of healthy life years lost in Europe. 2011. Disponível em: https://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0008/136466/e94888.pdf. Acesso em 15 abr 2020.

ZAJARKIEWICCH, Daniel Fernando Bondarenco. **Poluição sonora urbana:** principais fontes. Aspectos jurídicos e técnicos. 2010. 235 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOBRE OS AUTORES

MARIA DE FATIMA FERREIRA NETO
Física, Drª. Engenharia Civil
Responsável técnica na Apoio Acústico ltda.
e-mail: fatimafneto2@gmail.com

LEONARDO SIOUFI FAGUNDES DOS SANTOS
Físico, Dr. Física
Professor Adjunto IV de Física da UNIFESP, campus Diadema
Criador do Blog Quente e Calculista
www.quentecalculista.blogspot.com
Coordenador do Portal Píon da Sociedade Brasileira de Física
http://www.sbfisica.org.br/v1/portalpion/
e-mail: leosioufi@gmail.com

IDENTIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS URBANOS SAUDÁVEIS NO BRASIL[1]

Identification Of Public Policies For The Development Of Healthy Urban Spaces In Brazil.

GUARNIERI, Jussara Conceição
Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Conchal - SP

FILHO FRANCISCO, Lauro Luiz
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

RESUMO: O planejamento urbano destaca-se enquanto um instrumento norteador para o desenvolvimento de programas e ações que buscam melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população em espaços urbanos. Entretanto, estudos indicam que as cidades ainda enfrentam problemas causados pela alta urbanização no Brasil e no mundo. O objetivo desta pesquisa foi a identificação de políticas públicas de planejamento urbano e saúde para a construção de espaços urbanos saudáveis no Brasil. Utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental com método descritivo para o levantamento dos termos comuns dos documentos norteadores e marcos jurídicos do planejamento urbano e da saúde. Notou-se a existência de unitermos comuns entre esses documentos, identificando que para o desenvolvimento de um espaço urbano saudável com qualidade de vida é necessário a participação social, bem como, políticas de inclusão, que contemple a habitação, o trabalho, o lazer, bem-estar e a qualidade de vida da população através de ações intersetoriais.

Palavras-chave: **"**Planejamento Urbano", "Saúde", "Políticas Públicas".

Abstract: Urban planning stands out as a guiding instrument for the development of programs and actions that seek to improve the quality of life and well-being of the population in urban spaces. However, studies indicate that cities still face problems caused by high urbanization in Brazil and worldwide. The objective of this research was to identify public policies for urban planning and health for the construction of healthy urban spaces in Brazil. Bibliographic and documentary research with a descriptive method was used to survey the common terms of the guiding documents and legal frameworks for urban planning and health. It was noted the existence of common terms among these documents, identifying that for the development of a healthy urban space with quality of life, social participation is necessary, as well as inclusion policies, which include housing, work, leisure, well-being and quality of life of the population through intersectoral actions.

Key-words: Urban Planning, Health, Public Policy.

INTRODUÇÃO

[1] Esse artigo foi baseado nos conteúdos da minha dissertação de mestrado na Faculdade de Engenharia Civil e Urbanismo (FEC), UNICAMP, 2013.

Este artigo apresenta a identificação de políticas públicas adotadas no desenvolvimento do planejamento urbano e aquelas preconizadas pelas políticas da saúde, assim como sua influência no desenvolvimento do espaço urbano saudável. A utilização consciente destes espaços pode levar as pessoas a desenvolverem uma melhor percepção de qualidade de vida desenvolvendo à transversalidade entre áreas para a geração de ambientes urbanos sadios através do Planejamento Urbano.

Diante do acompanhamento das políticas públicas nas cidades brasileiras se fez necessário estabelecer a relação entre planejamento urbano e saúde no Brasil nos últimos anos, visando implicações no bem-estar da população e na saúde das cidades.

O Planejamento das cidades é considerado um instrumento norteador para o desenvolvimento de programas que buscam melhorar ou revitalizar a qualidade de vida e o bem-estar da população em uma determinada área ou um novo espaço urbano (SANTOS 2004).

Segundo o mesmo autor o Planejamento Urbano é como resultado dos problemas encarados pelas cidades, tanto aqueles que foram causados pela urbanização bem como aqueles que não foram solucionados pelo urbanismo contemporâneo.

Já Villaça (1999) refere-se ao Planejamento Urbano como uma atuação do Estado, voltada para o interesse da classe dominante, com o discurso de que as intervenções urbanas seriam benéficas para as classes populares, que são consideradas as responsáveis pelo crescimento urbano descontrolado.

O Planejamento nas cidades se preocupa com a qualidade do meio ambiente e representa uma responsabilidade de compromisso público. A cidade tem intrínseca relação com o planejamento em suas tomadas de decisões que podem interferir na qualidade do espaço físico (DEL RIO, 1990).

Nesse contexto, pensando na prevenção de doenças nas pessoas que vivem nas cidades brasileiras, há a necessidade de projetos de promoção da saúde que deem relevância a questão da qualidade de vida dos munícipes, a necessidade de se pensar no planejamento das cidades, na elaboração consciente dos Planos Diretores de uma maneira que a cidade se torne saudável e conseqüentemente com que as pessoas não estejam expostas a Doenças-

Crônicas não Transmissíveis (DCNT) tais como: Hipertensão, diabetes, colesterol, Acidente vascular Cerebral (AVC), infarto, estresse, entre outros.

A expectativa de vida está aumentando cada vez mais e a longevidade é uma realidade para todos. Os governos tanto âmbito Federal, Estadual e Municipal precisam garantir o direito a Saúde conforme preconiza a Constituição Federal (BRASIL, 1988).

JUSTIFICATIVA

Através do interesse em desenvolver um entendimento sobre as relações existentes entre as políticas públicas derivadas das áreas da saúde e do planejamento urbano surgiu o motivo para o desenvolvimento desse estudo, a partir da minha experiência profissional no Departamento Municipal de Saúde da cidade de “Conchal/SP”, a qual sou responsável dos projetos de Promoção da Saúde até dos dias de hoje.

OBJETIVO

Identificar unitermos das políticas públicas de planejamento urbano e saúde no desenvolvimento do urbano saudável.

METODOLOGIA

Os métodos utilizados foram baseados no levantamento bibliográfico, seleção de textos, leis e documentos oficiais sobre o tema, identificando os unitermos convergentes que possibilitem o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas no espaço urbano. Foi aplicado método de carater exploratório, documental e descritivo.

Foram consultadas fontes de informações físicas e eletrônicas que tratam dos assuntos relacionados ao tema proposto e foram utilizados dados basicamente documentais, através de textos e interpretações de ideias dos principais autores que deram suporte teórico a esse trabalho.

Os documentos norteadores não vinculam as partes, apenas indicam como deveria ser feito e como estabelecer o objetivo a ser alcançado, os demais são os meios utilizados para atingi-los. Os documentos norteadores importantes historicamente e que promoveram mudanças na forma atual de se planejar uma cidade, selecionados para esta pesquisa, foram a Carta de Atenas (1933) e a

Carta dos Andes (1958), e os da saúde foram: Carta de Ottawa (1986), Constituição Federal (1988) e a Lei 8080/90 (1990) e a Política Nacional da Promoção da Saúde (2006/ revisada em 2014).

A seleção desses documentos oficiais se deram a partir da sua importância para o desenvolvimento de espaços urbanos saudáveis, por estabelecerem princípios para a construção de ambientes sadios nas cidades e por definirem normas que concorrrem para a ordenação do espaço urbano visando a qualidade desses ambientes.

Em seguida, foi realizada a identificação das semelhanças encontradas nesses documentos selecionados, considerados como unitermos importantes para as convergências entre essas duas áreas. Esses unitermos subsidiaram a construção de ambientes saudáveis e estão contemplados na Constituição Federal de 1988.

Os critérios utilizados para a escolha dos unitermos foi a relação entre o "fenômeno" analisado e sua semelhança com o espaço urbano. Por exemplo, o termo "Participação Social" é utilizado tanto pela saúde como pelo planejamento urbano e se refere à possibilidade de participação da sociedade, direta ou indiretamente, nas decisões que interferem na gestão das cidades.

RESULTADOS ESPERADOS

Tomando-se por base algumas legislações no mundo e no Brasil que contemplem o planejamento urbano e a saúde é possível identificar convergências entre as ações preconizadas por instituições que tratam do espaço urbano e as que são voltadas para a saúde.

O conceito de convergência, segundo os dicionários da língua portuguesa, é definido como um objetivo para qual se apresenta a intenção de se alcançar uma meta com um próprio propósito comum. Segundo este trabalho, unitermos são aqueles termos que possuem os mesmos significados para a saúde e para o planejamento urbano, entendendo como "significado" o objetivo que se espera alcançar através de ação que utiliza esta nomenclatura.

Os unitermos encontrados mais frequentemente nos documentos estudados foram: habitação, trabalho, qualidade de vida, bem-estar, lazer e participação social. O critério utilizado para a escolha dos unitermos foi à relação

entre o “fenômeno” analisado e sua relação com o espaço urbano. Por exemplo, o termo “Participação Social” é utilizado tanto pela saúde como pelo planejamento urbano e se refere à possibilidade de participação da sociedade, direta ou indiretamente, nas decisões que interferem na gestão dos programas voltados para a cidade.

A discussão sobre as convergências encontradas neste trabalho aponta para um conjunto de termos adotados tanto nas políticas públicas quanto nos documentos norteadores de saúde e de planejamento urbano. Um dos termos selecionados foi à habitação, este termo conota com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), e se observa como uma prioridade de agenda dos governantes nos documentos oficiais revisados para se alcançar a qualidade de vida da população. O direito à habitação está traduzido na Carta de Ottawa, na Lei nº 8.080/90 (SUS), Política Nacional de Promoção da Saúde (2006/2014) - também referem o direito à habitação aos indivíduos, na Carta de Atenas em uma de suas quatro funções, o habitar, na Carta dos Andes como o direito à moradia.

Entende-se por habitação, segundo Valença (2003), um produto durável, algo que se compra e vende no mercado. A habitação não é como qualquer mercadoria peculiar, ela é uma necessidade básica, todos necessitam dela, é um bem essencial para a sociedade, onde se vive o dia a dia, supre suas necessidades físico-biológicas, mentais e sociais, sendo um lugar de convivência familiar, onde os indivíduos se alimentam, dormem, descansam, cuidam da saúde e da higiene pessoal, da educação, da recreação, entre outros e é considerado um espaço de intimidade, de trocas e de consumo fundamental ao convívio humano e todos desejam possuir uma moradia digna (VALENÇA, 2003).

De acordo com Medeiros (2007), a questão habitacional tem grande importância social e política na sociedade, que pode entrever nos mercados habitacionais mediante programas políticos e auxílios, objetivando a estimulação da produção de casas. A moradia representa o abrigo das pessoas, protegendo-as dos perigos externos, desempenhando atividades fundamentais para sobrevivência como “alimentação, descanso, entretenimento, atividades fisiológicas, convívio social etc”. Segundo o mesmo autor, a habitação é um direito básico, sendo incluída da Declaração Universal dos Direitos Humanos

(DUDH) de 1948, que em seu Art. 25 estabelece a todos o direito a um padrão de vida adequado, à habitação, à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida. Em 1960, na 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, o HABITAT II reafirmou a necessidade de habitação adequada e serviços públicos como direito básico fornecido pelo governo à população.

Segundo COHEN (2004) entende-se por padrão de habitação a adoção de tipologias em correspondência aos requisitos mínimos que garantam o morar com desfrute de saúde e bem-estar e propiciem a dignidade humana. Nesse sentido, promove o pleno exercício do ato de morar, ampliando e melhorando, respectivamente, a qualidade do espaço e da vida. Padrões que propiciem o convívio harmônico através da reflexão e do aprimoramento do lugar/objeto/habitação. (COHEN, 2004, p.809)

Baseado nas abordagens realizadas até o momento pode-se relatar de que o direito a habitação traz como princípio básico o direito à saúde, uma vez que morar bem, ter um ambiente salubre, adequado às necessidades básicas do indivíduo e da família é um componente imprescindível para que se tenha vida saudável.

Um segundo termo comum encontrado neste estudo é o trabalho, que está presente na Carta de Ottawa, na Constituição Federal no artigo referente à saúde, na Lei nº 8.080/90, na Carta de Atenas, e na Carta dos Andes.

Segundo ANTUNES (2010), o acesso ao trabalho pode ser considerado como a demanda de alimentação, relações de poder, processo capitalista de produção, noção de espaço como processo de transformação política e social, inserção das relações sociais, acúmulo do capital, relações de subordinação e estranhamento e relações de produção.

Essa classe engloba todo um corpo social que estabelece suas relações conforme o sistema de metabolismo social do capital, num contexto de funcionalidade da estrutura social como meio de transformação, utilizando mecanismos engendrados dentro do sistema de trabalho (ANTUNES, 2010). Como o trabalho contribui para a saúde do indivíduo e da sociedade? Com o acesso ao trabalho, os indivíduos têm dignidade e renda para usufruir de necessidades básicas para a sobrevivência, portanto, este unitermo encontrado em alguns documentos oficiais estudados nesta dissertação é imprescindível para qualidade de vidas das pessoas.

O terceiro unitermo estabelecido nesta pesquisa foi à qualidade de vida, o qual foi encontrado em quase todos os documentos selecionados para esta pesquisa. A qualidade de vida é considerada um termo genérico e precisa ser contextualizado de forma a definir como um termo e não como um conceito.

Entende-se por qualidade de vida [...] o grau de satisfação das necessidades da vida humana como alimentação, acesso a água potável, habitação, trabalho, educação, saúde, lazer e elementos naturais que tem como referência noções subjetivas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva. Devem-se levar em consideração três aspectos: Histórico uma determinada sociedade tem um parâmetro de qualidade de vida diferente da mesma sociedade em outro momento histórico; Cultural e os valores e as necessidades são construídos e hierarquizados diferentemente pelos povos, revelando suas tradições; estratificações ou classes sociais, em sociedades em que as desigualdades e as heterogeneidades são muito fortes e os padrões, as concepções de bem-estar são também estratificadas.

A qualidade de vida é subjetiva, depende de cada indivíduo, cada pessoa tem uma perspectiva quanto à sua qualidade de vida. Suas condições de vida dependem de vários fatores, havendo para cada um uma escala de prioridades envolvendo o físico, o mental e o social, ou mesmo a educação, a saúde, a habitação, o saneamento básico, o poder de compra e o descanso.

De acordo com Minayo et al, qualidade de vida é [...] uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar.

O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural. (MINAYO et al, 2000, p.10).

Por fim, qualidade de vida, para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1995), é “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida no contexto da

cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações".

O quarto termo comum selecionado foi bem-estar, e de acordo com GIACOMONI (2004), o bem-estar se define como a qualidade de vida das pessoas ao longo do tempo, cada setor define de sua maneira, o setor econômico refere o bem-estar das pessoas através do montante de bens, produtos e serviços, os pesquisadores sociais avaliam através de itens como baixas taxas de violências, longevidade, direitos humanos e equidade dos recursos.

Segundo o mesmo autor, definir bem-estar é difícil, [...] uma vez que pode ser influenciado por variáveis tais como idade, gênero, nível socioeconômico e cultural. Amplamente, aponta-se que uma pessoa com elevado sentimento de bem-estar apresenta satisfação com a vida, a presença frequente de afeto positivo, e a relativa ausência de afeto negativo (GIACOMONI, 2004, p.44). O bem-estar está associado à felicidade, à afetividade, à satisfação com a vida, com o profissional e com o social e à autonomia.

Outro termo comum encontrado é o lazer, o qual estabelece a ocupação à qual o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repouso ou diversão, para recreação ou entretenimento, para ampliar seus conhecimentos, sua capacidade criadora ou sua formação ou, ainda para desenvolver a participação social voluntária (BRASIL, 2012).

No que tange o Planejamento Urbano a definição de lazer retrata não uma definição única, mas diferentes formas de pensar sobre uma questão que abrange a todos os habitantes de uma cidade. O lazer é uma ocupação não obrigatória, possui valores individuais, de escolhas, de necessidades de cada um em seu espaço, de recuperação do emocional intenso na vida urbana, englobando um tempo para si mesmo com atividades gratuitas, prazerosas, de repouso e diversão.

O lazer pode ser considerado como a forma como cada indivíduo quer gastar seu tempo livre, desfrutando de afazeres que lhe proporcionam o bem-estar, seja se divertir com algo, repousar, entreter-se, é uma forma de utilizar seu tempo da melhor maneira possível com atividades que lhe proporciona prazer.

O último unitermo comum encontrado nos documentos estudados foi a participação social, apresentando em os documentos. A participação social é o

processo no qual interagem os vários segmentos sociais na elaboração, execução, fiscalização de políticas públicas. Possibilita o exercício do protagonismo, pois leva os indivíduos a tornarem-se sujeitos conscientes de suas ações e potencialidades e autores de suas próprias histórias.

Os diferentes atores intervêm na identificação de necessidades e problemas comuns e se unem para desenhar e propor soluções e ações, fortalecendo a relação entre comunidade e gestão nas três esferas de governo. O fortalecimento da participação social na gestão das políticas de saúde é uma importante estratégia para possibilitar avanços na universalização e na equidade do acesso à saúde. (BRASIL, 2012, p.26)

A participação social é uma integração para que ocorram mudanças sociais, trocas de experiências com a comunidade em que se vive, é uma necessidade básica para resoluções futuras através de organizações sociais. A participação ativa da população é destacada como um meio essencial para a Promoção de Saúde: a participação efetiva e concreta da comunidade como prioridade de agenda é essencial para tomadas de decisões e elaboração de estratégias e de mecanismos para se alcançar a saúde (OMS, 1996).

A participação social é compreendida como o envolvimento dos membros da comunidade e organizações afins, formuladores de políticas, profissionais da saúde e de outros setores no processo de eleição de prioridades, tomada de decisões, implantação e avaliação das iniciativas (OMS, 1998).

Os pontos de convergências apresentados até o momento trazem a questão da organização do ambiente, das funções sociais de uma cidade, o direito à moradia, o acesso as áreas de lazer, ao bem-estar e destaca a importância da participação social no planejamento urbano fundamentando o interesse por melhorar o nível de vida de seu meio e o futuro da sua cidade em relação à qualidade de vida.

Os artigos 182 e 183 da Política Urbana da Constituição Federal (CF/1988) referem, ainda, o desenvolvimento urbano baseado na função social da cidade, estabelecendo o bem-estar e garantindo a qualidade de vida dos indivíduos. O Estatuto da Cidade considera em uma de suas diretrizes o direito à terra urbana, à habitação, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. Sendo assim, as políticas públicas do

planejamento urbano têm como um dos principais objetivos a geração de qualidade de vida permitindo o direito à habitação e ao bem-estar.

A discussão perante um dos documentos norteadores da saúde, ou seja, a Carta de Ottawa (1986), esclarece as condições necessárias para sobrevivência do ser humano como: a saúde, acesso ao trabalho e a qualidade de vida que estão também presentes na Carta de Andes e no Estatuto da Cidade. E nos artigos da Política da Saúde na Constituição Federal reconhecem que a saúde tem relação com as condições socioeconômicas, ou seja, o acesso à renda, habitação, alimentação e lazer.

E por último, destacamos na Lei 8.080/90, a qual dispõe que a saúde advém dos determinantes sociais como habitação, trabalho e lazer juntamente com a participação da sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo intensificou na colaboração do processo do desenvolvimento das Políticas Públicas no mundo e no Brasil e buscou-se trazer para o debate acadêmico, a aproximação entre o planejamento urbano e a saúde, elencando documentos norteadores e marcos jurídicos das duas áreas, estabelecendo assim, a intersetorialidade.

O entendimento dessas duas áreas tem uma ligação intrínseca; afinal, a partir do momento em que a cidade conta com um planejamento responsável, a comunidade sentirá o reflexo de uma melhor saúde e qualidade de vida.

A saúde da população é um dos principais produtos para se alcançar o bem-estar e o planejamento urbano adequado visa melhorar os espaços públicos para que os indivíduos tenham qualidade de vida, fazendo uso mais racional do território, proporcionando bem-estar aos cidadãos e estabelecendo uma harmonia com o meio ambiente. O urbanismo planeja e organiza espaços visando à qualidade de vida urbana, oferecendo a população o direito de ir e vir.

A promoção da saúde representa um importante papel para o desenvolvimento de espaços urbanos bem como o planejamento urbano cria espaços saudáveis para a prevenção de doenças. Também é importante o

processo de informação à comunidade, norteando os atores locais na efetividade dos projetos de promoção da saúde nas cidades brasileiras.

Foi possível identificar termos comuns, os quais: habitação, trabalho, bem-estar, lazer, qualidade de vida e participação social. A busca destes termos visa, basicamente, à qualidade dos espaços urbanos, ou seja, o planejamento de espaços saudáveis para indivíduos saudáveis.

Os pontos de convergências trazem a questão da organização do ambiente, da função social da cidade, o direito a habitação, o acesso às áreas de lazer, ao bem-estar e destaca a importância da participação social no planejamento urbano para melhorar o nível de vida em relação à qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBILOGRÁFICAS

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Por Isis do mar Marques Martins. Mestranda – PPGE/UFF. Revista pegada vol. 11 n.2 190 - 2010 Disponível em:http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA112/10OPCIT1102.pdf

BASSUL, J.R. **Reforma urbana e estatuto da cidade**, EURE (SANTIAGO), v. 28, nr. 84 Santiago, Set. 2002. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612002008400008&script=sci_arttext. Acesso em: 10 Mar. 2012.

BASSUL, J.R. **Estatuto da Cidade: quem ganhou? quem perdeu?** Brasília: 2004. Disponível em:http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/comissoes/cdu/artigos.html/estatutobassul.pdf. Acesso em: 19 Ago. 2012.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1. 20/09/1990. p. 18055.Disponível em: http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=20/09/1990. Acesso em: 10 .Abr 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestão Municipal de Saúde: textos básicos**. Rio de Janeiro: Brasil. Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. **Ministério das Cidades. 2003**. Disponível em:http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=46&Itemid=77. Acesso em: 10 Abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Cidades**. Plano Diretor Participativo: Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**, maio, junho 2004.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 4ª ed. Brasília: Instituto Polis. Senado Federal, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, DF, 2006b. 60p. (série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde, 2006. v.7).

BRASIL. Ministério das Cidades. **Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social** – Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2010.

BRASIL, 2014. **Política nacional da Promoção da Saúde – Revisão**, disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_pnaps.pdf, acessado em maio de 2019.

BUSS,P.M. in**. Saúde e Democracia: historia e perspectiva do SUS**. Lima, N.T et al (org). Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2005.

BUSSet al, **A saúde e seus Determinantes Sociais.** PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007 Disponível em:http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/saudeedeterminantessociais_artigo.pdf. Acesso em: 19 Ago. 2012.

CARTA DE OTTAWA. **Conferência Internacional sobre a Promoção de Saúde**. Ottawa, 1986. Disponível em: www.opas.org.br/coletiva/uploadArq/ottawa.pdf. Acesso em 08 Mar. 2010.

COHEN SC. Habitação Saudável como caminho para a Promoção da Saúde [tese]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz; 2004.

CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. 4ª ed. São Paulo. Editora Ática, 1999.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS - DUDH Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948). Disponível emhttp://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_ inter_universal.htm. Acesso em 14 Dez. 2012.

DEL RIO, V**. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento,** São Paulo, 1ª edição, Editora Pini, 1990.

FRANSCISCO FILHO, L.L. in: Organização Pan-Americana da Saúde, **Políticas Integradas em Rede e Construção de Espaços Saudáveis: Boas práticas para a iniciativa dos Rostos, Vozes e Lugares**. 1ªed. Brasília: OPAS, 2010.

FRANCISCO FILHO, L.L.; FÁVERO, E. **Plano Diretor para Municípios Potencialmente Saudáveis. O plano diretor: uma ferramenta para o desenvolvimento das políticas públicas de um município potencialmente saudável: o processo de entendimento, construção e implantação do plano diretor**. p. 83-97. Ana Maria Girotti; Miguel Malo (orgs.) – Campinas: Universidade de Campinas. Departamento de Medicina Preventiva; Organização Pan-Americana da Saúde, 2006.

FRANKLIN*, T.* et al. Walkable streets. **New Urban Futures**. 2003; 10: 5–7. July.

GALEA, S. VLAHOV, D. Urban Health: **Evidence, Challenges and directions**. Annu. Ver. Public. Health, 2005. 26:341-365. Disponível em www.annualreviews.org pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Acesso em 10 Abr. 2012.

GIACOMONI, C.H. Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. Temas em Psicologia da SBP. Universidade Federal de Santa Maria. Vol. 12, no 1, 43– 50. 2004. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v12n1/v12n1a05.pdf

LALONDE. M. **A New Perspective on the Health of Canadians. Ottawa: Healthy and Welfare Canada;** 1974. Disponível em: http://www.hc-sc.gc.ca/hcs-sss/alt_formats/hpb-dgps/pdf/pubs/1974-lalonde/lalonde-eng.pdf. Acesso em: 19 Ago. 2012.

LE CORBUSIER. **A carta de Atenas**, Hucitec, São Paulo, SP, EDUSP, 1989.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

MARICATO, E. **Revista Desafios do Desenvolvimento.** Entrevista por Gilberto Maringoni. Ano 8, nº.71, São Paulo, 2011. Disponível em http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2508:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 03 Jun. 2012.

MEDEIROS, F.B. Análise da adequação dos programas de financiamento habitacional para atender as necessidades de aquisição de moradias adequadas da população de baixa renda no 93 Brasil / Dissertação de Mestrado. Ed. Rev. -- São Paulo, 2007. 129p Disponível em: http://www.realestate.pcc.usp.br/arquivos%20PDF/DST_FabioBomfim.pdf.

MELO, Luiz de A. (Apresentação e Revisão). **A Carta dos Andes - Seminário de Técnicos e Funcionários em Planejamento Urbano**. Tradução de Gustavo Neves da Rocha Filho, Editora Fivestar, São Paulo, 1960, 64p.

MENDES, R. et al. **Apropriação de conhecimento, alianças, redes sociais, participação social e intersetorialidade como fatores de fortalecimento da sustentabilidade de ações de Promoção da Saúde**. CEPEDOC Cidades Saudáveis. Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd57/avaliacao_sustenta.pdf. Acesso em: 03 Set. 2010.

MENDES, E. V. **As políticas de saúde no Brasil nos anos 80: a conformação da reforma sanitária e a construção da hegemonia do projeto neoliberal** in: Distrito Sanitário: O processo social de mudanças das praticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. 4ª ed. Editora ,HUCITEC-ABRASCO. São Paulo - Rio de Janeiro, 1999.

MINAYO, M.C.S. **Saúde e ambiente: uma relação necessária.** In: Campos, G.WS.;Minayo MCS; Akerman, M; Drumodn Jr. M; Carvalho, YM. (Org.). Tratado de Saúde Coletiva. 2. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2008. 871 p. (Saúde em debate; v. 170). ISBN 852710704X (broch.) p. 295-315

MINAYO, M.C.S. et al Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000, p. 7-18.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda, 2008.

NARDI, A.C.F. in: Organização Pan-Americana da Saúde, **Políticas Integradas em Rede e Construção de Espaços Saudáveis**: Boas práticas para a iniciativa dos Rostos, Vozes e Lugares. 1ªed. Brasília: OPAS, 2010.

NEIMAN, A., HALL, M. **Urbanization and Health Promotion: Challenges and opportunities.** Magazine Global Perspectives on Health Promotion, section 3, 2010, p.201-224. Disponível em http://www.springerlink.com/content/pg378x1p12851852. Acesso em 23 Jun. 2012.

NUNES, E.D. **Sobre a história da Saúde Pública: Ideias e Autores. Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Abril-junho, ano/vol.5, número 002, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, Brasil, pp.251-264. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232000000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 10 Abr. 2012.

OLIVEIRA, I C.E. **Estatuto da cidade: para compreende**r... /Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal .IBAM/DUMA, 2001.

OMS – Organização Mundial de Saúde (World Health Organization). **Health promotion glossary. WHO**: Geneve, 1998. Disponível em: http://www.ldb.org/vl/top/glossary.pdf. Acesso em: 10 Jul. 2012.

OMS – **Organização Mundial de Saúde** (World Health Organization) - Constitution 14 U.N.T.S No. 185 (1948), Art. 1 Disponível em: http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf. Acesso em: 19 Ago. 2012.

OMS Organização Mundial de Saúde (World Health Organization). Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. Social science and medicine. v.41, n.10, 1995, p.403-409.

OMS – Organização Mundial de Saúde (World Health Organization). **Quality of Life Assessment. The WHOQOL Group**, 1994. What Quality of Life? The WHOQOL Group. In: World Health Forum, Geneva, 1996.

OMS – Organização Mundial de Saúde (World Health Organization). Health promotion glossary. WHO: Genebra, 1998. Disponível em: http://www.ldb.org/vl/top/glossary.pdf. Acesso em: 10 Jul. 2012.

OPAS - Organização Pan Americana de Saúde / OMS Organização Mundial de Saúde: **Municípios e Comunidades Saudáveis: Guia dos Prefeitos para promover qualidade de vida**. S/d. Disponível em :http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd63/MCS_Guiapor/MCS_Guiapor.pdf. Acesso em: 20 Out 2010.

OPAS – **Organização Pan-Americana de Saúde**. El Movimiento de Municipios saludables – una estratégia para El desarrolo. OPAS-OMS, Division of Health Promotion and Protection, Mexico. Julia-agosto, vol.36, nr 04, 1996.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**, 2ª ed. São Paulo, SP: Studio Nobel: Fapesp, 1999.

SANTOS, L. **Meio Ambiente e Saúde. Competências. Intersetorialidade**. In: Direito Sanitário, v. 8, n. 1, p. 49-61,1999. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/05.pdf. Acesso em: 19 Ago. 2012.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 5ª Edição - São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ªed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, J.L.C. **Reflexões por um conceito contemporâneo de urbanismo**. Malha Urbana. Rev. Lusófona, v.3. n.3, 2006. Disponível em: http://sburbanismo.vilabol.uol.com.br/reflexoes_urbanismo.htm. Acesso em: 15 Out. 2010.

SANTOS, M. SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11ª ed. Rio de Janeiro, Editora Record Ltda, 2008.

SEGUNDA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE. **Declaração de Adelaide**. Adelaide, Austrália, 1988. Disponível em:http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/Adelaide.pdf. Acesso em: 21 Out. 2009

SILVA, E.R. **O movimento Nacional pela Reforma Urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil**. Dissertação de Mestrado – UFSCAR, 2003. Disponível em: http://www.oidc.org.br/oidc/img/img_dowloads. Acesso em: 19 Ago. 2012.

SILVA, T.R.Telma. **Considerações sobre os aspectos relacionados à promoção da saúde e bem estar no local de trabalho nos últimos 20 anos**. FEF UNICAMP. Capítulo 19, sem data, p.179. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns_interdisciplinares_saude/evolucao/evolucao_cap19.pdf. Acesso em: 10 Jun. 2012.

SPERANDIO, A.M.G. **Relembrando os princípios da Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis. O plano diretor: uma ferramenta para o desenvolvimento das políticas públicas de um município potencialmente saudável.** Ana Maria Girotti Sperandio; Miguel Malo (orgs.) – Campinas: Universidade de Campinas. Departamento de Medicina Preventiva; Organização Pan-Americana da Saúde, 2006.

SPERANDIO. A.M.G. in: Organização Pan-Americana da Saúde, **Políticas Integradas em Rede e Construção de Espaços Saudáveis: Boas práticas para a iniciativa dos Rostos, Vozes e Lugares**. 1ªed. Brasília: OPAS, 2010.

TEIXEIRA, C. F. **Formulação e implementação de políticas públicas saudáveis: desafios para o planejamento e gestão das ações de promoção da saúde nas cidades. Saúde e Sociedade** v.13, n.1, p.37-46, jan-abr 2004. Disponível em :http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/formulacao2004.pdf. Acesso em: 18 Jun. 2012.

VALENÇA, M.M. Habitação: Notas sobre a natureza de uma mercadoria peculiar. Cadernos Metrópole, n. 09, PP 165-171, 2003. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index. php/metropole/article/view/9209/6824

VILLAÇA, F**. Dilemas do Plano Diretor**. In: CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1999. p. 237 – 247.

WESTPHAL, M. F. **O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida**. In: Ciência & Saúde Coletiva, Vol. 5, n.2, p.

39-51, 2000. Disponível em: http://www.cidadessaudaveis.org.br/marcia1.pdf. Acesso em: 19 Ago. 2012.

SOBRE O AUTOR:

Jussara Conceição Guarnieri

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP (FEC) em 2013, Fisioterapeuta pelo Centro Universitário Hermínio Ometto de Araras (2005) e Graduação em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em 1997. Atualmente é Encarregada do Setor de Reabilitação da Prefeitura do Município de Conchal, Coordenadora dos Projetos de Promoção da Saúde, do Polo Academia da Saúde do SUS, Saúde do Trabalhador e Ouvidoria. Integrante do Grupo de Estudo em Planejamento Urbano e Cidades Saudáveis (GEPUCS) do Laboratório de Investigações Urbanas (LABINUR/FEC/UNICAMP) da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp.

E-mail para contato: jussaraguarnieri@hotmail.com

DES-EMBRANQUECENDO IDEIAS: UM ESTUDO SOBRE MOVIMENTOS AFRO-BRASILEIROS NO CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO[1]

Un-whitening Ideas: A Study on Afro-brazilian Movements in the Field of Architecture and Urbanism

SOUSA, Rosa Maria Dos Santos De
Centro Universitário de Jaguariúna UniFAJ

LOPES, Fanny Tamisa
Centro Universitário de Jaguariúna- UNIFAJ

RESUMO: Des-embranquecendo[2] ideias tem como objetivo apresentar novas referências em desenvolvimento para os campos da arquitetura e urbanismo em favor da valorização da cultura afro-brasileira. No presente artigo, propõe-se analisar a produção científica oriunda da comunidade acadêmica afrodescente, procurando compreender como esses agentes tem construído novas perspectivas em seus estudos. Ao longo da pesquisa, promoveu-se o mapeamento e quantificação desta produção e, além disso, tomou-se como fonte a expressiva movimentação dos grupos de arquitetos e arquitetas nas redes sociais.

Palavras-chave: Arquitetura afro-brasileira; decolonialidade; representatividade.

Abstract: Blanching ideas aims to present new references in development for the fields of architecture and urbanism in favor of the valorization of Afro-Brazilian culture.
In this article, it is proposed to analyze the scientific production coming from the Afro-descendant academic community, trying to understand how these agents have built new perspectives in their studies. Throughout the research, the mapping and quantification of this production was promoted and, besides that, source was the expressive movement of groups of architects in the social networks.

Key-words: Afro-Brazilian architecture; decoloniality; representativeness.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentaremos uma investigação acerca de pesquisas brasileiras que se propõem a dar destaque para questões de raça dentro da

[1] Agradecemos o apoio recebido de todos os profissionais que atuam nestes grupos, que se mantiveram à disposição ao longo do desenvolvimento da pesquisa; em especial às arquitetas negras que se tornaram grandes referências de atuação, pesquisa e luta.

[2] Des-embranquecer neste artigo vem como uma racialização da decolonialidade, o termo é utilizado para destacar as reflexões que expõem novas narrativas sobre assuntos políticos, sociológicos, urbanos, historiográficos, etc. Representa uma ação que reivindica a história, contra abordagens excludentes que foram naturalizadas ao longo do tempo, trazendo novas possibilidades.

arquitetura, urbanismo e planejamento urbano, apresentando um panorama do cenário insurgente configurado sobretudo a partir da implantação das políticas de democratização do acesso ao ensino superior, que vêm reconfigurando a presença de estudantes negros nas universidades brasileiras [ver figuras 1 e 2].

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa deu-se em decorrência de um desconforto pessoal pela ausência considerável da cultura africana e afro-brasileira[3] nas referências que eram trazidas para a sala de aula no decorrer da graduação em arquitetura e urbanismo. Foi portanto uma vontade de compreender essas ausências e o silêncio em torno da questão que originou a pesquisa. Do processo de transição para a idade adulta o jovem negro traz consigo inumeráveis questionamentos diante da socialização racista[4] ao qual é exposto, e estes estão consequentemente presentes ao ingressar na graduação. Esta bagagem e as novas observações levam a movimentar-se e sair do local que se encontra para expandir seus olhares, buscando o referencial afro-brasileiro fundamental a cultura do nosso país, ainda que quase sempre silenciado nos estudos sociais e historiográficos recorrentemente pautados por uma perspectiva eurocêntrica (como ficou claro nas abordagens históricas da graduação).

Figura 1: GRADUANDOS (AS) E POPULAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO COR OU RAÇA -

[3] Afro-brasileiro é o termo que estabelece racialmente uma relação entre pessoas negras ou expressões culturais brasileiras que definem-se como oriundos da presença africana no território brasileiro.

[4] O processo de socialização de um indivíduo se dá por sua integração à sociedade, como coletivo. É através dela que se desenvolvem hábitos de cooperação, coletivismo e a capacidade de lidar com o outro. Numa sociedade racializada, estas experiências são distintas para indivíduos brancos e não brancos, pois estão alicerçadas na estrutura de padrões de conduta do que é normal e melhor (branco) e, portanto, o grupo dominante, do que não se encaixa: grupo dominado. Sobre esse assunto, ler “Racismo Estrutural” escrito pelo professor Silvio de Almeida, referenciado neste artigo.

1996 A 2018 (%)

Cor ou Raça	Pesquisa	1996[1]	2003[1]	2010[1]	2014[1]	2018
Amarela	IFES	-	4,5	3,1	2,3	2,1
	PNAD/IBGE	0,4	0,4	1,1	0,5	0,4
Branca	IFES	-	59,4	53,9	45,7	43,3
	PNAD/IBGE	55,2	52,0	47,7	45,5	38,6
Parda	IFES	-	28,3	32,1	37,8	39,2
	PNAD/IBGE	38,2	41,5	43,1	45,1	52,5
Preta	IFES	-	5,9	8,7	9,8	12,0*
	PNAD/IBGE	6,0	5,9	7,6	8,6	8,1
Indígena	IFES	-	2,0	0,9	0,6	0,9**
	PNAD/IBGE	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4
Sem declaração	IFES	-	-	-	3,8	2,5
	PNAD/IBGE	-	-	-	-	-

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
[1]FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).
* Pretos, em 2018, corresponde a soma das categorias "Pretos – não quilombolas" e "Pretos quilombolas".
** Indígenas, em 2018, corresponde a soma das categorias "Indígenas Não Aldeados" e "Indígenas Aldeados".

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018). FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

Figura 2: GRADUANDOS (AS) SEGUNDO COR OU RAÇA – 2003 A 2018.

Cor ou Raça	2003[1]	2010[1]	2014[1]	2018
Amarela	21.122	20.079	21.977	25.643
Branca	278.811	353.871	429.149	520.008
Parda	132.834	210.498	354.688	470.227
Preta	27.693	57.218	92.240	143.599
Indígena	9.388	6.102	6.014	10.736
Outra	-	8.399	-	
Sem declaração	-	-	35.536	30.087
Total	469.848	656.167	939.604	1.200.300

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
[1]FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018). FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

A problematização acerca da invisibilidade negra na arquitetura - suprimidos nos dados de atuação profissional e silenciados na historiografia - engendrou essa pesquisa. Ao decidir investigar a história à contrapêlo, fora dos grandes manuais de história da arquitetura, descobrimos nas mídias digitais - especialmente nas redes sociais[5], com a possibilidade de criação de grupos online para trocas de experiências dos estudantes profissionais negros - um movimento crescente de divulgação de ações de arquitetas e arquitetos urbanistas desenvolvendo novas perspectivas dentro destes campos. Ficou bastante evidente a necessidade de comunicação entre estes grupos para se

[5] A organização nas redes sociais se dá como uma forma contemporânea de aquilombamento, onde a diáspora se conecta pelo reconhecimento que ocorre de um para o outro, e é onde as possibilidades de trocas de experiências são infinitamente maiores (ver Anexo).

reconhecer e alimentar as semelhanças entre cada projeto, a fim de agregar novos contextos para além dos que nos são apresentadas habitualmente na academia.

Tais produções se conectam pelo que entende-se como manifestações da diáspora negra no Brasil. Diáspora é a formação de comunidades fora de seus territórios de origem, a partir de processos de migração forçada. A diáspora afro produziu uma cultura única, proveniente do impacto desta migração e das condições de ocupação; como podemos observar na cultura brasileira, que tem grande influência dos povos africanos expressa na dança, religião, culinária e idioma, música, e em outros tantos aspectos menos tangíveis. Sobre esse conceito, investiga-se a diáspora africana ou diáspora negra como o fenômeno social de reprodução de cultura afro por uma população que descende dos povos perseguidos que "migraram" à força pela escravização para diversas partes do globo; o Brasil é o maior território em diáspora africana do além-mar do mundo, resultado do grande fluxo de sujeitos que atravessaram o Oceano Atlântico e depositaram aqui, fora da África, toda sua cultura e saberes. Assim sendo, a perspectiva diaspórica se manifesta nas ações culturais que têm por natureza uma relação ancestral[6] com grupos que foram separados ou arrancados de seu habitat por perseguições políticas, étnicas ou religiosas.

Figura 3: Mapa Temático Educacional - Geopolítica Da Diáspora África – América – Brasil – Séculos Xv – Xvi – Xvii – Xviii – Xix - Cartografía Para

[6] Para a diáspora negra, a ancestralidade é uma ligação com antepassados do continente africano, tomando-a como uma referência para o desenvolvimento espiritual e ideológico do indivíduo e da comunidade diaspórica como um todo. O termo é comumente ligado à diversidade, veneração, herança cultural e espiritual, encanto e evolução.

Educação.



Fonte: Sanzio, 2012.[7]

Constatado o movimento em função de uma produção acadêmica afro-brasileira comprometida com a criação perspectiva diaspórica, evidenciava-se que esse movimento é uma reação às diversas ausências dos quais os estudantes e profissionais negros são colocados à prova ao iniciar a vida acadêmica. Inicialmente consultamos os dados disponibilizados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), onde descobrimos uma lacuna no se que se refere aos dados de raça, pois o conselho desconsidera este fator na elaboração de seu censo. Partimos então aos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e nos deparamos com dados massivos quantificando os profissionais de arquitetura e urbanismo somente por região ou faixa de renda (enquanto nos dados de raça não há quantitativo por profissão). Esta omissão nos levou a entender de que o silêncio é a base para uma política de negligência quanto ao combate às desigualdades raciais pelo poder público; pois um dado inexistente aos poucos deixa de ser questionado, e adentra a um senso comum de irrelevância.

2. A AFRO-DIÁSPORA BRASILEIRA EM ARQUITETURA E URBANISMO

[7] Autor: Prof. Rafael Sanzio Araujo dos Anjos, PhD. Departamento de Geografia UNB. "Pesquisador da UnB produz mapeamento inédito da diáspora africana", Fórum Afro PE. Disponível em: http://forumafrope.blogspot.com/2012/08/pesquisador-da-unb-produz-mapeamento.html.

2.1 Investigação

Como primeiro passo, examinamos uma série de grupos de pesquisa, artigos de revista, teses, dissertações e entrevistas produzidos majoritariamente nos anos 2010, além de alguns escritos sociológicos. Destaca-se a seguir as iniciativas mais expressivas:

Etnicidades é um grupo de pesquisa da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que analisa a relação entre a arquitetura e urbanismo com atividades de grupos étnico-raciais. Os estudos raciais abrangem além de projetos arquitetônicos para comunidades tradicionalmente negras, estudos acerca da arquiteturas dos quilombos e templos religiosos de matrizes africanas, de territórios negros do lúdico (arquiteturas dos blocos afro), entre outras temáticas. Desde 2015, o grupo realiza o “Seminário Salvador e Suas Cores”, que faz parte do Novembro Negro da instituição, sendo este uma referência de debate sobre a face étnica de temas como edificações brasileiras, mercantilização e segregação sócio-espacial, território, políticas públicas, conflitos, turismo étnico, patrimônio, cultura, estética, etc.

Lugar Comum é o grupo de pesquisa com maior quantitativo de informações disponíveis na *internet* para consulta. No site do projeto da Universidade Federal da Bahia (UFBA) pode-se encontrar dados acerca dos projetos de extensão - denominados como ‘cooperação’, promovem assistência à organizações da sociedade civil - dos artigos, teses e dissertações produzidas, e de suas linhas de pesquisa (“Produção da Cidade, Política Urbana e Espaços Públicos”, “História e Memória das Cidades e do Urbanismo”, “Presença Negra na Produção da Cidade” e “Urbanismo, Política e Cultura”). A equipe investiga os processos de produção do espaço urbano, como segregação social, gentrificação e direito à cidade, traçando análises e proposições para o acesso à habitação, à mobilidade e equipamentos públicos.

Na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu, há o Maloca - Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul. Uma rede de colaboração entre pesquisadoras e pesquisadores de instituições brasileiras, da Bolívia e de Cabo Verde que têm atuado na busca por respostas às questões educacionais quanto aos hábitos de construir, morar, de políticas públicas e direitos humanos na

América Latina sob a perspectiva decolonial[8]. Concentrando-se no debate étnico-racial e no papel social da arquitetura e urbanismo na América Latina, o grupo - que leva este nome em referência à música interpretada por Adoniran Barbosa - possui três linhas de pesquisa “Ensino de Arquitetura e Urbanismo na América Latina”; “Hábitos de morar e de construir no contexto latino-americano” e “Políticas públicas, território, direitos humanos e sociais” que desenvolvem proposições de uma arquitetura latina mais autônoma e cidadã, em conformidade com a responsabilidade social do ensino, pesquisas, e atuação profissional em defesa do direito à habitação.

No Distrito Federal, o coletivo Arquitetas Invisíveis - de estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) - tem atuado pela igualdade de gênero na arquitetura e urbanismo sendo responsável pela produção da revista homônima. O grupo nasceu através da criação da *fanpage* na rede social *Facebook* em 2014 para divulgar informações acerca da vida e obra de arquitetas desprestigiadas pela historiografia. Poucos meses depois, o coletivo iniciou a organização de exposições, palestras, mesas redondas, oficinas, exibição de filmes e documentários para melhor compreensão sobre a relação entre gênero e arquitetura. O coletivo desenvolveu um mapeamento de arquitetas negras, para ampliar repertório e incitar a discussão para além do debate de gênero e assim, criou-se o projeto “Arquitetas Negras Invisíveis” para aprofundar a discussão sobre mulheres negras e a falta de representatividade. Com isso, a partir do 2º (segundo) volume da revista, temos a publicação de um artigo que aborda o apagamento destas mulheres nas disciplinas acadêmicas, revistas, nas publicações, em obras reconhecidas, etc.

Neste mesmo sentido, analisamos as ações do BR Cidades: um projeto coletivo - coordenado por arquitetos e urbanistas - de articulação nacional que promove participação social em políticas públicas, na tentativa de desenvolver

[8] Este conceito deriva do termo decoloniality, que descreve as novas práticas de estudo em diversos campos buscando a superação de condutas coloniais, transcender um pensamento colonizado. Usa-se também “descolonial”, porém a terminologia com a subtração do “s” vem sendo vinculada à concepção de transcender a clássica cultura colonial enraizada na região. Excluir o “s” e nomear “descolonial” é fazer uma distinção com o significado em espanhol de “des”, pois não pretende-se simplesmente desarmar, desfazer ou reverter o colonial; isto é, passando de um momento colonial para um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e pegadas deixassem de existir. Mas sim, de sinalizar e provocar um posicionamento transgressor, de intervir, emergir e influenciar (tradução nossa). Adaptado. WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Universidad Andina Simón Bolivar, Ediciones Abya-Yala,: Quito, 2009.

as cidades de forma justa, tanto economicamente quanto socialmente, com economias ambientalmente responsáveis sem suprimir a pluralidade cultural de cada meio. Sua criação foi motivada pela constatação que mesmo com os avanços legais no planejamento urbano dos últimos anos, a priorização do rodoviarismo (e uso do automóvel ao transporte coletivo), juntamente com a forte atuação do mercado imobiliário, levaram à promoção de espraiamentos urbanos radicais; com consequente aumento dos custos de urbanização e empurrando os cidadãos de baixa renda para a "periferia da periferia". O projeto se dispõe a compreender como as desigualdades de raça, classe e gênero se corporificam nas cidades, ouvindo as vozes de movimentos sociais que têm em comum a busca por direitos - como o movimento negro, feminista, coletivos periféricos e de artistas que atuam na ocupação de espaços públicos. A atuação nacional se dá a partir dos núcleos locais que organizam debates com a sociedade civil de acordo com as demandas e problemáticas de cada região. As experiências são posteriormente apresentadas nos Fóruns Nacionais realizados anualmente, onde são debatidos dentro de temáticas estratégicas como gênero, raça e classe, segurança e saúde pública, saneamento e abastecimento de água, economia, programas habitacionais governamentais e autoconstrução, mobilidade urbana e transporte público, assistencialismo - ou seja, mecanismos de debate que podem construir um projeto de cidades mais democráticas.[9]

Colocando em evidência o debate de raça dentro da arquitetura e do urbanismo, em 2018 foi lançado o edital para financiamento da Revista Arquitetas Negras vol. 1: a primeira publicação organizada e que conta com conteúdo produzido exclusivamente por mulheres negras no país.[10] O projeto se iniciou com um mapeamento da atuação de arquitetas negras e nasceu pelo anseio de construir visibilidade - diante da ausência de arquitetas negras como

[9] O grupo também tem importante participação na mídia nacional, através da publicação regular de artigos no portal "Justificando" e na revista "Carta Capital", na qual expõe de forma acessível, reflexões acerca da agenda urbana nacional. Além de outros projetos divulgados independentemente: no site do BR Cidades são disponibilizados vídeos e materiais didáticos; e episódios de *podcasts* disponibilizados no Google Podcasts, Itunes, Pocket Casts, Stitcher, Rádio Madalena e Spotify.

[10] O conteúdo colaborativo foi construído através da organização pela "Negras Potências" que é fruto da parceria entre o portal de financiamento coletivo "Benfeitoria", o "Fundo Baobá" e o "Movimento Coletivo": esta iniciativa é exclusiva para mulheres negras e abre editais para as que desejam iniciar projetos de empoderamento econômico, combate à violência ou fomento à educação e cultura através da plataforma Benfeitoria, que possibilita as contribuições.

referências nas instituições acadêmicas, publicações, registros históricos, mostras, premiações e atuação profissional - e estimular a produção das mesmas. A organização afirma que durante o mapeamento, nos relatos das arquitetas negras foi comumente descrita a dificuldade de ingresso - grande parte das profissionais encontradas conseguiram através das políticas afirmativas - e de permanência, por se tratar de um custo alto para a realidade da maioria, tendo inclusive, relatos de mulheres que conseguiram realizar o curso somente como segunda graduação; ou seja, que se viram obrigadas à cursar uma primeira graduação para conseguir alcançar uma renda que custeasse a permanência no curso de arquitetura e urbanismo. Os artigos publicados na revista abordam uma perspectiva teórica e crítica da produção arquitetônica e urbanística afro-brasileira, e para o lançamento desta publicação que marca a historiografia da arquitetura brasileira, organizou-se o 1º Encontro de Arquitetas Negras Brasileiras: "Mulheres Negras na Arquitetura: Pioneirismo e Contemporaneidade" em São Paulo [ver figuras 4 e 5], onde as mesas de debate ilustraram como a discussão de raça e gênero na arquitetura vem para questionarmos a realidade que nos permeia.

Figura 4: Divulgação Do Encontro De Arquitetas Negras Brasileiras



Fonte: Página Do Projeto "Arquitetas Negras" Na Rede Social *Instagram*.[11]

[11] Disponível em: https://www.instagram.com/p/B03QYBfHAyw/.

Figura 5: Organização E Autoras Dos Artigos Publicados Na Revista Arquitetas Negras Vol. 1, No Momento Do Lançamento.



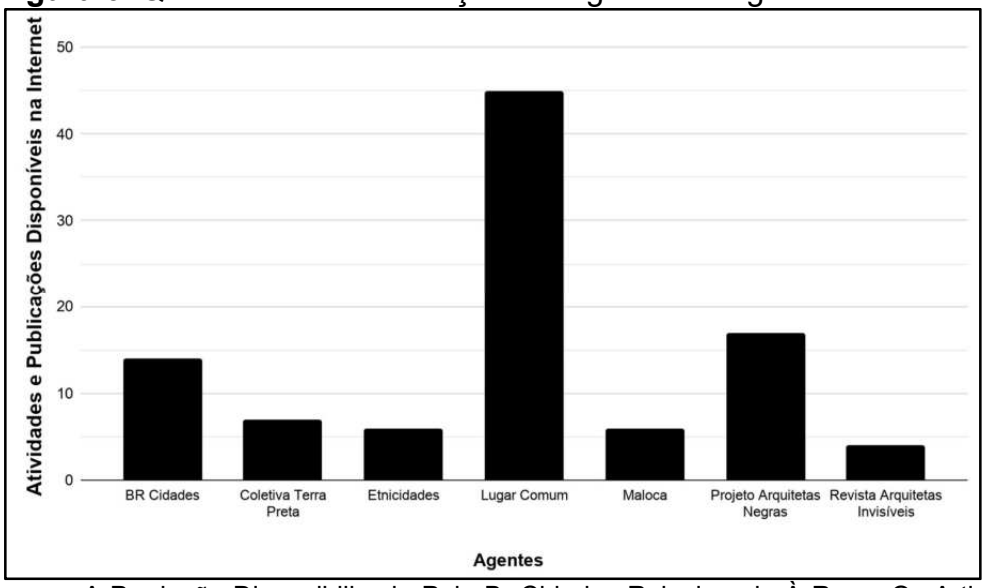
Fonte: Sousa (2019).

Recentemente formou-se a Coletiva[12] “Terra Preta”, que se originou quando as integrantes do mesmo se conheceram no grupo de fomento de informações chamado “Arquitetas Negras” na rede social *Facebook* e se fortaleceu por conta do mapeamento da Revista Arquitetas Negras vol.1. A coletiva é formada por arquitetas negras residentes em Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, e São Paulo, e iniciou sua produção com a elaboração de um conjunto de artigos - que juntos contam uma narrativa lógica e sincrônica - apresentados no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Enanpur) de 2018, tratando a cidade em perspectiva decolonial, abordando territórios de negritude, feminismo negro e movimentos culturais afro-brasileiros, e que desde 2019 vem produzindo episódios de *podcast* onde a cidade é um discurso analisado com olhar diaspórico, da performance entre corpo, movimento e o território. Neste conteúdo produzido, há também a reflexão da cidade como um território de perpetuação das memórias afetivas que transbordam a coletividade e criam as conexões ancestrais que só são entendidas a partir da vivência do grupo descendente.

2.2 Análise

[12] As autoras se apresentam como uma coletiva, no feminino, para destacar que o grupo é formado apenas por arquitetas urbanistas mulheres.

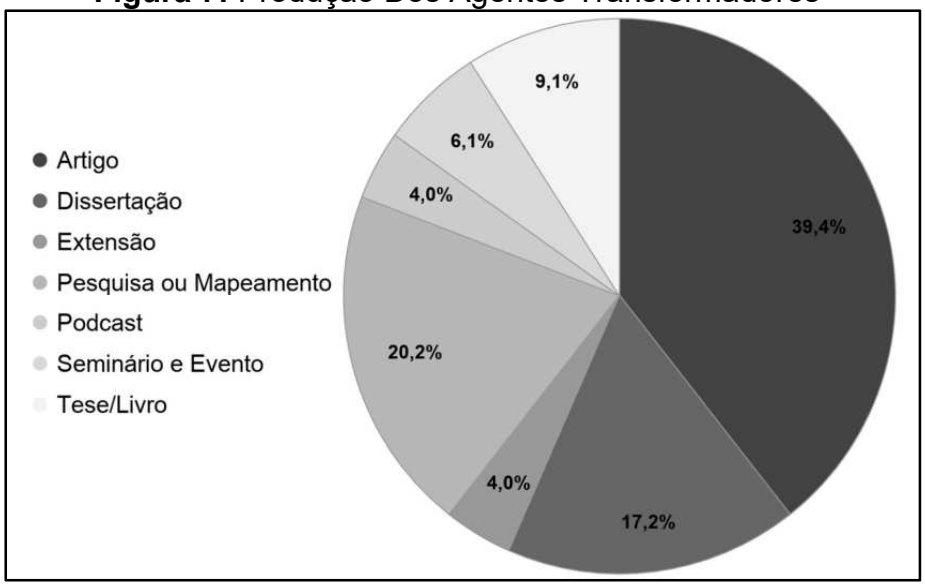
Figura 6: Quantitativo De Produção Divulgada Por Agente Analisado*



*Analisamos A Produção Disponibilizada Pelo Br Cidades Relacionada À Raça; Os Artigos Da Revista Arquitetas Negras Vol. 1 E A Seção Dedicada Às Arquitetas Negras Na Revista Arquitetas Invisíveis. Além Da Produção Disponibilizada Na *Internet* Para Consulta Dos Agentes Coletiva Terra Preta, Etnicidades, Lugar Comum E Maloca.

Fonte: Sousa (2020).

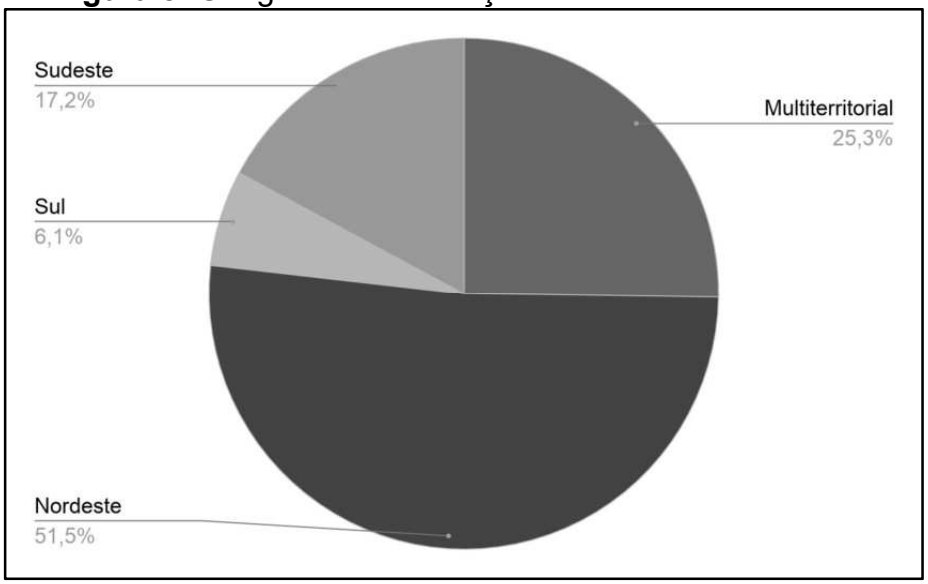
Figura 7: Produção Dos Agentes Transformadores*



*Em cada agente (BR Cidades, Coletiva Terra Preta, Etnicidades, Lugar Comum e Maloca, Revista Arquitetas Negras vol. 1, Revista Arquitetas Invisíveis) quantificamos a produção de acordo com o produto disponibilizado para consulta. Para artigo, consideram-se artigos científicos, artigos de revista, e artigos de jornal.

Fonte: SOUSA (2020).

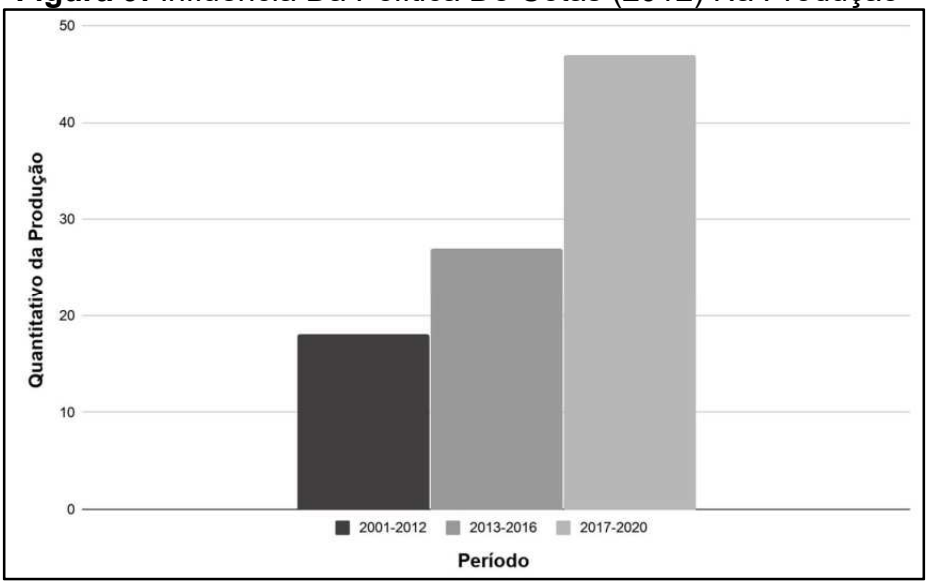
Figura 8: Geografia Da Produção No Território Brasileiro*



*Identificamos onde, no território brasileiro, os agentes estão atuando. Nota-se que a há considerável produção que não se limita a um território (possibilitada pela *internet*); esta atuação denominamos multiterritorial.

Fonte: SOUSA (2020).

Figura 9: Influência Da Política De Cotas (2012) Na Produção*



*Analisamos a que período pertencem as publicações, nota-se que até a criação das políticas afirmativas em 2012, a quantidade da produção é menor em comparação com os anos seguintes, mesmo considerando um espaço de tempo maior.

Fonte: SOUSA (2020).

Figura 10: Mapa Mental: A Recorrência Dos Temas Nos Diferentes Agentes*



*Para a elaboração deste *brainstorming* quantificamos as palavras-chave, assuntos, temas e/ou títulos de cada produção para visualizarmos graficamente qual motivação maior que propulsiona os agentes.

Fonte: SOUSA (2020).

Observamos com estes resultados que os agentes têm uma produção extremamente relevante, mas que pelo ineditismo e por se tratar de produções ainda muito recentes, têm alcance limitado, ou mesmo, pouco divulgado - com exceção para BR Cidades que se articula através de jornais de grande alcance no cenário nacional, porém não é o agente que tem raça como maior destaque da sua produção. Quanto aos materiais mapeados, os artigos são a produção em maior número e majoritariamente, a produção vem da região Nordeste, em especial da UFBA de Salvador/BA, reflexo evidente da cidade é conhecida como “a mais negra do Brasil” por concentrar a maior comunidade de afro-diaspórica do mundo. Cabe ressaltar, por fim, que notamos relevante aumento gradativo da produção após a implantação das políticas afirmativas de cotas. No que se diz respeito à produção ligada diretamente às questões urbanas e sociológicas, nota-se discurso de reivindicação de pautas comuns à movimentos populares, como direito à cidade e à habitação digna - trata-se do questionamento da atuação negra dentro da cidade - enquanto notamos também o protagonismo da mulher negra[13]; evidenciando como o campo da representação é um lugar de

[13] Este protagonismo em parte se explica pelo papel central das mulheres nas práticas religiosas afro-brasileiras, as mães e tias que se transformam em lideranças, referências, fundamentais dentro de suas comunidades e, de maneira geral, na cultura diaspórica.

luta se examinamos criticamente as representações contemporâneas da negritude e das pessoas negras (HOOKS, 2019).

Destaca-se a importância e recorrência, para esses grupos, do conceito de "decolonidade", que é comumente debatida na América Latina e engloba esse esforço de vários grupos étnicos pelo reconhecimento de sua história e importância, dá-se o comprometimento em intervir criticamente no mundo das imagens e transformá-lo, conferindo uma posição de destaque em nossos movimentos políticos (HOOKS, 2019).

3. AS MULHERES NEGRAS AGENTES DE SUAS PRÓPRIAS HISTÓRIAS

3.1 Representatividade

A recorrência de alguns termos e assuntos que o mapa mental (figura 10) trouxe, revela o protagonismo das mulheres negras na luta contra a manutenção das relações pautadas no racismo estrutural[14]. A construção de novas visões vem ocorrendo a partir da validação na academia da vivência diaspórica, pois este conhecimento que é tão diverso - característica fundamental da força política negra (HOOKS, 2019) - é fundamental para a libertação da imagem negra condicionada à subalternidade. Perante essa renovação, a figura do arquiteto e urbanista essencialmente gênio que age na solução universal apenas a partir de seus traços (RIBEIRO, 2019), também é duramente questionada e expõe um olhar crítico para o debate acerca da função social[15] e ética da arquitetura. Colocando a performance como resumo da atuação profissional e se afastando de sua responsabilidade social, o profissional contribui para a manutenção das desigualdades do território que ele

[14] Segundo ALMEIDA (2018. p. 32), o racismo estrutural se caracteriza através da privação de direitos à população negra para a manutenção da organização política e econômica da sociedade por um grupo dominante. Sendo assim a organização social e econômica do Brasil pautada no racismo que em todas as esferas condiciona negros à subalternidade - subempregos, violência policial, encarceramento em massa, etc. - e propicia tal manutenção do grupo dominante a fim de institucionalizar interesses através da imposição de padrões de conduta e modos de racionalidade que tornam 'normal' e 'natural' o seu domínio.

[15] Devido à responsabilidade pela criação dos espaços construídos, arquitetos urbanistas são promotores da concepção e produção de ambientes que alavancam o desenvolvimento social e econômico de um determinado indivíduo ou grupo - principalmente agindo em benefício da parcela com menor renda da população - Há a premissa de que a arquitetura não está alicerçada em tecnologias avançadas, mas sim da capacidade de estar ao alcance de servir todo ser humano.

atua, enquanto a ressignificação dos valores identitários pode levar a uma memória citadina equitativa, com a cara de seus múltiplos cidadãos (PAULA, 2019).

> *No fundo não podemos acreditar no arquiteto como um ser isento, uma figura não influenciada pelo meio e pela sua própria realidade, que também nasce da imagem que cria de si e vende-a para os demais. Não é possível mais ignorar a vivência de uma série de arquitetos brasileiros, que eram frutos de uma elite intelectual deste país*. (RIBEIRO, 2019. p. 74).

> *Narrar a história de um lugar e de uma determinada cidade é um privilégio. Digo isso a partir da ótica de uma arquiteta urbanista que há algum tempo percebeu como a história das cidades é contada a partir do olhar eurocêntrico, ocidental e em sua maioria esmagadora, branco.* (PAULA, 2019. p. 26)

É fundamental destacar que este movimento da produção decolonial latina se dá como um movimento não concebido pela academia, mas sim absorvido por ela a partir de investigações acerca dos movimentos sociais que confrontam a "história oficial" e elucidam sobre a importância de se conhecer novos olhares; sobre as reais heranças que influenciam nas relações e condições de sociedade em que vivemos hoje. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínua, no qual podemos identificar, tornar visíveis e incentivar "lugares" de exterioridade e construções alternativas (WALSH, 2009). Há ainda uma correlação entre a produção de cada projeto, e a identificação do aspecto afro-diaspórico desses; no que se refere às releituras decoloniais que se tem produzido no território nacional, revela-se como a negritude[16] é condicionante para estudos contemporâneos sobre raça e gênero brasileiros. Evocando a síntese da relação do corpo negro com a arquitetura e o espaço urbano brasileiro da mesma forma que expôs Lélia Gonzalez ao nos elucidar sobre os efeitos da economia escravagista ao qual estamos aparelhados:

[16]O termo, extremamente utilizado no Brasil, nomeia uma natureza própria do negro (africano ou em diáspora) que o diferencia de outros grupos sociais. O que caracteriza esta condição é a percepção de mundo ligada à natureza e intuição, que se consolida na conscientização do indivíduo ao tentar se conectar com a subjetividade negra. A sociologia define como sentimento de conscientização acerca da cultura negra e valorização de suas peculiaridades e valores culturais, tomando para si então o orgulho racial, e ser pertencente à cultura dos negros.

> (...) *Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. (...) Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais."* (GONZALEZ, 1984, p.232)

Nota-se como para a população negra foi negada a humanização de sua existência, através da recusa de direitos e da perpetuação do racismo institucional. Como demonstra Mbembe (2014), racismo e raça são conceitos definidos pelo Estado como ferramentas de manutenção de seus crimes, atuando na normatização da dominação à que Gonzalez se referia. É necessário entender que com a abolição legal do sistema escravocrata, a população negra concentrou-se em regiões geográficas menos favorecidas - empregos subalternos e habitações mais precárias - oferecendo chances mínimas de ascensão sócio-econômicas aos ex-escravizados. Para além da escravização oficial e física, a noção de superioridade racial que inferioriza a população negra continuou sendo difundida, porque é um dos alicerces do controle exercido:

> *(...) eles (os brancos) construíram imagens de negritude e de pessoas negras que sustentam e reforçam as próprias noções de superioridade racial, seu imperialismo político, seu desejo de dominar e escravizar. Da escravidão em diante, os supremacistas brancos reconheceram que controlar imagens é central para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial.* (HOOKS, 2019)

Esta combinação de condições determina, no Brasil, a composição urbana de exclusão social que permeia a segregação espacial da forma como conhecemos hoje. Adão (2017) ilustra como o Estado coloca as pessoas em situação de morte e ainda há uma simbologia de banalização e naturalização das mortes através do território, são o que a autora chama de vidas matáveis através da concepção da articulação raça-homicídio-pobreza.

> *Uma cultura de dominação exige a autonegação de todos os seus cidadãos. Quanto mais marginalizados, mais intensa a demanda. Uma vez que as pessoas negras, especialmente as mais pobres, são bombardeadas por mensagens de que não temos valor, de que não somos importantes*. (HOOKS, 2019)

É a contemporaneidade do escravismo e de políticas como a Lei de Terras de 1850 e a Política Imigrantista de 1890, que dão conta de autenticar a construção do imaginário social da imagem do negro como displicente, vadio e vagabundo. Assiste-se ao apagamento simbólico da população negra - para além do extermínio físico - aliado à criminalização de sua existência, permeados pelo território que lhe é permitido ocupar na cidade.

4. Conclusão

As dificuldades ao se pesquisar sobre as relações de cor e gênero no Brasil já são um espelho da invisibilidade do tema (FREIRE, 2019). Em nossas pesquisas compreendemos que a própria necessidade de mapear e quantificar às produções de autores afrodescentes e/ou de grupos de estudos com temáticas relacionadas à cultura afro-brasileira indicava, per si, o ineditismo da abordagem. Os desafios para realizar o mapeamento apresentado neste artigo foram consideráveis.

A movimentação nas redes sociais é uma aliada nos processos de conexão e divulgação dos agentes de culturas diaspóricas, como exemplifica a formação de quilombos virtuais (SANTOS; SILVA, 2019) que funcionam como uma rede promoção. Deste modo, esta pesquisa buscou as redes sociais para vencer a invisibilidade, mas encontrou dificuldades para tratar dessas fontes e

por transitar por questões novas e ainda em movimento. Esses novos questionamentos conduzem à uma guerra sígnica contra a dimensão racial negativa. Nos beneficiamos da proximidade proporcionada pelas redes sociais que os grupos utilizam para alcançar os interessados na temática afro-brasileira: compreendemos que a estética e política de cada um dos grupos compõem uma coletividade que não se aproxima por coincidência, mas porque partilham de uma sensibilidade comum, alinhando causas e origens. A partir do mapeamento empreendido, constatamos que o movimento de reação à ausência de representatividade afro-brasileira em arquitetura e urbanismo se inicia com o aumento no acesso de negros ao ensino superior com as políticas afirmativas[17], que são, primordialmente, resultado da mobilização histórica de movimentos sociais, em especial do movimento negro brasileiro[18]. Esta inclusão mais heterogênea da população no ensino superior vem promovendo o aumento da discussão de decolonialidade, e o debate se torna pertinente porque estes agentes transitam por questões onde o outro - o colonizador - não transitava.

Assim, a atuação dos agentes aqui apresentados está construindo leituras fundamentais do meio ao qual cada grupo faz parte, que não são óbvios para o grupo dominante. Deve-se considerar que uma produção afro-brasileira não há de abordar apenas temas ligados à ancestralidade; o que estamos demonstrando é que existe sim uma sensibilidade que a consciência racial fomenta e que é fruto do acesso de grupos afro-brasileiros a formação em nível superior e a presença crescente desses no ambiente acadêmico. Ou seja, junto com a desconstrução da representação do negro dentro dos campos da arquitetura e do urbanismo, trazem consigo a perspectiva para questões como investigar a participação do negro na construção do que conhecemos hoje como arquitetura brasileira, quer em sua individualidade, quer como comunidade. Deste modo, estes estudos têm a importância de questionar a epistemologia dominante da produção arquitetônica e urbanística do país caracterizado pela

[17] O Governo Federal (através da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) oferece aos estudantes o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). A legislação prevê a reserva de ao menos 50% (cinquenta por cento) das vagas do exame vestibular das instituições federais à estudantes oriundos de escolas públicas, que contam também com o auxílio do sistema de cotas raciais (tendo as vagas preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas).

[18] A medida é uma providência de reparação histórica frente à oficial abolição da escravatura que em prática não assegurou aos negros libertos condições sociais de cidadão, como bem demonstrado aqui.

colonização européia. Entendemos que racismo produz cidade assim como cidade produz racismo: a segregação socioespacial da moradia é também ratificação do racismo na cidade e o retroalimenta. (SILVA, 2019); esta constatação mostra que as desigualdades socioeconômicas discutidas em arquitetura ou urbanismo não contribuem completamente para a decolonização das ações que teorizam a ordenação da cidade - sejam elas técnicas ou legislativas - é o amparo nos conceitos raciais que o fazem. A contemporaneidade da arquitetura e da produção das cidades conta com estas iniciativas que debatem raça e gênero porque há uma reorganização social em curso, não somente nestes campos, mas em toda estrutura socioeconômica brasileira, repleta de lacunas raciais. Atualmente as questões de representatividade na diáspora negra não se limitam ao debate; o fato de haver essa mobilização em confronto com o que sustenta a exclusão é questão uma questão de transformar imagens, criar alternativas, questionar quais tipos de imagens subverter e apresentar alternativas críticas conferindo uma posição de destaque em nossos movimentos de libertação e autodefinição. (HOOKS, 2019).

Esta produção acadêmica que confronta a historiografia oficial, ausente de perspectivas raciais (ação do racismo estrutural) se dispõe a desconstruir o ideal específico do "*expert* homem branco gênio com alto capital financeiro", e permear a consolidação da pluralidade para que a socialização do corpo negro dentro da arquitetura e do urbanismo seja diferente: não mais baseada na estereotipação do outro terrivelmente diferente (do colonizador e as consequências a partir desta percepção). A decolonização do pensamento é um processo político e de luta; ele nos redefine para além da resistência à dominação (HOOKS, 2019); ao entender que a representação é parte da dominação, a disputa para deixar de experimentar a si mesmo como o "outro" na representação do território, torna-se mais do que uma disputa pela narrativa da cidade, ou por um lugar específico, trata-se, essencialmente do direito de permanecer vivo, da disputa pela vida (PEREIRA, 2015), pois trata-se de usar da própria identidade nesta produção contemporânea da arquitetura brasileira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, Claudia Rosalina. **Territórios de morte: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Mudança Social e

Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.100.2018.tde-29012018-131847. Acesso em: 21 out 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

Anais do primeiro Encontro Internacional do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Arquiteturas e Urbanismos do Sul – MALOCA [recurso eletrônico] / Encontro Internacional do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Arquiteturas e Urbanismos do Sul – MALOCA ; Organizado por Andréia Moassab. – Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2017. Disponível em https://revistas.unila.edu.br/anaismaloca/article/view/929/893. Acesso em: 19 maio 2019.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018)**. FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016). Disponível: http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico -e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/. Acesso em: 05 mai 2019.

ANDRADE, Ana L M S de. “Diáspora Africana”. **InfoEscola.com**. Disponível em: https://www.infoescola.com/historia/diaspora-africana/. Acesso em: 12 fev. 2019.

BARROS, “Maria Luiza. Entre Rasgos e Costuras - aproximações para um urbanismo decolonial”. **Revista Arquitetas Negras**. São, Paulo, vol. 1. p. 10-23. 2019.

BERTH, Joice. MOASSAB, Andrea. “Arquitetas Negras. Apagamento e Invisibilidade”. **Arquitetas Invisíveis Vol. 2** - Nas sombras. Brasília. v. 2. n. 1. p. 43-49. 2018.

BR CIDADES. In: **quem somos | br cidades**. Disponível em https://www.brcidades.org/. Acesso em: 15 ago 2019.

CARTA CAPITAL. In: **BR Cidades - Blog da Carta Capital**. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/. Acesso em: 02 out 2019.

CAU/BR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **CAU/BR**. Página Inicial. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/. Acesso em: 10 mai 2019.

DIÁSPORA In: **DICIO, Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: https://www.dicio.com.br/diaspora. Acesso em: 12 fev 2019.

DOS SANTOS, Cristiano Henrique; DA SILVA, Renata Nascimento. **Quilombos virtuais: as novas expressões de (re)territorialização, resistência, ativismo e empoderamento negro nas redes sociais**. Logos, [S.l.], v. 26, n. 1, nov. 2019. ISSN 1982-2391. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article /view/36152/31095. Acesso em: 15 jan. 2020.

ETNICIDADES, UFBA. **5º SEMINÁRIO SALVADOR E SUAS CORES 2019 - ANO 2019: RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL**. c.2019. Disponível em: https://faced.ufba.br/noticias/5o-seminario-salvador-e-suas-cores-ano-2019-racismo-diaspora-e-cidade-em-africa-e-brasil-de. Acesso em: 25 nov 2019.

ETNICIDADES, UFBA. **SEMINÁRIO SALVADOR E SUAS CORES 2017**. c.2017. Página Inicial. Disponível em: https://etnicidadesarq.wixsite.com/sssc2017/etnicidadesa rq. Acesso em: 25 set 2019.

ETNICIDADES, UFBA. **SSC2018**. c.2018. Página Inicial. Disponível em: https://faced.ufba.br/noticias/5o-seminario-salvador-e-suas-cores-ano-2019-racismo-diaspora-e-cidade-em-africa-e-brasil-de. Acesso em: 25 nov 2019.

Fórum Afro PE. **Pesquisador da UnB produz mapeamento inédito da diáspora africana**. c.2010. Disponível em: http://forumafrope.blogspot.com/2012/08/pesquisador-da-unb-produz-mapeamento.html. Acesso em: 30 out 2019

FREIRE, Raquel. “Ser urbana - prefácio sobre a mulher negra e seis caminhos na sociedade”. **Revista Arquitetas Negras**. São, Paulo, vol. 1. p. 112-120. 2019.

GELEDÉS. **A Cor do Espaço Urbano - Geledés**. Disponível em: https://www.geledes.org.br/a-cor-do-espaco-urbano/. Acesso em 20 ago 2019.

GONZÁLEZ, Lélia . “Racismo e sexismo na Cultura Brasileira” In: **Revista Ciências Sociais Hoje** - Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKS, bell. **Olhares Negros:** Raça e Representação. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

MBEMBE, Achille. “Crítica da razão negra”. Lisboa: Antígona, 2014. Tradução de Marta Lança. 1. ed. Resenha de ROBYN, Ingrid. “Capitalismo, esquizofrenia e raça. O negro e o pensamento negro na modernidade ocidental”. **Topoi - Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 696-703, set./dez. 2017. Disponível em: www.revistatopoi.org. Acesso em: 21 out 2019.

NEGRITUDE. In: **DICIO, Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2019. Disponível em: https://www.dicio.com.br/indole/. Acesso em: 20 fev 2019.

PAULA, Tainá de. “Diáspora Urbana: As Cidades Reescritas”. **Revista Arquitetas Negras**. São, Paulo, vol. 1. p. 24-35. 2019.

PEREIRA, G. et al. **Coletiva Terra Preta. Des-embranquecendo a cidade**. 2019. Disponível em: https://medium.com/@terrapreta/des-embranquecendo-a-cidade-c5635 dd0c2ff. Acesso em: . 21 ago 2019

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_gabriela_leandro_pereira_1.pdf. Acesso em: 14 ago 2019

PORTAL JUSTIFICANDO, MENTES INQUIETAS PENSAM DIREITO. In: **Questões Urbanas - Justificando**. Disponível em: http://www.justificando.com/author/questoesurbanas-brcidades/. Acesso em: 30 set 2019.

Revista Arquitetas Negras. São Paulo, vol. 1., 156 p. 2019.

RIBEIRO, Stephanie. “O Arquiteto Enquanto Performance”. **Revista Arquitetas Negras**. São, Paulo, vol. 1. p. 70-75. 2019.

SANTANA, Vilma Patricia. “A Complexidade da Liberdade e Visibilidade para Arquitetas Negras e Suas Produções”. **Revista Arquitetas Negras**. São, Paulo, vol. 1. p. 121-132. 2019.

SILVA, Lisandra Mara. “Propriedades, Negritude e Moradia na Produção da Segregação Racial da Cidade - Cenário Belo Horizonte”. **Revista Arquitetas Negras**. São, Paulo, vol. 1. p. 44-64. 2019.

SILVA, Lisandra Mara. **Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade [manuscrito]: cenário Belo Horizonte**. Dissertação (mestrado), Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. 2018. Disponível em: http://praxis.arq.ufmg.br/textos/disserta_lisandra.pdf. Acesso em: 20 ago 2019.

SOARES, Alessandra; MAIA, Artur; ROSSI, Pedro. **O papel social da arquitetura. Entrevista com Ermínia Maricato**. Entrevista, São Paulo, ano 20, n. 078.01, Vitruvius, maio 2019. Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/ 7351. Acesso em: 02 out 2019.

UFBA. **ETNICIDADES: Grupo De Estudos Étnicos e Raciais em Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <www.etnicidades.arq.ufba.br>. Acesso em: 13 fev. 2019.

UFBA. **EtniCidades**. c.2015. Página Inicial. Disponível em: http://etnicidadesufba.blogspot.com/. Acesso em: 25 set 2019.

UFBA. **LUGAR COMUM**. Página Inicial. Disponível em: http://www.lugarcomum.ufba.br/. Acesso em 20 set 2019.

UFBA. **S. Salvador e Suas Cores 2018: Cidades da Diáspora Negra, Laços África-Brasil**. Disponível em: <https://saesuascores2018.wixsite.com/salvadoresuas cores18>. Acesso em: 13 fev. 2019.

UNILA. **1º ENCONTRO INTERNACIONAL DO MALOCA GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM URBANISMOS E ARQUITETURAS DO SUL**. c2017. Página Inicial. Disponível em: https://encontromaloca.wordpress.com/. Acesso em 22 set 2019.

VALENÇA, Márcio M; MEDEIROS, Sara R F Q de. org. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XVIII. : 2019 : Natal, RN). **Caderno de Resumos - XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. 258 p. Disponível em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/wp-content/uploads/2019/05/Caderno _de_Resumos_ENANPURXVIII.pdf. Acesso em: 29 ago 2019.

VOLPINI, A. L., Farinasso, G. C., Andrade, H. A. de, Solé, J. M. B., Vieira, L. P., & Coelho, L. R. D. **Arquitetas Invisíveis Vol. 2 - Nas sombras**. Brasília. v. 2. n. 1. 110 p. 2018.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Universidad Andina Simón Bolivar, Ediciones Abya-Yala,: Quito, 2009. Disponível em

https://www.academia.edu/35011983/INTERCULTURALIDAD_ESTADO _SOCIEDAD_ LUCHAS_DE_COLONIALES_DE_NUESTRA_ÉPOCA. p.14-15 (nota de rodapé). Acesso em: 15 jun 2019.

SOBRE A AUTORA

Rosa Maria dos Santos de Sousa
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo UniFAJ
E-mail para contato: rosa.sousa286@al.faj.br

HOSPITAL SANTA CASA "ANNA CINTRA": ESTUDO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE AMPARO - SP

Hospital Santa Casa "Anna Cintra": research of architectural heritage of Amparo - SP.

SANTOS, Ana Paula Firmino dos
Centro Universitário de Jaguariúna

LOPES, Fanny Tamisa
Centro Universitário de Jaguariúna- UNIFAJ

RESUMO: O objetivo deste artigo é o estudo do Hospital Santa Casa "Anna Cintra", fundado em 1890, na cidade de Amparo / SP, buscando compreender o histórico da instituição, as características do edifício e o desenvolvimento da cidade no entresséculos XIX e XX. Reflete-se também acerca das especificidades da arquitetura hospitalar e suas transformações no período. Ao longo da pesquisa, empreendeu-se o levantamento e análise de documentação histórica acerca do edifício e de Amparo e, em paralelo, o estudo da historiografia da arquitetura brasileira na Primeira República.

Palavras-chaves: Hospital Santa Casa "Anna Cintra", Amparo, Arquitetura Hospitalar; Ecletismo no Brasil.

Abstract: The purpose of this article is to study the Hospital Santa Casa "Anna Cintra", founded in 1890, in the city of Amparo / SP, seeking to understand the institution's history, the building's characteristics and the city's development in the nineteenth and twentieth century. It also reflects on the specifics of hospital architecture and its changes throughout history. Throughout the research, the survey and analysis of historical documentation about the building and Amparo was undertaken and, in parallel, the study of the historiography of Brazilian architecture in the First Republic.

Keywords: Hospital Santa Casa "Anna Cintra", Amparo, Hospital Architecture; Eclecticism in Brazil.

1.INTRODUÇÃO

O edifício da Santa Casa de Amparo deve ser reconhecido por sua importância como patrimônio histórico e artístico do município, pelo seu fundamental papel no desenvolvimento urbano da cidade nos primeiros anos da República. Objetiva-se, com este artigo, aprofundar os conhecimentos acerca da instituição, investigando o contexto de sua criação e as transformações ocorridas na edificação ao longo do tempo, tendo em vista a história da arquitetura e do urbanismo paulistano no contexto da virada do século XIX e XX, período de florescimento da chamada arquitetura eclética no país. Não menos importante,

esse artigo reflete acerca das especificidades da arquitetura hospitalar e o desenvolvimento de um pensamento sanitarista no cenário brasileiro.

Pretende-se identificar as práticas construtivas utilizadas, simbologias e elementos estilísticos, relações culturais com o desenvolvimento da cidade de Amparo e da arquitetura no estado de São Paulo. Além disso, esboçaremos algumas considerações sobre o atual estado de conservação do Hospital, abordando, ainda que brevemente, as principais patologias encontradas no edifício os possíveis cuidados para sua conservação.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, realizou-se uma série de visitas ao Hospital[1], empreendendo um registro sistemático de sua arquitetura, inserção ambiental e estado de conservação. As pesquisas de campo permitiram ainda o acesso à documentação histórica relacionada ao edifício, incluindo sobretudo registros iconográficos e notícias em periódicos de época. Complementarmente, publicações dedicadas a história de Amparo e apontamentos antigos, permitiram um mapeamento dos principais acontecimentos e agentes do processo de criação do hospital e do próprio desenvolvimento urbano do município. Além disso, buscou-se empreender o estudo de pesquisas sobre edificações hospitalares no Brasil, particularmente de Santa Casas e Beneficências erguidas nas primeiras décadas do período republicano.

O Hospital Santa Casa “Anna Cintra” é um importante referencial histórico para a identidade de Amparo e esse estudo sobre sua arquitetura, ainda que inicial, ajudou a revelar e sistematizar informações sobre a criação do Hospital e sua relação com o desenvolvimento da cidade de Amparo, sobre o autor do edifício e questões estético-estilísticas, as principais reformas e ampliações e o registro sobre seu estado de conservação atualmente. Cada um destes pontos, respectivamente, será desdobrado no artigo a seguir.

2. O HOSPITAL SANTA CASA “ANNA CINTRA”

[1] Há sete anos tenho o prazer de trabalhar no Hospital “Anna Cintra”, o que despertou o interesse por estudá-lo e contribuir para sua preservação. As pesquisas renovaram o meu olhar sobre o próprio edifício e sua importância como patrimônio arquitetônico de Amparo. Aproveito o ensejo, para agradecer aos colegas de trabalho e ao Hospital pela colaboração com essa pesquisa. Agradeço também a todas as demais instituições que contribuíram com o trabalho, em especial aos funcionários do Museu Histórico “Bernardino de Campos e da Biblioteca Municipal “Carlos Ferreira”. Eu não poderia deixar de agradecer a minha orientadora, a Profa. Fanny Lopes, aos meus familiares, amigos e professores e todos que colaboraram de alguma maneira com esse estudo.

Localizado na cidade de Amparo, o Hospital Santa Casa “Anna Cintra” nasceu do propósito do Comendador Joaquim Pinto de Araújo Cintra (Barão de Campinas), que doou recursos para a sua construção, contratando o engenheiro Garcia Redondo [Figura 1].

Figura 1. Postal Hospital Santa Casa “Anna Cintra”, 1890.



FONTE: Museu Bernardino de Campos.

Foi instituído no dia 20 de março de 1890 pelo Comendador Joaquim P. de Araújo Cintra e Anna Francisca da S. Cintra, dispondo ainda do auxílio do cunhado Barão Cintra. A construção da edificação e preparo de aparelhos custou 102 contos de réis, cedidos pela família. Como veremos adiante, a ação filantrópica era bastante característica na criação de hospitais em todo o país nesse período.

O filantropo da Santa Casa de Amparo, Joaquim P. de A. Cintra, descendente de Joaquim Desidério Pinto e de Antônia Bernardina de A. Cintra, foi o intercessor Barão de Campinas em conformidade com o registro no Livro XI, da Seção Histórica do Arquivo Nacional, nasceu em 1824, na cidade de Atibaia - SP, faleceu em 1894 aos 70 anos na cidade de São Paulo. Teve oito filhos do fruto do casamento com Anna da S. Cintra, sucessora de Joaquim Cintra da Silveira e de Helena de M. Cintra, desse modo, os cônjuges eram primos-irmãos. Em Amparo desenvolveu atividades como fazendeiro com cultura de café, inserindo-se, portanto, no desenvolvimento o apogeu das atividades cafeeiras em São Paulo. Um busto em sua homenagem foi inaugurado na Praça Monsenhor João Batista Lisboa.

Em Amparo, as décadas de 1880 e 1890 foi de desenvolvimento, transformando a cidade, entre as construções do período, estavam o hospital “Anna Cintra” e o teatro João Caetano, ambos projetos do engenheiro Manoel Ferreira Garcia Redondo. Estas obras foram referências para o avanço da cidade no quesito funcionalidade, contribuindo para o surgimento de novas edificações com formas harmônicas e refinamento característico do ecletismo, com fachadas elaboradas a partir de composições classicistas.

A Santa Casa está implantada em um terreno de aproximadamente 32.388 metros – 656 m² situada entre as ruas Ana Cintra, Valdir Sibinelli, Rodovia Antonio Cazarini e a Avenida Dr. Carlos Burgos, onde se localizam os bairros Jardim Nova Amparo e Jardim Primavera, construída no alto do município, com acesso em aclive e próxima ao rio Camanducaia [Figuras 2 e 3].

Figura 2. Ponte Sobre O Rio Camanducaia, Ao Fundo Na Parte Superior Apresenta-Se A Santa Casa “Anna Cintra”.



FONTE: Museu Bernardino de Campos.

Figura 3. O Quadro Apresenta As Imagens Que Identificam Mudanças E Transformações Ocorridas Com O Tempo.



PONTE DA RUA ANA CINTRA, 2019.



FONTE: Google Earth Pro.

RUA ANA CINTRA, 2019.



FONTE: Google Earth Pro.

FONTE: Indicada nas imagens

Para facilitar o acesso, ocorreu à construção de nova ponte acima do rio Camanducaia, concedendo melhor acesso ao hospital e impulsionando o desenvolvimento desta região. (LIMA, 1992 p. 161)

Desde sua criação, o hospital dispõe de um conjunto de 23 residências a frente da instituição (algumas já vendidas). As casas tinham a finalidade de auxiliar com as despesas de limpeza e higiene, por meio de seus aluguéis. O agrupamento de moradias foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT, assim como o hospital em 11 de fevereiro de 1987, período em que estavam por completar seu centenário. Mesmo com os rendimentos obtidos com o aluguel das casas, a Santa Casa de Amparo viu-se obrigada a interromper os atendimentos em 1897, devido à instabilidade financeira do momento. Eram as consequências da chamada crise do Encilhamento, que levou diversas pessoas a falência no começo da Primeira República. Posteriormente, a partir de ações da família Cintra e de outros membros da elite da cidade, em 1900 o hospital foi novamente inaugurado [Figura 4].

Figura 4. Residências Em Frente A Santa Casa “Anna Cintra”, Localizado A Rua Ana Cintra, 2019.



FONTE: Fotografia da autora (2019).

2.1. O desenvolvimento do munícipio de Amparo no entresséculos XIX e XX

Em função da produção cafeeira, a região se desenvolveu na segunda metade do século XIX. Sua crescente importância levou a elevação da vila Nossa Senhora do Amparo à categoria de cidade em 1863. O estabelecimento da mão de obra imigrante europeia provocou impressões na cidade, sobretudo quanto aos estilos e técnicas construtivas.

Em 1878, o município era apontado como o maior produtor de café do Brasil Império, recebendo a visita do imperador Pedro II, sendo este recepcionado no palacete de Joaquim P. de Araújo Cintra.

Amparo passou nesse período por um processo de urbanização, recebendo iluminação e calçamento nas vias. Em 1898 foi inaugurada a iluminação elétrica na cidade. Em 1905, Amparo detinha a oitava maior população do estado de São Paulo e nas próximas décadas, o município progredia com o café no período republicano, recebendo o serviço de correios e a *Companhia Mogiana de Estradas de Ferro*, para escoamento da produção. Considerando as profundas relações da cidade com a economia cafeeira, é fácil

compreender por que a Crise de 1929 afetou consideravelmente o município, que passou um decréscimo populacional e estagnação nas décadas seguintes.

2.2 A atuação de Manoel Ferreira Garcia Redondo em Amparo

Reflexo desse período de desenvolvimento proporcionado pela produção cafeeira, destaca-se o engenheiro Manoel Ferreira Garcia Redondo na cidade e a construção simultânea em Amparo do Teatro João Caetano e da Santa Casa “Anna Cintra”. Nascido em 7 de janeiro de 1854, na cidade do Rio de Janeiro, faleceu na cidade de São Paulo, em outubro de 1916, sendo enterrado no cemitério da Consolação. Formou-se Bacharel em Ciências Físicas, Naturais e Matemáticas, além de engenheiro, foi contista, jornalista, teatrólogo brasileiro, sendo um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, professor da primeira geração da Escola Politécnica de São Paulo, a partir de 1897. Entre suas obras arquitetônicas de maior destaque, tornou-se responsável, em 1887, pela empresa balneária de Poços de Caldas – MG, efetivando a canalização das águas termais. Já como professor da Politécnica, foi responsável pelas obras de drenagem na cidade de São Paulo. (LIMA, 1992 p.164,165,166)

Conforme Lima (1992 p. 168) em meados de 1887, era propagado no jornal *Correio Amparense* o segundo convite assinado por Luís de Souza Leite, com a intenção de arrecadar fundos para erguer o novo teatro. O gesto da sociedade demonstra uma vontade de modernização a partir da formação de espaços para cultura e arte. Além disso, os teatros eram palcos privilegiados para a performance dos membros da elite social no século XIX, formando ambientes sofisticados de representação pública. O teatro foi inaugurado no Largo do Rosário, na área central, ganhando o nome João Caetano a fim de homenagear o ator do período imperial. Sua inauguração ocorre em data próxima a do hospital Santa Casa [Figura 5].

Figura 5. Teatro João Caetano, 1890.



Fonte: Roberto P. Teixeira Lima (1992, P.170)

De acordo com o historiador Roberto P. Teixeira Lima (1992, p.170), a edificação apresentava arquitetura sofisticada, com dimensão de aproximadamente 13 metros de vista frontal, 28 metros posterior e 9,50 metros de altura, além disso, era fragmentado em três corpos, na frente expunha o vestíbulo, bilheteria, espaço para refeições e foyer do público. A plateia do teatro possuía forma de ferradura, existia sete portas principais, sua construção era visível, a construção do teatro era apropriada ao clima tropical e temperatura quente da cidade.

O teatro João Caetano e a Santa Casa “Anna Cintra” foram construções simbólicas das transformações formais que a cidade viveu no ciclo do café. Além disso, ambos representaram inspirações de modernidade, marcados por seus estilos construtivos, mas também pelo impulso urbanístico proporcionado por esses projetos.

3. ARQUITETURA HOSPITALAR E AS SANTA CASAS

A primeira Santa Casa foi instituída pelo português, Braz Cubas, em 1543, na Capitania de São Vicente. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia chegou no Brasil no período colonial, aproximadamente em 1560, atribuiu a

criação da Confraria da Misericórdia de São Paulo dos Campos de Piratininga. Em seguida surgiram várias distintas, prestando assistência a diversos lugares. (SILVA, 2011)

Com as primeiras ideias da construção de um hospital, percebe-se a direção para os mesmos moldes das antigas misericórdias, compreendendo a fase inicial por volta do século XVII até 1837, caráter humanitária, a fase posterior deu-se em contrapartida de 1838 a 1940 com caráter de filantropia.

Recentemente, há 2500 hospitais de Santa Casas no país aproximadamente. A instituição moderna passou por transformações, do modelo religioso original para a construção pavilhonar. Na Europa, o avanço das pesquisas científicas e o desenvolvimento de teorias higienistas impulsionavam essas mudanças. Desde meados do século XVIII, o espaço cruciforme do modelo religioso era visto como doentio e ao longo de um século desenvolveu-se os hospitais pavilhonares. Esses diferenciam-se pela forma de organização espacial, transformando as enfermarias em espaços isolados, havendo várias formações em duplo E, H, radial entre outras.

A distribuição dos pavilhões pretendia oferecer higiene, insolação, arejamento, além de conforto, construídos em áreas próximas de rios, desfrutando de espaços verdes e da topografia do terreno. Em 1872 foi desenvolvido o sistema *Tollet* de arquitetura hospitalar, propondo que as edificações hospitalares estivessem longe das aglomerações urbanas e posicionadas em terrenos ensolarados. A dimensão do terreno deveria acrescer uma área livre, caso houvesse necessidade de aumento do alojamento coletivo. Era marcado por prédios de, no máximo, dois pavimentos, implantava o preceito de isolamento, segundo o qual cada tipo de tratamento seria, idealmente, isolado em diferenciados pavilhões. Nesse contexto, é possível identificar as condições existentes que a Santa Casa Anna Cintra foi construída incorporando esse conceito de sistema pavilhonar [Figura 6].

Figura 6. Santa Casa Anna Cintra, Vista Elevada



Fonte: Arquivo Interno, Hospital Santa Casa Anna Cintra.

No decorrer das décadas do século XX, os desenhos e traçados hospitalares davam atenção ao modelo que estabelecia nos Estados Unidos, se difundia então um modelo utilizado atualmente, a construção de bloco único – para o qual o desenvolvimento dos elevadores foi fundamental. Os monoblocos verticalizados nos centros urbanos – e múltiplos blocos a partir dos anos de 1950 –superariam o sistema de pavilhões, economizando espaço, facilitando o acesso e reunido avanços tecnológicos fundamentais.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO EDIFÍCIO DA SANTA CASA "ANNA CINTRA"

O prédio foi concebido com espaços simétricos, expressando monumentalidade ainda que sem abundância. Na fachada principal figuram quatro colunas jônicas – cujas levezas são apreciadas por sua uniformidade [Figura 7].

Figura 7. Fachada Santa Casa Anna Cintra, 2019.



Fonte: Fotografia da autora (2019).

A edificação recebeu sofisticados elementos ornamentais, que mostravam uma modernização considerável em relação as construções de tradição do país. Tais elementos eram possibilitados, em partes, pela presença de artífices imigrantes na região, bem como pelo fornecimento de materiais importados da Europa nesse período. Note-se, por exemplo, o revestimento em mármore na escadaria principal, que leva ao salão nobre– hoje essa escadaria é utilizada somente em eventos. Já no interior do hospital, as escadarias foram construídas em madeira nobre e possuem entalhamento ornamentado nos corrimãos [Figura 8].

Figura 8. O Quadro Demonstra Escadas, Colunas E Plantas



Fonte: Fotografia Da Autora (2019).

Quanto a técnica construtiva originalmente utilizada certamente foi aplicação de alvenaria de tijolos com vedações internas em estuque - constituído de madeira, gesso, cal e areia, nos reparos e reformas posteriores, é possível identificar que foram empregadas estruturas em concreto. [Figuras 9 e 10].

Figura 9. O Quadro Exibe As Paredes Internas



Fonte: Fotografia Da Autora (2019).

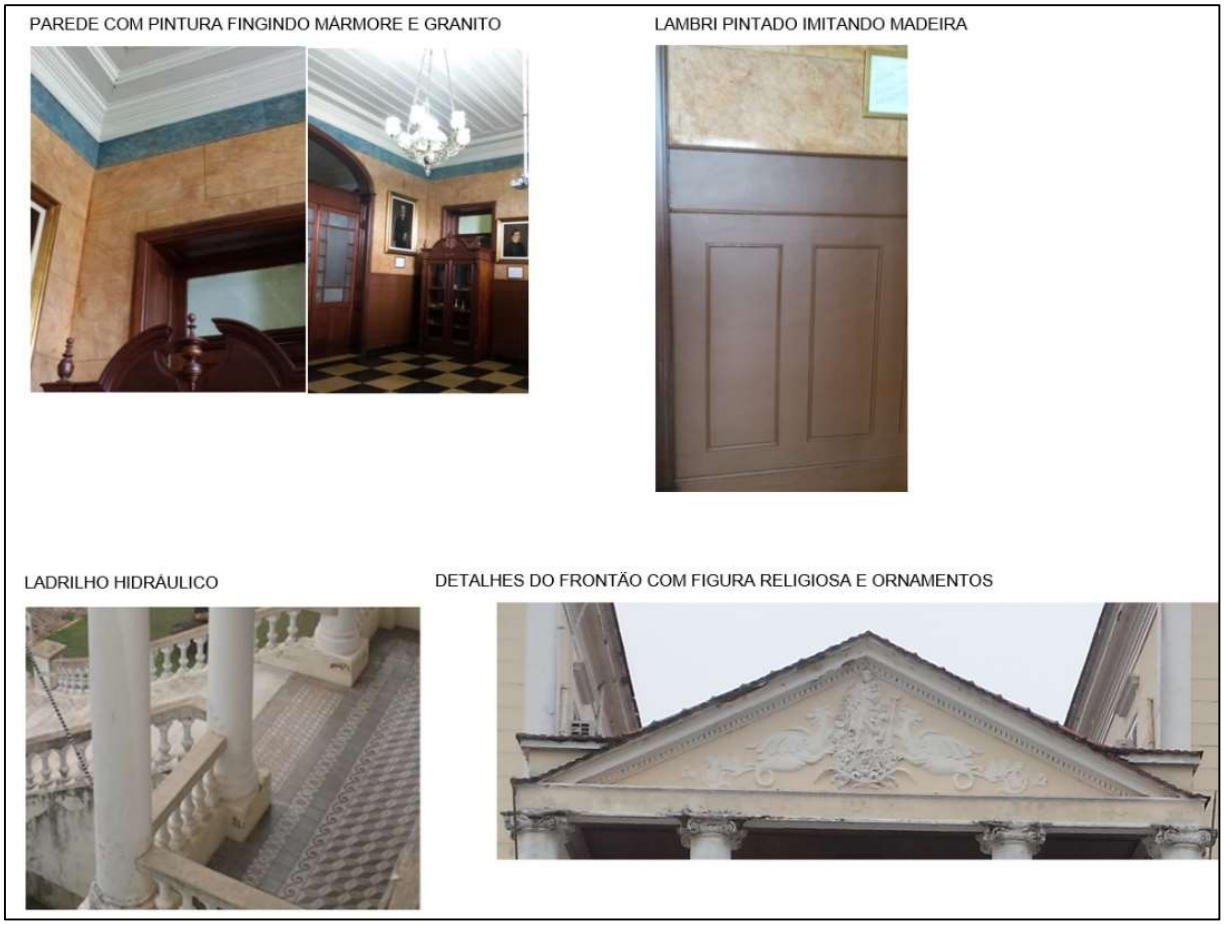
Figura 10. Área Demarcarda Demonstra Provavelmente A Utilização De Alvenaria De Adobe, Planta Térrea Do Prédio Principal Sem Escala.



Fonte: Arquivo Interno Santa Casa Anna Cintra.

Com relação aos revestimentos observam-se nos ambientes internos a aplicação de pinturas lisas, lambris de madeira, além do recurso de pintura que imitam mármore. Na varanda há a presença de ladrilho hidráulico com desenhos geométricos. Nos elementos decorativos foi empregado especialmente o estuque, sendo usados tanto na fachada e no interior. Em alguns ambientes contém pisos de tabuados corridos de madeira. Os forros são de madeira e estuque acabados em frisos de arremate de madeira recortada, com encaixe saia e camisa [Figuras 11 e 12].

Figura 11. O Quadro Ilustra Paredes, Ladrilho E Detalhamento



Fonte: Fotografia da autora (2019).

PISO TABUADO



DETALHES ESTRUTURA ASSOALHO





Fonte: Fotografia da autora (2019).

Já as vidraças são subdivididas, com vidros lisos e alguns com desenhos estilizados, com o objetivo de decorar e de dificultar a visão do interior do ambiente, algumas portas com caixilharia de madeira e vidro, elevadas por bandeiras fixas em arcos plenos. Há a presença de elementos ferrosos nas esquadrias de madeira e grades de ferro fundido inseridos nos caixilhos. A cobertura é composta por telhado de uma a quatro águas, com tesouras em madeira e telhas cerâmicas, mesclando o uso de telhas capa ou coloniais e telhas francesas [Figura 13].

Figura 13. O Quadro Apresenta Portas E Telhas



Fonte: Fotografia Da Autora (2019).

4.1 Questões estilísticas

O hospital Anna Cintra foi construído no período de desenvolvimento do ecletismo arquitetônico no Brasil. Este estilo surgiu com o preceito de reinterpretar estilos do passado, redimensionando o estilo formal das edificações. No país teve uma ampla aderência. Sucintamente o ecletismo no país esteve continuamente ligado as elites do período da República Velha entre 1889-1930, uma das peculiaridades desse período foi a revolução de materiais importados que regressavam ao país, sucedendo ao mercado uma diversidade de materiais as obras. (SOUZA, 2012)

Em seu projeto prevalece estilo neoclássico, embora possamos notar que esse aparece mesclado a elementos da tradição barroca colonial.

A presença crescente e mais sofisticada da arquitetura neoclássica nas construções do período em Amparo pode ser em partes atribuída à proximidade do engenheiro Garcia Redondo com os construtores presentes no município, embora já houvessem edifícios com presença de ordens clássicas pertencentes às décadas de 1870 e 1880.

De acordo com o Historiador e Professor Roberto T. Lima (1992, p.175-177), na mesma área do hospital, havia um casarão com mau aspecto, o qual foi reformado inteiramente, expondo todos os aperfeiçoamentos de infraestrutura e instalações operacionais que o restante da cidade não possuía.

O Neoclassicismo nasceu a partir do século XVII, tendo seu ápice no século XIX, em contraposição ao Barroco e Rococó. A riqueza decorativa e a liberdade formal dos barrocos deram lugar à racionalidade hierática do clássico, resgatando elementos da cultura greco-romana, bem como a tradição renascentista, tendo como principais propriedades a simplicidade espacial, a valorização de elementos como pórticos com colunas, frontões, fachadas em um único plano, além disso, enaltecimento dos elementos estruturais arquitetônicos. (SOUZA, 2012)

O Brasil recepcionou um grupo conhecido como Missão Artística Francesa, a partir de 1815, composto por pintores, arquitetos, escultores, entre outros profissionais. O projeto da *Academia Imperial das Belas Artes*, inaugurada, em 1826, no Rio de Janeiro, projetado pelo arquiteto Grandjean de Montigny é reconhecido como o grande responsável pela reorganização da arquitetura brasileira, tornando-se uma referência primordial para o neoclassicismo no país. É interessante notar como as soluções da fachada do hospital de Amparo dialoga abertamente com a fachada de Montigny–utilizando-se de elementos semelhantes na formação de um frontispício principal de acesso ao edifício. No caso da fachada carioca, a colunata compõe uma sacada, enquanto o hospital se compõe em um único nível, e a colunata, portanto se transforma num pórtico avarandado [Figuras 14 e 15].

Figura 14. Escola Real A Academia Imperial De Belas Artes, Rio De Janeiro - Rj (1826).



Fonte: Diariodorio.Com/Historia-Da-Escola-De-Belas-Artes/

Figura 15. Hospital Santa Casa “Anna Cintra”, Meados De 1970.



Fonte: Museu Bernardino De Campos.

A solução do pórtico de entrada do “Anna Cintra”, com escadarias formando um pódio em destaque, revela semelhança a uma composição Palladiana. A escadaria do hospital, no entanto, apresenta formato curvo que destoa da tradição classicista. O emento, de sabor barroco, revela o ecletismo da criação do engenheiro Garcia Redondo, coerente com a moda do período [Figuras 16 e 17].

Figura 16. Hospital Santa Casa “Anna Cintra”.



Figura 17. Arquitetura Maneirista- Andrea Palladio – Vila Rotonda, Vicenza (1566-1570).



Fonte: Https://Concretoemcurva.Com/2016/07/06/Arquitetura-Neoclassica

No mesmo período da construção da Santa Casa, instalou-se em Amparo o Hospital Beneficência Portuguesa. Inaugurado em 13 de março de 1892 pela colônia portuguesa, apresenta um edifício bastante interessante, em estilo “manuelino”, também conhecido como gótico português. A inspiração luso-mourisca do programa da construção contrasta fortemente com estilo adotado na Santa Casa. Funciona assim como excelente contraponto, demonstrando a enorme variedade de estilos desenvolvidos no espectro do Ecletismo [Figura 18].

Figura 18. Fachada Principal Do Hospital Beneficência Portuguesa.



Fonte: Museu Bernardino De Campos.

4.2 O atual estado de conservação do edifício do hospital

O prédio suportou consideráveis modificações no decorrer do tempo, mas a fachada principal e alguns compartimentos do projeto originário resistiram, permanecendo preservados. A edificação possui um bom estado de conservação internamente. A manifestação de deterioração da fachada, apresenta rachaduras visíveis em sua superfície, uma das possíveis causas é a umidade e o ataque de agentes biológicos, carecendo de uma avaliação imediata, em diversos trechos o reboco externo precisa ser refeito, introduzindo novo reboco com técnicas apropriadas. O piso em tabuado de madeira demanda poucos reparos. Já as esquadrias internas e externas requerem maior atenção, assim como os forros em madeira, é significativo como medida preventiva a execução de inspeções frequentes integralmente nas peças de madeira da instituição, com a finalidade de localizar prováveis focos de infestação, infiltração etc. Deve-se ainda considerar a necessidade constante de manutenção do telhado, com a substituição parcial das telhas antigas. Portanto o recomendado é a elaboração de um mapa de danos [2]visando demonstrar levantamento de

[2]TINOCO, 2009. Mapa de danos é uma representação gráfico-fotográfica sinóptica, onde são discriminados rigorosa e minuciosamente todos os danos ou deteriorações da edificação.

informações, elaboração de laudos, integridade da edificação, assegurando o entendimento das degradações construtivas.

Para a preservação das características arquitetônicas presentes o mais relevante é a manutenção do uso, sendo assim, novos usos devem ser adequados às características da arquitetura em questão, como uma edificação voltada à promoção da saúde e da população. Deste modo, os novos usos exigem uma revisão dos sistemas elétricos e hidráulicos.

No começo do ano de 2020, iniciou-se o processo de pintura na área externa da instituição, sendo deliberado em sessão ordinária do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - Condephaat processo 84903/2019 a aprovação para esse fim. Principiou a realização de tratamento nas paredes aplicando etapas de correção de trincas e fissuras, seguindo a linguagem existente mantendo o compromisso com as características originais. A pintura está aliada ao conceito de preservação da memória e da história da Santa Casa, deixando de lado as manifestações patológicas presentes, realizando um trabalho com uma série de cuidados, a tonalidade escolhida foi julgada por ser a mais próxima da época em que o prédio foi construído, o término está previsto para junho de 2020 [Figura 19].

Figu spital



Fonte: Fotografia Da Autora (2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta foi refletir sobre a importância do Hospital Santa Casa “Anna Cintra” para a história de Amparo, haja vista que o hospital necessita cada vez mais de práticas que priorizem a sua conservação. Usos conscientes e comprometidos tanto com a atualização e importância da construção hoje, quanto com sua importância histórica como marco identitário para a comunidade da cidade.

É válido destacar o valor da arquitetura hospitalar, pois é de grande importância para a organização do ambiente, além de prover fluidez aos serviços prestados, auxiliando na recuperação e bem-estar do paciente, além disso, a qualidade e o conforto do espaço influenciam positivamente na tranquilidade em todo processo de atendimento. Nesse sentido, a arquitetura hospitalar beneficia-se de ambientes humanizados, no que a visão do arquiteto pode contribuir fundamentalmente, seja na garantia de iluminação confortável – quando possível, natural –, na melhor ordenação do mobiliário, com a introdução de cores agradáveis – e rompendo com a monotonia das concepções mais tradicionais –, com a devida atenção aos elementos que garantem conforto térmico e acústico etc.

No Brasil, a perversa preservação do patrimônio histórico, motiva prejuízos irreversíveis cada vez que um patrimônio é demolido ou descaracterizado. Mesmo com a ação das autoridades responsáveis sobre a notoriedade do patrimônio histórico, ainda não podemos responder de forma adequada mantendo ou recuperando os prédios e monumentos.

O hospital vive seu devido lugar na história, deixando às futuras gerações que testemunhem o princípio do patrimônio, concedendo a real dimensão da evolução desta edificação hospitalar e sua contribuição arquitetônica e cultural. A finalidade da Santa Casa Anna Cintra sempre foi amparar e zelar aos mais necessitados, depois de um século prestando assistência, é visível a sua evolução.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JOAQUIM Pinto de Araújo Cintra, barão de Campinas. Geni, 2020. Disponível em:https://www.geni.com/people/Joaquim-Pinto-de-Araujo-Cintra-bar%C3%A3o-de-Campinas/6000000051279309214. Acesso em: 21 fev. 2020.

LIMA, Roberto P. T. **A Cidade Convencional**. São Paulo: Amparo, 1990.

LIMA, R. P. T. **Amparo - Álbum comparativo.** 1 ed. Amparo: Prefeitura Municipal de Amparo - SP, 1992. v.1.

LIMA, R. P. T. **A cidade racional: Amparo - Um projeto urbanístico do "oitocentos".** 1. ed. São Paulo: Reprox Artes gráficas. Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral / CHAA UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 1998. v.1.

SANGLARD, Gisele. **Hospital espaços de cura e lugares de memória da saúde**. Anais do Museu Paulista Vol.15 nº2. São Paulo – SP, 2007, p. 257-289. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200020. Acesso em: 31 jan. 2019.

SILVA, Maria Regina Guimarães. **A história da fundação da irmandade de misericórdia de Guaxupé-MG.** São Paulo - SP, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307647846_ARQUIVO_artigosimposionacionaldehistoria.pdf. Acesso em: 29 de mai. 2019.

SOUZA, Antonio Gilberto Abreu de. **Arquitetura neoclássica e cotidiano social do centro histórico de Fortaleza: da Belle Époque ao ocaso do início do século XXI.**PPGA – Escola de Belas Artes/UFMG. Belo Horizonte - MG, 2012. p.130. Disponível em:https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/JSSS-8Z8P5V. Acesso em: 02 fev. 2020.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. "Mapa de Danos Recomendações Básicas". **Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada**. Vol.43, série 2, Gestão de Restauro. Olinda, 2009.

Periódicos consultados:

Jornal Folha Amparense. Amparo, 17 de dezembro de 1994. Coleção arquivo Santa Casa Anna Cintra.

Jornal A Notícia. Amparo, 29 de junho de 2001. Coleção arquivo Santa Casa Anna Cintra.

SOBRE A AUTORA

Ana Paula Firmino dos Santos
Graduanda do 9º semestre de Arquitetura no Centro Universitário de Jaguariúna - UNIFAJ.
Graduada do curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos no Centro Universitário Amparense – UNIFIA (2015).
Assistente de Direção Clínica no Hospital Santa Casa Anna Cintra, de 23 de maio de 2012 até o presente momento.

E-mail para contato:
ana.firmino21@hotmail.com

MODERNIDADES PARALELAS, ANTIGO E NOVO FORUM DE ITAPIRA

Parallel Modernities, Old and New Forum of Itapira

PRACCHIAS, Eduardo Pompeu
Centro Universitário de Jaguariúna- UNIFAJ

LOPES, Fanny Tamisa
Centro Universitário de Jaguariúna- UNIFAJ

RESUMO: A presente pesquisa se desenvolveu em torno da análise comparativa entre as edificações históricas do antigo e novo fórum de Itapira, edificações construídas em épocas diferentes e de movimentos arquitetônicos distintos, porém ambas representando a chegada da modernidade para a produção arquitetônica da cidade de Itapira, interior de São Paulo, dentro de seus contextos. Para maior aprofundamento desta reflexão, se fez necessário a compreensão do contexto onde as edificações estudas estão inseridas, seus arquitetos, o fim para o qual foram construídas e particularmente sobre o conceito de modernidade ao longo do tempo. Ressalta-se a importância das edificações de valor histórico e sua preservação como parte importante para a memória e história da cidade. Preservar uma edificação não se trata apenas de guardar um passado, mas também de pensar o presente e o futuro.

Palavras-chave: Patrimônio arquitetônico; arquitetura forense; Itapira.

Abstract: This research was developed around the comparative analysis between the historic buildings of the old and new forum of Itapira, buildings built at different times and with different architectural movements, but both representing the arrival of modernity for the architectural production of the city of Itapira, interior of São Paulo, within their contexts. To further deepen this reflection, it was necessary to understand the context in which the buildings studied are located, their architects, the purpose for which they were built and particularly about the concept of modernity over time. It highlights the importance of buildings of historical value and their preservation as an important part of the city's memory and history. Preserving a building is not only about keeping a past, but also thinking about the present and the future.

Keywords: Architectural heritage; forensic architecture; Itapira

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda paralelamente as edificações do antigo e novo fórum de Itapira, com o objetivo de compreender, a partir deste estudo de caso, duas concepções, ou ideias, de modernidade presentes nestes projetos, buscando liga-las à história de Itapira nos contextos em que estão inseridos[1].

[1] Gostaríamos, desde já, de agradecer o historiador Eric Apolinário que facilitou grandemente o acesso a importantes documentações deste artigo.

A pesquisa trata de duas edificações de períodos diferentes, mas construídas para o mesmo fim: ser o fórum de Itapira, interior de São Paulo. Além disso, ambas as edificações estão situadas nas extremidades de uma mesma rua - a Rui Barbosa.

A primeira edificação, de 1910, foi projetada pelo consagrado arquiteto eclético Ramos de Azevedo, e a segundo, dos anos de 1960, foi projetado pelo arquiteto brutalista Joaquim Guedes. Ambas foram edificações encomendadas pelo governo do estado de São Paulo com o fim de modernizar as cidades do interior, estrutural e esteticamente, a partir de novas concepções arquitetônicas.

A pesquisa abordou o conceito de modernidades paralelas, pensando assim as alterações dos programas arquitetônicos a partir das questões de estilo e gosto em diferentes épocas. No começo do século XX, o eclético era sinônimo do desenvolvimento moderno em arquitetura no Brasil - mas não modernista, é claro. O uso de diversas referências históricas, promovendo uma renovação das práticas construtivas herdadas do período colonial e o uso de novos materiais e técnicas. Já na segunda metade do século XX, víamos a consolidação da estética modernista nos aparelhos públicos brasileiros, impulsionados pela construção de Brasília, trazendo novos conceitos, formas racionais e geométricas e o uso o concreto armado. Nesse contexto, a escola brutalista paulistana, com Joaquim Guedes, repensava e criticava o modernismo do Estilo Internacional e promovia uma renovação do pensamento sobre espaços públicos modernos que vão muito além do uso do concreto aparente.

A comparação entre esses edifícios permite refletir sobre o desenvolvimento da arquitetura pública no estado de São Paulo em dois de seus mais importantes momentos no século XX. Pretende-se também, com a presente pesquisa, despertar para a importância da preservação de edificações históricas, considerando que elas preservam a memória não só da cidade, mas também de um determinado estilo arquitetônico, de quem o projetou, dos modelos construtivos e principalmente de um período histórico, dentro de suas especificidades econômicas e sociais.

As edificações – independentemente de ser um casebre ou um palácio, de onde estão situadas ou de seus arquitetos – possuem uma linguagem, que nos informam sobre as intenções de quem a construiu, o lugar onde se localiza, seu estilo, sua materialidade. Os edifícios contarão sua história se devidamente

avaliados, por aqueles que aprenderem a compreender tal linguagem. Este estudo foi motivado por essa reflexão.

Reitera-se que a preservação e valorização do patrimônio arquitetônico é um importante fator para a identidade de uma cidade, sua memória, refletindo contextos políticos, sociais, culturais e econômicos de determinado lugar. Preservar uma edificação não se trata de apenas guardar um passado, mas também de pensar o presente e futuro: “o resgate da identidade dos municípios fortalece a construção de unidade política, influenciando positivamente a conduta cidadã.” (BARROS; BARROS; MARDEN, 2013)

2.METODOLOGIA

A pesquisa empreendida buscou, a partir do estudo da Rua Rui Barbosa e seus dois fóruns, reconhecer tudo que essas construções poderiam nos informar sobre a cidade de Itapira, seus arquitetos, contextos históricos, usos, adaptações e outras considerações sobre a trajetória das edificações. Além disso, o artigo visa divulgar essas informações e contribuir para a valorização e preservação do patrimônio arquitetônico da cidade.

Foram colhidos dados em diversas fontes, a começar com uma bibliografia básica sobre a arquitetura no final do século XIX e século XX, e, em particular, sobre os arquitetos que projetaram as edificações estudadas, de seus determinados estilos, para então recolher documentação específica como plantas, fotografias antigas, contratos, jornais, etc.

Essas informações foram possíveis por meio de buscas na secretaria da cultura da cidade de Itapira, no museu Pedagógico Virgulino de Oliveira, e no acervo da biblioteca Municipal, situada em um dos prédios estudados. Foram realizadas diversas visitas aos locais de pesquisa, onde foi possível coletar imagens e realizar análises comparativas referentes à estética e ao estado de conservação das edificações estudadas.

3. MODERNIDADES PARALELAS

A partir do estudo do prédio do antigo fórum, obra do arquiteto Ramos de Azevedo e o atual fórum, de Joaquim Guedes, nos deparamos com conceitos de modernidade em ambos projetos, embora apresentem características

bastante diversas. Ambos os projetos tiveram como objetivo a modernização e afirmação de um novo tempo e progresso político-social.

A virada do século XIX trazia o começo república brasileira, segundo a pesquisadora Thaís Carneiro Mendonça, precisavam-se superar os rastros que lembrassem o Brasil Colonial e Imperial, e a arquitetura era um importante fator para se afirmar o progresso histórico que o país passava guiado pelo republicanismo (MENDONÇA, 2010, p. 29-30).

Nesse contexto, o Ecletismo foi a expressão visível dos anseios modernizantes republicanos, pautados, deste modo, no modelo de arquiteturas históricas europeias. De maneira semelhante, na segunda metade do século XX, o país estava novamente passando por transformações políticas e econômicas, no advento dos Anos Dourados e do desenvolvimentismo industrial. A vitória do movimento modernista nas décadas anteriores culminando na construção de Brasília. A capital modernista tornava-se o novo padrão a orientar também a reformulação dos espaços urbanos e da arquitetura nos estados. Assim, o Novo Fórum era mais do que uma ampliação estrutural necessária, mas também a vitória de um novo modelo estético.

É preciso deixar claro que os modernistas irão considerar toda a produção eclética e seus subgêneros, como o neoclássico, o neogótico e o neocolonial, como uma produção inferior porque, argumenta-se, eram cópias de um estilo estrangeiro e pouco originais. Longe de concordarmos com essa ideia, deseja-se esclarecer que esses projetos se tornaram conflituosos, opostos. A própria existência dos dois edifícios ainda na mesma rua pode ser considerado um privilégio, pois em muitos casos o choque entre essas produções levou a demolição prematura dos prédios ecléticos.

Podemos concluir, pelo exemplo das duas edificações estudas e demais obras no mesmo contexto, o anseio por uma estética moderna, mas de modernidades paralelas, que caminharam juntas por um tempo e que partiram de concepção aparentemente distintas, mas cuja divergência não resiste a um olhar mais cuidadoso. Afinal, o modernismo também era um movimento solidamente baseado na influência de correntes estrangeiras e, portanto, não atende aos critérios exigidos pelo próprio movimento para se legitimar. Por outro lado, são ambas as edificações obras de primeira grandeza, refletindo seus períodos e estilos de maneira exemplar. As duas edificações, cada uma ao seu

tempo, foram promovidas pelo Estado, que as financiou em nome do ideal de modernidade que tais obras eram capazes de portar. Vale destacar que se trata de um Estado preocupado com valores estéticos e culturais, traduzindo o poder público e o bem estar social através da construção destes dois edifícios – enquanto hoje em dia parece que esse aspecto da qualidade estética e da linguagem dos edifícios as vezes fica em segundo plano ou apenas nas construções do setor privado.

4. ITAPIRA NOS ENTRESSECULOS XIX E XX

Itapira é um município do interior de São Paulo, próximo a Mogi Mirim, que hoje tem aproximadamente 80 mil habitantes. Antes de ser um município independente, era uma vila chamada Macucos e Rio do Peixe Por volta de 1810:

> *Começou a receber um expressivo número de habitantes provenientes de Atibaia, Bragança Paulista e Nazaré Paulista. Alguns desses novos moradores, entre eles Manuel Pereira da Silva (cofundador), ao contrário dos mais antigos, eram senhores de engenho e criadores de gado, incrementando o número de escravos da localidade, bem como as transações imobiliárias.* (APOLINÁRIO 2019).

Dia 24 de outubro de 1820, a derrubada de um capão de mata para ser erguida a capela -hoje já demolida-, foi a data que ficou conhecido como a data de fundação da cidade

Figura 1- Igreja De Nossa Senhora Da Penha, Contrução Iniciada Em 1842 E Finalizada Em 1857



Fonte: Museu Pedagógico Virgulino De Oliveira, Itapira

Em 1858, tornou-se município. E a 20 de setembro do mesmo ano, foi instalada a câmara municipal. Em 20 de abril de 1871, o nome foi mudado para Penha do Rio do Peixe. Segundo Apolinário (2019), no dia 08 de fevereiro de 1890, por votação, foi escolhido o nome de Itapira. Mas a cidade só veio a adotar esse nome no mês de abril do mesmo.

No decorrer de sua história ganhou destaque pela produção de café e posteriormente com a produção de cana de açúcar, com a usina Nossa Senhora de Aparecida. Esteve à frente das demais cidades do interior no começo do século, por suas indústrias e um comércio bem saturado. Como se sabe, a arquitetura dos lugares é, entre outras coisas, o reflexo de momentos históricos, econômicos e políticos vividos.

ANTIGO FÓRUM

Figura 2- Antigo Fórum De Itapira Entre Os Anos 50 E 60



Fonte: Acervo Museu Pedagógico Virgulino De Oliveira

3.1 Apresentação

O antigo fórum e cadeia, atual “Casa da Cultura”, abriga hoje a biblioteca municipal. Foi projetado, em 1905, por Ramos de Azevedo. O arquiteto campineiro tinha um irmão que morava em Itapira, Alfredo Azevedo, ele era fazendeiro e dono do jornal “O Itapirense”, (MANDATTO,2006) fato que ajuda a compreendermos a presença do arquiteto na cidade.

A edificação de Ramos de Azevedo, de estilo eclético, tem um frontão central, e na entrada com um arco sustentado por duas colunas. Apesar de simples, possui uma delicada decoração, principalmente em volta das janelas e do telhado. Quanto a planta, existe um corretor central, nas laterais duas grandes salas, no final do corredor uma escada de madeira que leva ao pavimento superior com algumas salas menores. Através das plantas consultadas percebe-se que não houve mudanças significativas do espaço, mas algumas adaptações para que a edificação fosse usada como uma biblioteca pública.

3.2 Ramos de Azevedo

O final do século XIX traria consideráveis mudanças para a arquitetura no Brasil. Intensifica-se nessa época a vinda em massa de imigrantes da europeus, sobretudo da Itália, que trazem novas formas de construir e habilidades técnicas variadas. Além disso, a República, recém instaurada parecia demandar uma grande renovação estética, substituindo-se plasticamente o passado Imperial e rural, e demostrar o novo contexto político, social e econômico que vivia o país.

Além da questão histórica, a sistematização do conhecimento sob bases cientificas, em que as conquistas da arqueologia e da construção proporcionaram na arquitetura “a reinterpretação e o uso, a partir de diferentes abordagens e convicções” (CARVALHO, 2000). A resposta arquitetônica\estética para o conjunto desses contextos históricos e científicos no Brasil foi o estilo Eclético, tendo desde o início seu maior nome em Ramos de Azevedo.

Natural de Campinas e formado na Bélgica, Ramos de Azevedo trabalhava com referencial complexo e sofisticado. Foi uma figura bastante influente no estado de São Paulo. Antes de se estabelecer na capital, projetou em sua cidade natal, a Fórum e Cadeia Pública, a fachada da Matriz Nossa Senhora da Penha e a escola Francisco Glicério, dentre tantos outros. Em São Paulo seu escritório foi responsável por edificações emblemáticas de grande relevância nacional como o Theatro Municipal de São Paulo e a atual Pinacoteca do Estado, sede do Liceu de Artes e Ofícios, sobre o qual atual ativamente (tornando-se assim propulsor do estilo eclético a partir da formação técnica fornecida pelo Liceu).

É interessante destacar que, além do fórum e cadeia de Itapira e Campinas, Ramos projetou a cadeia da Ilha da Anchieta-Ubatuba (1905), cadeia de Botucatu (1920) e a Penitenciária de São Paulo (1920). Portanto esse tipo de encomenda pública era comum para o autor e demonstra seu prestígio com o poder público no estado de São Paulo.

Para a historiadora Mônica Yamagawa, Ramos de Azevedo “foi o agente cultural que mostrou aos patrícios a nova ordem, a outra concepção de vida moderna dentro do novo modelo arquitetônico. Quis varrer das cidades a melancolia fisionomia caipira da taipa de pilão” (CARVALHO,2000) Efetivamente, no caso do edifício itapirense, a construção da cadeia e fórum por Ramos de Azevedo sobrepôs-se a uma antiga construção de taipa de pilão, que abrigava a Câmera e cadeia da cidade do século XIX.

Sua contribuição para a arquitetura nacional e paulista, não se limita ao estilo de suas obras:

> *Seus edifícios contribuíram decisivamente para a transformação da paisagem construída paulista. Mas esses trabalhos transcendem, em importância, o*

> *significado imediato. Eles também conformam uma nova paisagem física e cultural. Se são arquitetônicos, significam, também, a transposição para a arquitetura de ideias sobre a organização social, organização o trabalho, adequação de espaços aos avanços nos campos respectivos que buscam atender*. (CARVALHO, 2000)

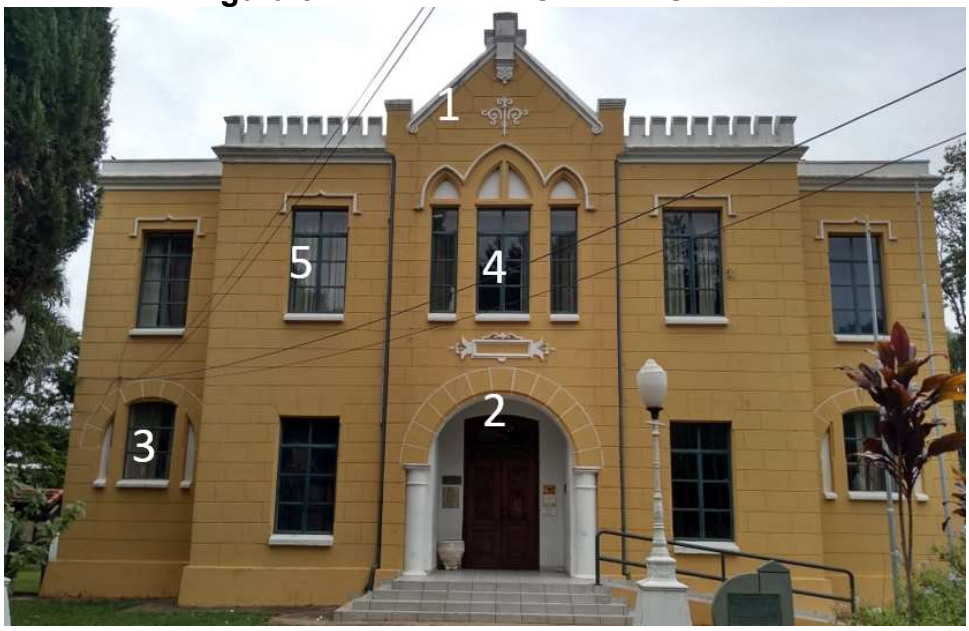
3.3 Análise formal e espacial

A edificação de Ramos de Azevedo, de estilo Eclético, hoje em cor amarela, tem um frontão central (1),típico do estilo eclético, tendo a entrada com um arco de volta inteira de revestimento de pera aparada (KOCH, 1994) sustentado por duas colunas (2), as janelas apresentam uma variedade de formas, deixando evidente o caráter eclético da edificação: janelas em arco pleno (referência clássica) (3), arcos ogivas (com referência ao gótico) (4), e em formato retangular (5). Características que trazem certa dinâmica para a edificação. [Figura 3]

Há também uma delicada ornamentação, tímida, mas que também reafirma o estilo de sua construção [Figura 4].

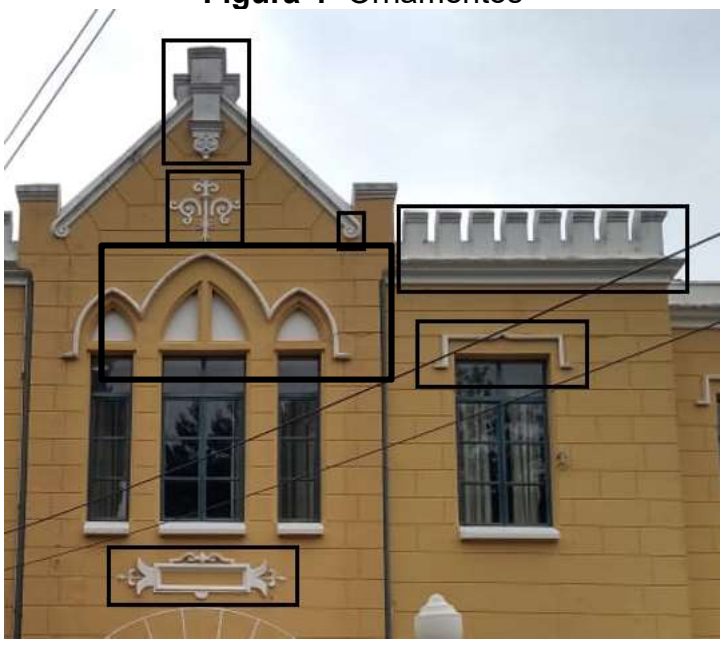
Uma referência importante na edificação, é a porta principal, original da construção, ela traz referências a república, evidenciando que a obra faz parte do contexto político da formação do poder republicano no país, contexto no qual a elite cafeeira paulistana tinha papel destacado. [Figura 5 e 6]

Figura 3- Fachada Da "Casa Da Cultura"



Fonte: Foto Do Autor (2019)

Figura 4- Ornamentos



Fonte: Foto Do Autor (2019)

Figura 5 - Porta



Fonte: Foto Do Autor (2019)

Figura 6- Detalhes Da Porta

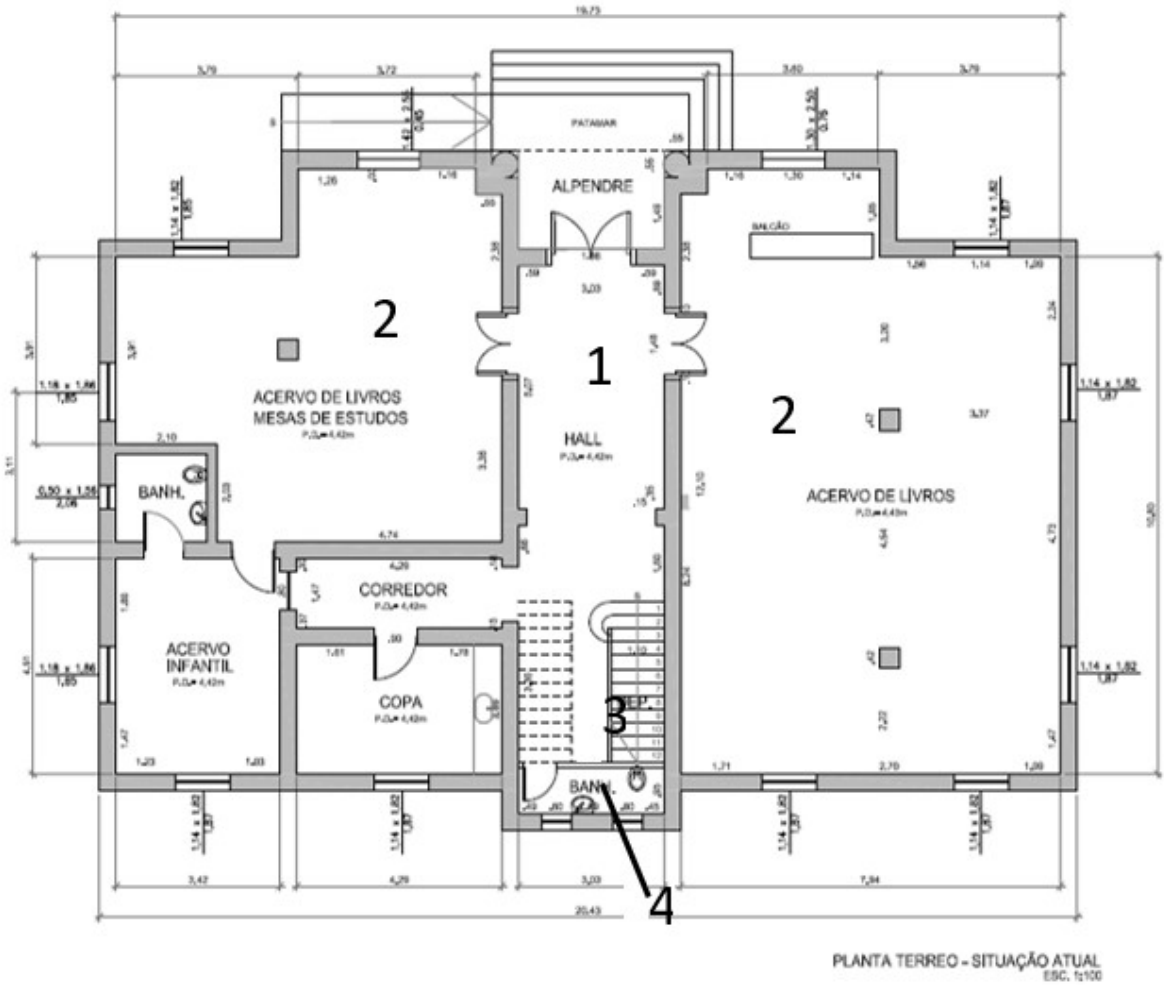


Fonte: Foto Do Autor (2019)

Analisando a planta destacam-se as seguintes características: no térreo se destaca o corretor central (1), e nas laterais duas grandes salas (2), no final do corredor escada de madeira (3) e em baixo um lavabo (4). [Figura 7]

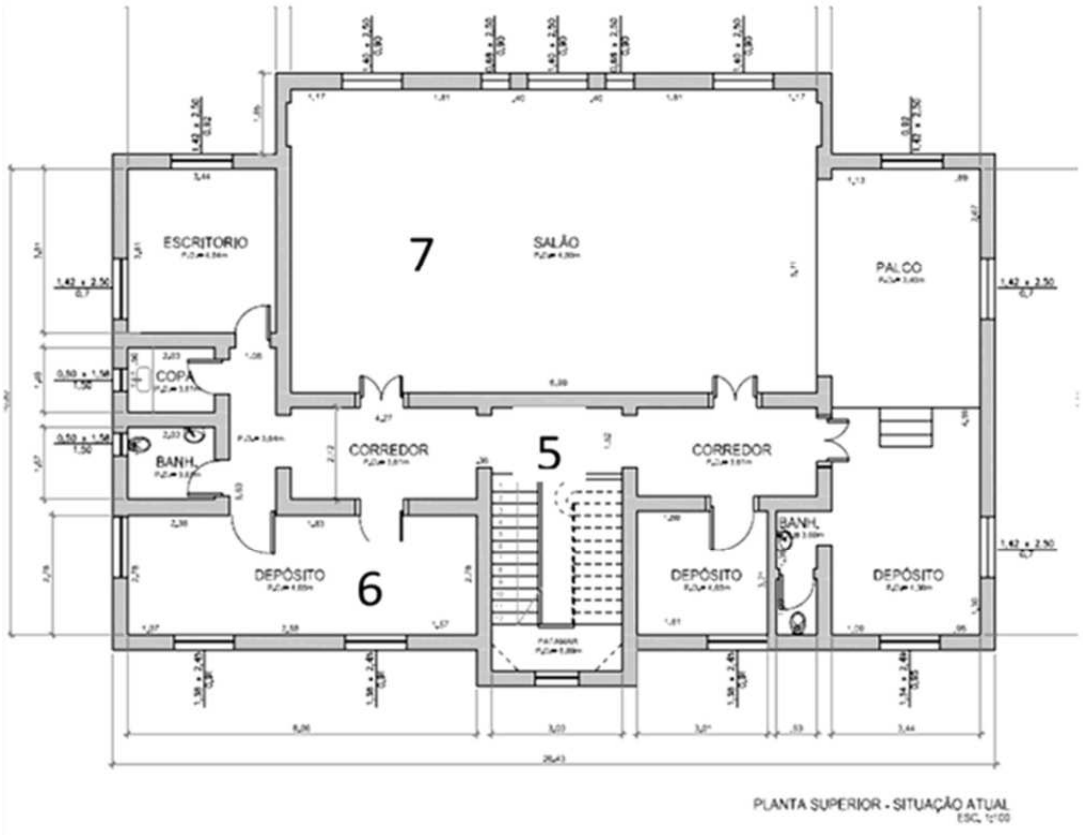
No pavimento superior a tipologia muda, a um corredor transversal menor (5) onde dá acesso umas salas pequenas (6), se destaca uma sala grande (7), um salão com um palco. [Figura 8]

FIGURA 7- Planta Térrea Do Antigo Fórum E Cadeia



FONTE 1: Prefeitura de Itapira

FIGURA 8- Planta Superior Do Antigo Fórum E Cadeia



Fonte: Prefeitura de Itapira

4. NOVO FÓRUM

Figura 9 - Novo Fórum De Itapira Em 1960



Fonte: Arch Daily

4.1 Apresentação

Nas décadas de 1950, o Brasil vivia um efervescente momento político, no qual se consolidava a industrialização e uma ênfase nos centros urbanos. Eram também, com o fim da ditadura varguista, anos democráticos, embora de grande instabilidade em função das tensões da guerra fria. O país ansiava em se modernizar cada vez mais, abrindo-se a novas tecnologias, modos de viver e construir. Brasília refletia tudo isso: o ambicioso projeto, apropriando da estética modernista, simbolizava o salto desenvolvimentista tomado brasileiro nos Anos Dourados.

O estado de São Paulo acompanhava esses movimentos. Nas comemorações do quarto centenário da cidade, em 1954, a estética modernista triunfante originou, entre outras coisas, o emblemático conjunto do Parque do Ibirapuera, obra dos mesmos autores de Brasília. Já para o interior do estado e atendendo a demandas de atualização infra estrutural, criaram-se diversos projetos o mais significativo foi o Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto, o PAGE, como ficou conhecido (1959-1963), que promovia a construções de edifícios públicos, tais como escolas, hospitais, fóruns etc. O programa esteve amplamente ligado a atuação dos arquitetos filiados a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de São Paulo (FAU/USP) e ao estilo corrente entre seus principais nomes, o Brutalismo.

O atual fórum de Itapira é fruto do PAGE. Foi projetado pelo arquiteto paulistano Joaquim Guedes, em 1960, junto a outros na mesma região também contemplados pelo programa, como o fórum de Araras e o fórum de Avaré ambos de Paulo Mendes da Rocha.

4.2 Joaquim Guedes

Guedes também foi um renomado arquiteto e projetou diversas edificações públicas. Formado, em 1954, pela FAU/USP na terceira turma da instituição, foi um expoente da chamada “escola paulista”. Em sua atuação profissional destaca-se a sociedade com sua esposa, Liliana Marsicano, com quem estabeleceu uma duradoura parceria. Posteriormente foi professor na USP, e autor de projetos como Igreja da Vila Madalena e da Residência Cunha Lima.

A partir dos anos 1960 começam a surgir uma série de equipes multidisciplinares vinculadas a programas governamentais, como a Comissão Nacional de Habitação, em 1961, articulada pelo Ministério do Trabalho na gestão de João Goulart, e a Comissão do Habitat, vinculada à União Internacional dos Arquitetos (UIA), em 1963. Guedes, juntamente com arquitetos como Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha, foi figura importante no plano de modernização do interior de São Paulo por parte do governo do estado. Cabe ressaltar que essa produção, embora vinculada ao impulso criado por Brasília, já refletia o pensamento crítico dos arquitetos da escola paulista em relação ao primeiro modernismo arquitetônico, vinculado ao Estilo Internacional de Corbusier. A essa altura, guiavam uma renovação estética pautada pelo sentido social do arquiteto que culminaria no Brutalismo paulista. Estavam em sintonia, nesse sentido, com ideais de democráticos e esquerdistas que, naquele período, se desenvolviam no pós-guerra ocidental.

Joaquim Guedes escreveu um ensaio intitulado: “monumentalidade x cotidiano: a função pública da arquitetura”, no qual refletiu sobre o papel final da arquitetura. Para ele o monumento mostra poder, elitismo e autoritarismo; ao contrário do que deveria ser a arquitetura pública, afirmando que o “público é o que pertence ao povo, para quem e em nome de quem a política seria exercida” (GUEDES, 2007 p.021). Defendia assim que a arquitetura deveria ajudar na construção de uma sociedade menos desigual e mais inclusiva, em favor do “desenvolvimento ao mesmo tempo organizado, ordenado e livre das arquiteturas com máxima possível participação dos usuários.” (GUEDES, 2007 p.026). Suas ideias estão claramente representadas, como veremos nos grandes vãos que compõe o fórum de Itapira.

4.3 Análise formal e espacial

O novo fórum [Figura 10], de Joaquim Guedes chama atenção pelo uso do concreto armado aparente, e de sua forma mais orgânica, tendo uma laje de concreto (1) sustentada por dois finos pilotis (2) e entre a laje e o chão há uma varanda (3) e uma grande escadaria (4).

Há um elemento curioso, são colunas que não chegam até o chão. (5) [Figura 11] Tais colunas chamam a atenção de quem analisa a edificação, sendo

algo incomum, e servem para ajudar na estrutura da edificação como peso que tensiona para o solo.

Figura 10- Fachada Do Fórum De Itapira



Fonte: Foto Do Autor

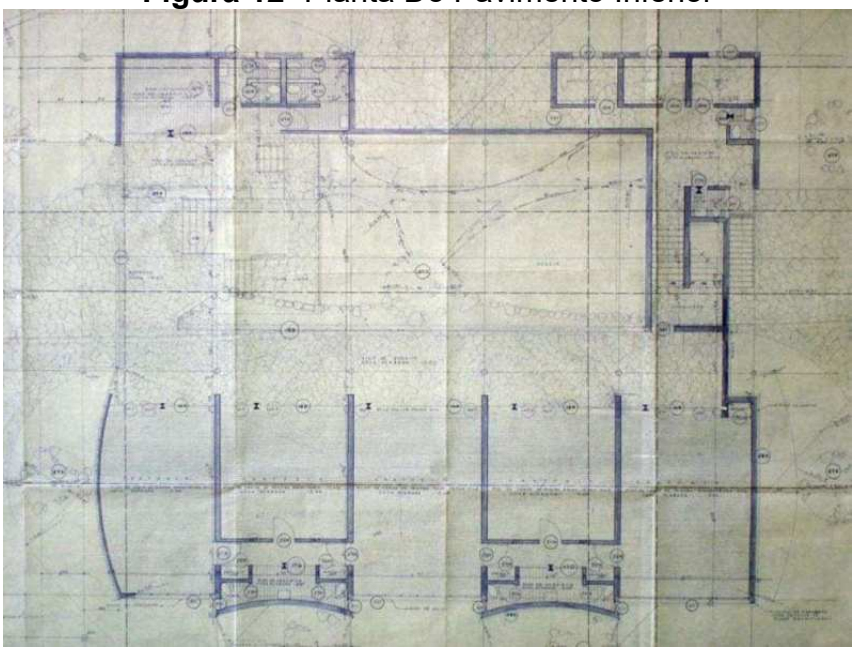
Figura 11- Vista Lateral Do Fórum De Itapira



Fonte: Google Maps

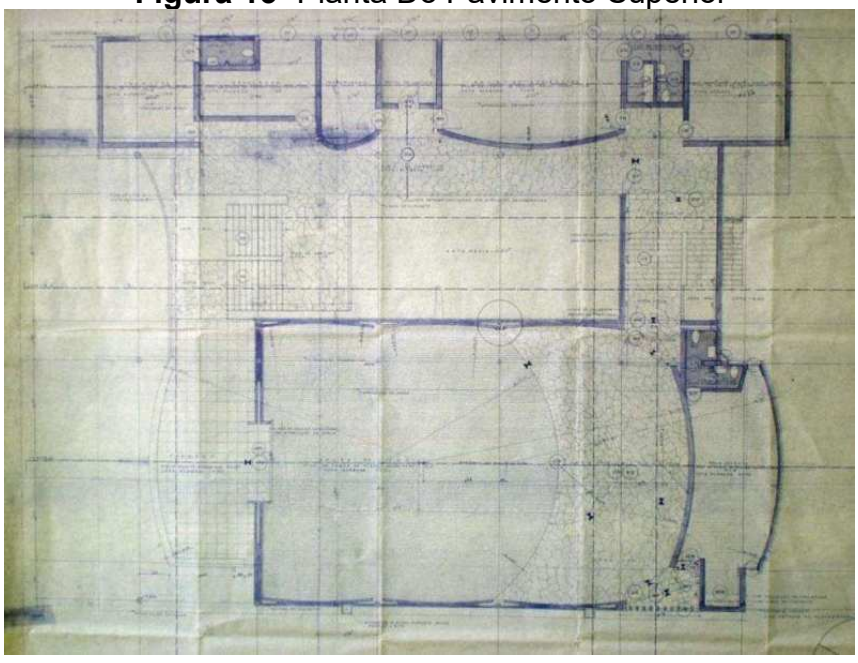
Destaca-se na planta a centralidade atribuída ao salão do júri (1), que tem a sua volta salas especificas e estruturas utilitárias (2). As formas orgânicas continuam presentes na planta, junto a linha retas. [Figura 12 e 13]

Figura 12- Planta Do Pavimento Inferior



Fonte: Via Tereza Cordido, 2017. Cortesia De Valentina Marques.

Figura 13- Planta Do Pavimento Superior



Fonte: Via Tereza Cordido, 2007. Cortesia De Valentina Marques**.**

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Projetados por arquitetos de grande renome nacional e importantes representantes de seus movimentos, Ramos de Azevedo, maior nome da arquitetura eclética nacional, e Joaquim Guedes que junto a Vilanova Artigas,

foram os grandes pioneiros do Brutalismo no Brasil, conclui-se que estes prédios fazem parte do desejo pela modernização da cidade de Itapira, embora em momentos, feições, e valores estéticos distintos, representando assim paralelos de modernidade no que se refere a arquitetura. Além dos objetivos muito próximos, ambas foram encomendadas pelo governo estadual.

Essa pesquisa contribui para o entendimento da preservação do patrimônio histórico/arquitetônico como algo que está diretamente integrado à história, no caso, do município de Itapira. Como dito no começo desse artigo: edificações dizem muito sobre o contexto que foram construídas, quem as projetou, para que fins e como está preservada. Essas duas edificações, o antigo e novo fórum de Itapira, mostra a relevância que a cidade teve entre as outras do interior por ser contemplada nos dois grandes momentos de construções públicas no estado de São Paulo e projetadas por importantes arquitetos, sendo exemplos não só do estilo arquitetônico que pertencem, mas da histórica da arquitetura forense em diferentes momentos vividos pela cidade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOLINÁRIO, Eric. **Da Penha a Itapira: reflexões sobre o bicentenário.** Itapira: Prefeitura Municipal de Itapira, 2019. 85 slides, color, 13,333 pol. x 7,5 pol.

BARROS, Júlio Cesar Victoria; BARROS, Alzira Costa Rodrigues; MARDEN, Sanzio. **Restauração do patrimônio histórico: uma proposta para a formação de agentes difusores.** São Paulo: Senai, 2013.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. **Conexões brutalistas paulistas.** Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, FAU/USP, São Paulo, 2013.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de**. Bem-morar em São Paulo, 1880- 1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus.** Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CORREIA, Telma de Barros. **Art déco e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940**. 2008. 58 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros. **Arquitetura forense de São Paulo: Produção Moderna, antecedentes e significados**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, USP/São Carlos, 2007.

CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros. **Arquitetura Moderna: a rede de fóruns modulados do estado de São Paulo**. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FABRIS, Annateresa. **Arquitetura eclético no Brasil: o cenário da modernização**. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Museu Paulista, Universidade de de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: Acesso em: 04 dez. 2018.

GHIRARDELLO, Nilson. **A estética brutalista em três foruns paulistas**. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unesp/ Faac, Bauru, 2010.

GUEDES Sobrinho, J. "Monumentalidade x cotidiano: a função pública da arquitetura". **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP**, n. 21, 26-49. https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i21p26-49

ITAPIRA, "A linda". Direção de Júlio Robacio. Produção de Julio Robacio. Intérpretes: Mario Augusto. **São Paulo: Cruzeiro Filme do Brasil**. 1955. (38 min.), VHS, son., P&B. Disponível em: Acesso em: 04 dez. 2018.

MANDATTO, Jácomo. **História ilustrada de Itapira**. Itapira: Everesty Indústria Gráfica, 2006.

MENDONÇA, Thaís Carneiro de. **Técnica e construção em Ramos de Azevedo - A construção civil em Campinas.** 2010. 282 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Usp, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18141/tde-05012011-155734/publico/thais_carneiro.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.

MORAES, Ariadne Fernanda. **Antigo e novo Fórum de Avaré.** Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unimep, Piracicaba, 2009. Disponível em:

<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/7mostra/4/223.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.

OLIVEIRA, Raíssa Pereira Cintra de. **A pesquisa e a extensão universitária como impulsoras de um trabalho de preservação patrimonial na cidade de Itapira**. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Adventista de São Paulo - Unasp, Engenheiro Coelho, 2017.

PUPPI, Marcelo. **A Arquitetura Acadêmica do Rio de Janeiro: uma revisão Historiográfica.** Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

SOBRE O AUTOR

Eduardo Pompeu Pracchias
Graduando em Arquitetura, interessado na área de patrimônio arquitetônico e restauração, Estagiário no escritório de arquitetura RESTAURAAÇÃO, em projetos de restauro e projetos arquitetônicos em geral.

E-mail para contato:
edu.pompeu@hotmail.com